

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA

MARIA ELIZABETE DE ARAÚJO

**GESTÃO DO LETRAMENTO DIGITAL EM ESCOLAS ESTADUAIS DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

JUIZ DE FORA

2013

MARIA ELIZABETE DE ARAÚJO

**GESTÃO DO LETRAMENTO DIGITAL EM ESCOLAS ESTADUAIS DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à conclusão do Mestrado Profissional em
Gestão e Avaliação da Educação Pública, da
Faculdade de Educação, Universidade Federal
de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof.^a Dra.Terezinha Barroso

JUIZ DE FORA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA ELIZABETE DE ARAÚJO

GESTÃO DO LETRAMENTO DIGITAL EM ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em 28/10/2013.

Membro da banca - Orientadora

Membro da banca Externa

Membro da Banca Interna

Juiz de Fora, 28 de outubro de 2013.

Dedico este trabalho a todos que foram imprescindíveis à realização do mesmo, permitindo-me adentrar na escola com o olhar de quem deseja contribuir de alguma forma para a educação pública cearense.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso desse trabalho direta ou indiretamente:

A Deus, por me iluminar nessa caminhada;

À Secretaria da Educação do Estado do Ceará, que me possibilitou a concretização de um sonho há muito esperado;

À minha família, que soube compreender esse momento de distanciamento e de contratempos para alcançar um objetivo tão desejado;

A toda a equipe da CREDE 11, companheira incontestável de todas as horas;

A toda a equipe da CREDE 10, acolhendo-me novamente e me apoiando na etapa final;

À orientadora professora Dra. Terezinha Barroso, a quem agradeço a paciência e acolhimento;

Às professoras convidadas da Banca de Qualificação, Prof.^a Dra. Adriana Rocha Bruno e Prof.^a Dra. Ana Maria Di Grado, pelas valiosas contribuições ao trabalho;

Às tutoras Juliana Alves Magaldi e Raquel Barroso Silva, apoio firme nessa caminhada tão cheia de percalços;

Aos amigos que acreditaram que todo esforço vale a pena, quando a busca é constante;

Especialmente, Sandra, que acompanhou de perto e colaborou num momento crucial;

Às escolas que contribuíram para essa pesquisa, abrindo as portas de forma tão acolhedora.

“O que me interessa fortemente (...) não é dar receitas, mas é propor desafios, é discutir aspectos que eu considero necessários e permanentemente presentes na prática docente, que eu chamei de saberes fundamentais”.
(Paulo Freire).

RESUMO

A sociedade atual demanda para a escola diferentes desafios para educar nosso jovem para o presente. Dentre eles, está assegurar uma formação que possibilite o domínio das tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Nesse contexto, gestores e professores precisam dar conta de um processo educativo cujo currículo escolar seja orientado pelos efeitos da revolução digital. Quando se trata das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará (EEEP), a garantia de recursos midiáticos disponíveis é uma realidade, considerando que essas escolas têm como objetivo a oferta do Ensino Médio integral e integrado à educação profissional. No entanto, mesmo nelas, ainda há um fosso entre as demandas sociais e a formação dos educadores a quem caberá dar conta da formação discente para a inserção social e para o mundo do trabalho. É a partir desse cenário que defino como objetivos para o meu trabalho (1) verificar se ações gestoras presentes na administração dessas escolas são pautadas por uma compreensão do conceito de letramento digital e se os gestores – diretor e coordenadores escolares - são letrados digitalmente; (2) averiguar se os gestores apoiam as políticas de incentivo ao uso dos recursos midiáticos a favor do letramento digital dos professores; (3) verificar se os professores fazem uso de recursos midiáticos como recursos didático-pedagógicos; (4) identificar se há, por parte dos alunos das escolas, reconhecimento da relevância da utilização de recursos midiáticos pelos educadores, como ferramentas produtivas para o ensino aprendido. A investigação tem como referencial teórico os estudos de Soares (2002), Almeida (2005), Xavier (2005), Coscarelli e Ribeiro (2007), Buzato (2008), Freitas (2009,2010), Bonilla (2010) e Bruno e Mattos (2010). Com o intuito de construir um panorama da utilização das tecnologias para mediar as práticas educativas, utilizo a pesquisa documental (Relatórios Mensais de Atividades desenvolvidas no Laboratório Educacional de Informática e Plano de ação Integrado) e a pesquisa de campo (questionários com questões fechadas e abertas aplicados a gestores, professores e alunos). A partir dos dados coletados, sugiro um Plano de Ação Educacional (PAE) às escolas na perspectiva de aprimorar a atuação dos gestores e professores (professores coordenadores do LEI e regentes de sala de aula) visando fortalecer o processo de ensino e aprendizagem nas EEEP.

Palavras-chave: educação profissional, gestão, letramento digital, processo educativo.

ABSTRACT

The current society demands of the school different challenges to educate our teenagers to present context. One of the challenges is to offer teachers' training to make it possible to build expertise in Information and Communications Technologies (ICT). In this context, managers and teachers need account for an educational process whose school curriculum is guided by effects of digital revolution. In State High School of Professional Education in Ceará (EEEP) media resources are available, considering that they are full-time high school and secondary education integrated to a professional one. However, in those schools there is still a gap between social demands and teacher training, considering that they have to account for social insertion and work life. Based on this scenario I define objectives for my dissertation (1) to verify if manager actions in those schools are founded in the understand of the concept of digital literacy and if school managers are digitally literate (2) to check for the managers support incentive policies for the use of media resources in favour of the teachers' digital literacy; (3) to verify if the teachers use media resources as a pedagogical resource; (4) to identify if students are aware of the relevance of use media resources by educators as productive tools for the teaching and learning. My research utilizes as theoretical references the studies of Soares (2002), of Almeida (2005), of Coscarelli and Ribeiro (2007), of Luck (2009), of Freitas (2009), of Bonilla (2010), of Bruno and Mattos (2010). In order to construct an outline of the use of the technologies to mediate the educational practices make of document research (monthly activities reports developed in the informatic educational laboratories and integrate action plan) and field research (questionnaire, with open and closed questions applied with managers, teachers and student). From the data collected, I suggest an Educational Plan of Action (PAE) for the schools with the purpose of improve the performance of managers and teachers (teachers that act in laboratories and classroom), with the aim of strengthening the process of teaching and learning in Professional Schools.

Key-words: professional education, manager, digital literacy, educational process.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atividades realizadas no LEI conforme o relatório mensal da Escola A	55
Tabela 2: Atividades realizadas no LEI conforme o relatório mensal da Escola B	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Sinopse do panorama do letramento digital nas duas EEEPs a partir da percepção dos gestores	76
Quadro 2: Síntese das ações do Plano de Ação Educacional para a gestão do letramento digital nas duas EEEP	123
Quadro 3: Proposta do curso de formação continuada para os gestores e professores regentes de sala de aula das duas EEEP	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Uso de computador doméstico pelos gestores	69
Gráfico 02- Acesso a cursos de informática pelos gestores	70
Gráfico 03- O professor tem computador pessoal?	80
Gráfico 04- Como você classifica sua formação inicial, considerando sua apropriação das TICs ?	83
Gráfico 05- Participação do professor em formação continuada ofertada pelo NTE/ 11 ^a CREDE	84
Gráfico 06 - Contribuição da formação ofertada pela EEEP para o uso das TICs	85
Gráfico 07- A gestão utiliza os recursos midiáticos nos planejamentos escolares?	86
Gráfico 08 - O coordenador escolar e o professor coordenador do LEI planejam junto com os professores?	88
Gráfico 09- Que ação melhor caracteriza a postura da gestão escolar sobre as TICs	89
Gráfico 10- Sua escola está inserida no mundo digital?	90
Gráfico 11 - O LEI é um espaço de aprendizagem?	91
Gráfico 12 - Com que frequência o professor utiliza o LEI para realizar suas aulas?	93
Gráfico 13- As atividades realizadas no LEI são previamente planejadas ?	94
Gráfico 14- Tem computador em casa?	97
Gráfico 15- Número de vezes que utiliza o computador durante as aulas	98
Gráfico 16- A escola ensina os alunos a utilizarem as mídias?	99
Gráfico 17- Sua escola está preparando você para o uso das TICs no mercado de trabalho?	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA- Ambiente Virtual de Aprendizagem
COEDP – Coordenadoria da Educação Profissional
CEDEA- Célula de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem
CREDE – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
DITEC - Departamento de Infraestrutura em Tecnologia Educacional
EAP – Estrutura de Apresentação de Projetos
EEEP - Escola Estadual de Educação Profissional do Estado do Ceará
ENEM _ Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE - Fundo de Desenvolvimento da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEI - Laboratório Educacional de Informática
LAB - Laboratório Educacional de Ciências (até dezembro de 2012)
LEC - Laboratório Educacional de Ciências (a partir de 2013)
MEC - Ministério da Educação
NTE - Núcleo de Tecnologia Educacional
NRDEA - Núcleo de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem
PAE - Plano de Ação Educacional
PAI - Plano de Ação Integrado
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP - Projeto Político Pedagógico
PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional
ProInfo INTEGRADO- Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional
PTA –Plano de Trabalho Anual
SEDUC - Secretaria da Educação do Estado do Ceará
SEED - Secretaria de Educação a Distância
SEFOR- Superintendência das Escolas de Fortaleza
SIGE - Sistema Integrado de Gestão Escolar
TEO - Tecnologia Empresarial Odebrecht
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos das EEEPs
TIC -Tecnologias da Informação e da Comunicação
TESE- Tecnologia Empresarial Socioeducacional
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

Introdução	14
1. ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ: O ESTUDO DE CASO	17
1.1 As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem e a atuação docente	23
1.2 As políticas de ensino profissionalizante no Brasil e no Ceará	27
1.3 O cenário da investigação	30
1.3.1 A Escola Estadual de Educação Profissional A	30
1.3.2 A Escola Estadual de Educação Profissional B	32
1.4 Ações do ProInfo Integrado e do NTE/ CREDE	33
1.4.1 A iniciativa da 11ª CREDE visando a utilização dos LEIs por meio do NRDEA/NTE	35
1.5 O método de análise do estudo de caso	37
2. AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E OS IMPACTOS NA AÇÃO PEDAGÓGICA	41
2.1. As TICs e as transformações na interação professor–aluno	46
2.2. Análise da pesquisa documental: os Planos de Ação Integrados (PAI) e os Relatórios Mensais de Atividades do LEI	49
2.2.1 O Plano de Ação Integrado da Escola A – uma análise crítica	50
2.2.2 Relatórios de Atividades do LEI da Escola A - uma análise crítica	53
2.2.3 Relação entre as ações do PAI e os Relatórios de Atividades da Escola A quanto a sua efetiva aplicação	57
2.2.4 O Plano de Ação Integrado da Escola B - uma análise crítica	58
2.2.5 Relatórios de Atividades do LEI da Escola B - uma análise crítica	59
2.2.6 Relação entre as ações do PAI e os Relatórios de Atividades da Escola B quanto a sua efetiva aplicação	64
2.2.7 Comparando as escolas A e B: os Planos de Ação Integrados e os relatórios mensais	65
2.3. Análise da pesquisa de campo – os questionários dos gestores, dos	

professores e dos alunos	66
2.3.1 A percepção dos Gestores sobre o letramento digital nas duas EEEPs	67
2.3.1.1 A percepção dos gestores da Escola A e da Escola B sobre o letramento digital	71
2.3.1.2 Síntese do panorama do letramento digital nas duas EEEPs a partir da percepção dos gestores	75
2.3.2 A percepção dos professores sobre letramento digital nas duas EEEPs	78
2.3.3 A percepção dos alunos sobre o letramento digital nas duas EEEPs	96
3. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE) PARA A GESTÃO DO LETRAMENTO DIGITAL	104
3.1 Da infraestrutura dos LEIs e da utilização das mídias pelo professor	106
3.2 Do letramento digital do corpo docente e discente para o uso das mídias como ferramenta didática	108
3.3 Da interlocução entre coordenadores do LEI e professores	110
3.4 Do incentivo da gestão à formação do professor para incorporação das TICs no cotidiano escolar	111
3.5 O Plano de Ação Educacional (PAE)	114
3.5.1 Ações que compõem o Plano de Ação Educacional (PAE)	117
3.5.1.1 Ações a serem realizadas pela 11ª CREDE	119
3.5.1.2 Ações a serem realizadas pelas duas escolas profissionais	120
3.5.1.3 Ações a serem partilhadas pela 11ª CREDE e escolas profissionais	121
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	132
ANEXOS	135

INTRODUÇÃO

Como coordenadora da 11ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação¹, (11ª CREDE), no estado do Ceará desde 2007, acompanhei, sistematicamente, o desempenho da gestão escolar em escolas sob abrangência dessa regional. A partir dessa função, tenho o espaço privilegiado para testemunhar a atuação da gestão de forma a ter uma visão muito próxima da rotina da escola em suas ações e propostas de trabalho. No cotidiano da gestão, uma das dimensões mais importantes é a formação continuada e em serviço dos educadores, pois a forma como a escola conduz essa dimensão é determinante para o desempenho docente e, no caso em questão, para os objetivos da escola estadual de educação profissional, cuja premissa é a gestão para resultados, orientada pela TESE (Tecnologia Empresarial Socioeducacional). A intenção de verificar como a gestão fomenta o letramento digital docente surge como uma necessidade, considerando a perspectiva de uma proposta de educação integral e integrada que assegure a preparação dos jovens do Ensino Médio para o mercado de trabalho. Assim, espera-se que o professor utilize as ferramentas midiáticas existentes na escola para desenvolver nos educandos, “nativos digitais”², o domínio dessas ferramentas a serviço da sua aprendizagem, para além do uso sem fins educativos dos recursos tecnológicos.

Nesse contexto, propiciar o letramento digital representa para os docentes uma oportunidade de qualificação que responde à demanda por jovens que atendam aos apelos da sociedade da informação.

A 11ª CREDE é um dos 20 órgãos estaduais situados no interior do Estado do Ceará, que constitui parte representativa da Secretaria Estadual da Educação, tendo por princípio assessorar as escolas públicas estaduais, por meio do Núcleo Regional de Desenvolvimento da Escola (NRDEA) e do Núcleo Regional Administrativo Financeiro (NRAFI), como também auxiliar as Secretarias Municipais de Educação, por meio do Núcleo Regional de Cooperação com os Municípios (NRCOM). Essa Coordenadoria abrange sete municípios: Ererê, Iracema, Jaguaribe, Jaguaratama, Jaguaribara, Pereiro e Potiretama, totalizando 14 unidades escolares, distribuídas nos municípios citados. Dentre as 14 unidades públicas de ensino do Estado que

¹ A partir do DECRETO Nº 28.781, de 02 de julho de 2007, o Governo do Estado do Ceará modificou a estrutura organizacional e a denominação dos cargos de direção e assessoramento superior da Secretaria da Educação (SEDUC), criando órgãos de execução local e regional, qual seja as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento e Educação (CREDEs) e a Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR). Dessa forma, a 11ª CREDE constitui uma das 20 regionais representativas da Secretaria da Educação do Estado do Ceará.

² Termo utilizado por Bruno e Mattos (2010) para se referir àqueles que nasceram na era digital em oposição ao termo “estrangeiros digitais” que designa aqueles que pertencem a gerações anteriores.

constituem a 11ª Coordenadoria, selecionei como objeto de estudo duas escolas de ensino médio integral e integrado à educação profissional - ensino médio técnico, denominadas escolas estaduais de educação profissional (EEEP). A justificativa para a escolha dessas duas escolas, em especial, deve-se à estreita ligação existente com essas unidades de ensino, desde agosto de 2008, quando as EEEP foram criadas, integrando o leque de objetivos estratégicos da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, até nossos dias. Participei ativamente da implantação dessas escolas, como também da definição do modelo de gestão das mesmas. Outra justificativa a ser acrescentada à participação dessas escolas no presente Plano de Ação Educacional – PAE - é a relevância do uso das TICs na prática docente, associada ao papel do gestor na implementação e apoio de ações que visem ao letramento digital dos sujeitos na escola.

Essas duas escolas estaduais de educação profissional integral e integrada ao ensino médio técnico que constituem os *loci* de minha investigação estão situadas: uma no município sede da CREDE, Jaguaribe, a qual passamos a identificar como Escola A; e a outra no município de Pereiro, identificada neste trabalho como Escola B.

O presente estudo de caso busca, então, (1) verificar se ações gestoras presentes na administração dessas escolas são pautadas por uma compreensão do conceito de letramento digital e se os gestores – diretor e coordenador escolares - são letrados digitalmente; (2) averiguar se os gestores apoiam as políticas de incentivo ao uso dos recursos midiáticos a favor do letramento digital dos professores; (3) verificar se os professores fazem uso de recursos midiáticos como recursos didático-pedagógicos; (4) identificar se há, por parte dos alunos das escolas, reconhecimento da relevância da utilização de recursos midiáticos pelos educadores, como ferramentas produtivas para o ensino aprendizagem.

Acredito que a inclusão da escola no mundo digital terá como provável consequência o letramento digital dos seus educandos e dos próprios professores. Entretanto, para essa inclusão, não basta uma política de aquisição de máquinas e equipamentos para a montagem de laboratórios de informática, pois, embora as escolas tenham sido beneficiadas pelas políticas públicas do governo federal e do governo estadual para melhorarem seu parque tecnológico, isso não, necessariamente, significou a inclusão digital dos educadores e educandos. Inserir-se na sociedade da informação exige da escola que os educadores possam pensar novos modos de ensinar, de aprender e de inserir os alunos no mundo digital. É necessário até mesmo repensar a sala de aula, redefinir conceitos e práticas. É preciso perceber que esse novo contexto de ensino-aprendizagem nos exige abrir as portas da escola para novas tecnologias da informação e da comunicação que remetem a novas formas de interação em sala de aula. Quando propostas

situações práticas de uso das TICs na escola, ainda verificamos que a proficiência dos alunos não é uma realidade que se estende a todos.

Na perspectiva de verificar se as escolas A e B estão desenvolvendo ações de formação docente que venham a atender às exigências anteriormente apontadas é que me proponho a apresentar nesse trabalho a realidade de cada escola a partir da coleta de dados, organizados conforme descrição dos capítulos a seguir definidos.

No primeiro capítulo, apresento a descrição do caso, contextualizando as escolas públicas estaduais de educação profissional (EEEP), situadas nos municípios de Jaguaribe e de Pereiro, como também esclareço a motivação para defini-las como *loci* da pesquisa. Já no segundo capítulo, analiso os dados coletados através da aplicação de questionários de autopreenchimento, respondidos por gestores e professores, de forma censitária, e por alunos, de forma amostral. No terceiro capítulo, o Plano de Ação Educacional (PAE) se propõe a apresentar uma proposta de formação que procure dar conta dos anseios e lacunas apresentados na pesquisa.

A seguir, apresento o primeiro capítulo, que se ocupa das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no processo de ensino e de aprendizagem, sob a perspectiva da ação docente.

1. ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ: O ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, apresento as tecnologias da informação e da comunicação no processo de ensino e de aprendizagem sob a perspectiva da ação docente. Em seguida, trato das políticas de ensino profissionalizante no Brasil e no estado do Ceará. Situo a pesquisa nas duas escolas estaduais de educação profissional do estado do Ceará, localizadas nos municípios de Jaguaribe e de Pereiro, ambas sob a abrangência da 11ª CREDE. Após a apresentação das unidades escolares, *loci* da pesquisa, discorro sobre as ações do Proinfo Integrado através do Núcleo de Tecnologia Educacional da 11ª CREDE, Jaguaribe. Abordo, ainda, a iniciativa da 11ª Coordenadoria, visando à utilização dos Laboratórios Educacionais de Informática.

As escolas estaduais de educação profissional (EEEP)³ com oferta de ensino médio integral e integrado à educação profissional foram idealizadas em 2008 para responder a um dos objetivos estratégicos do governo do estado do Ceará no que diz respeito à oferta de ensino médio público de forma diversificada, articulando o ensino médio com a educação profissional, com o mundo do trabalho e com o ensino superior. A partir do programa Brasil Profissionalizado, instituído em 2007, pelo governo federal com o objetivo de apoiar os estados em suas redes de educação profissional e tecnológica, o Ceará assume, em 2008, o desafio de criar sua rede de escolas e passa a investir nessa proposta para as juventudes, visando ofertar aos jovens uma formação global que dê conta das demandas da sociedade, considerando as grandes transformações por que ela passa. As 25 primeiras escolas foram inauguradas em agosto daquele mesmo ano, atendendo, inicialmente, a jovens oriundos do ensino fundamental público de escolas estaduais e municipais. Foram ofertados 04 cursos (informática, enfermagem, guia de turismo e segurança do trabalho), atendendo, inicialmente, a 20 municípios e a matrícula de 4.230 jovens de ensino médio. Em 2013, já chegamos a 97 escolas, com cursos em diferentes eixos de formação, totalizando uma matrícula de 38.499 discentes. Espera-se que, até 2014, a rede tenha 140 escolas, alcançando a quase totalidade dos municípios cearenses, através de consórcios entre os municípios de menor porte⁴.

A proposta de gestão das EEEP no Ceará tem inspiração no modelo de gestão baseado na filosofia da Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), que se apresentou como alternativa para inovar o sistema de gestão dos Centros de Ensino Experimental do estado de

³ A Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008 institui as Escolas Estaduais de Educação Profissional –EEEP- no âmbito da SEDUC.

⁴ O breve histórico das EEEP está disponível no site da SEDUC.

Pernambuco, onde o modelo foi implantado em 2004. Essa nova proposta referenciada pela TESE visou atender aos anseios dos atores (gestores, alunos e educadores- docentes- e pessoal de apoio) envolvidos no processo educativo e teve como fundamento a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), utilizada como matriz de sistematização para o modelo de gestão TESE. Segundo o Manual Operacional do Modelo de Gestão- Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE)⁵, documento orientador da proposta de gestão, essa inovação, em Pernambuco, pretendia buscar a excelência do ensino médio público integral. A concepção apresentada pelo modelo da TESE propõe a articulação de tecnologias específicas⁶, contribuindo, por meio de procedimentos de gestão simples, inseridos na rotina da escola de tempo integral. Trata-se de colocar a serviço do gestor as ferramentas gerenciais de planejamento, gerenciamento e avaliação das atividades dos distintos integrantes da comunidade escolar, incluindo os alunos, para garantir missão, objetivos, metas, estratégias e planos de ação para todos bem definidos. O modelo TESE fundamenta-se na Pedagogia da Presença, na Educação pelo Trabalho e na Delegação Planejada. A partir desse modelo, são projetados os resultados esperados e seus indicadores e são produzidos relatórios que permitem o acompanhamento por todos os envolvidos. Consequentemente, fornecem informações para os ajustes e reajustes no projeto da escola.

O estado do Ceará, além do investimento no ensino médio integral, inspirado na filosofia da TESE, amplia a proposta, investindo na formação de nível médio técnico, integral e integrada à educação profissional. A proposta cearense de educação profissional volta-se aos alunos oriundos do 9º ano do ensino fundamental das escolas públicas estaduais e municipais. A portaria de matrícula da Secretaria da Educação (SEDUC), no entanto, assegura anualmente, 20% das vagas para alunos da rede privada, conforme disposição do Ministério Público do Ceará.

Para possibilitar essa proposta de formação profissional, o currículo dessas escolas é composto por disciplinas da base nacional comum⁷ e por disciplinas da base profissionalizante⁸, conforme os 51 cursos existentes nas EEEPs até julho de 2013. Os cursos constituem o

⁵ O Manual Operacional do Modelo de Gestão é de propriedade do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação- ICE e patrocinado pela AVINA, Foi sistematizado por Jairo Machado e Ivaneide A. de A. Pereira de Lima, contando com a colaboração da prof.^a Thereza M. C. Paes Barreto e dos professores do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano e elaborado a partir dos conceitos do TEO- Tecnologia Empresarial Odebrecht.

⁶ Segundo o Manual Operacional do Modelo de Gestão, são tecnologias específicas os diferentes saberes, as diversas áreas do conhecimento. Em se tratando das escolas, são as diversas disciplinas e atividades de apoio.

⁷ Disciplinas do currículo escolar definidas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9394/96, constituindo o conjunto de conteúdos mínimos das quatro áreas do conhecimento.

⁸ Disciplinas específicas de cada curso profissionalizante conforme a matriz curricular definida pela Secretaria da Educação Básica.

cardápio dessas escolas e são ofertados nas 97 escolas de ensino médio técnico profissionalizante, distribuídos conforme a demanda local. Nessas unidades, as atividades escolares se desenvolvem em tempo integral, das 7 h às 17 h. Na 11ª CREDE, dentre as 14 unidades escolares, duas são EEEPs e estão localizadas nos municípios de Jaguaribe e de Pereiro.

A integração entre as bases comum e profissionalizante na organização e planejamento do currículo dessas escolas é coordenada pela gestão escolar e intermediada pelos professores, na perspectiva de responder aos anseios da formação ofertada pela escola profissional em tempo integral. Cada disciplina da base profissionalizante tem sua matriz curricular definida pela Coordenadoria Estadual das EEEPs (COEDP) na Secretaria Estadual da Educação (SEDUC). As matrizes são elaboradas por consultores e instituições com competência técnica, conforme o curso, série, semestre e disciplina técnica. São alguns parceiros da SEDUC a Escola de Saúde Pública do Ceará, o Centro de Ensino Tecnológico do Ceará (CENTEC), Empresa ARMTEC⁹ Tecnologia em Robótica, Projeto E- jovem Instituto Aliança, a Organização Mundial de Apoio aos Empreendedores Sociais (ASHOKA¹⁰).

Em se tratando da base comum, é mantida a matriz curricular das escolas regulares, com redução da carga horária, conforme vão sendo introduzidas às disciplinas da base profissionalizante, a partir do segundo semestre do 1º ano do ensino médio. Para auxiliar a gestão escolar na efetivação desse currículo integrado, cada curso implantado nas escolas tem um professor coordenador de curso.

Quanto aos recursos didático-pedagógicos, há disponibilidade de materiais e equipamentos diversos fornecidos às escolas, seja através de recursos de programas federais, seja através de recursos do tesouro estadual. Carência de recursos não é uma limitação presente nas EEEPs. Dentre aqueles disponíveis, destacam-se os midiáticos. Especificamente, os laboratórios educacionais de informática (LEI) das duas escolas profissionais da 11ª CREDE possuem equipamentos diversos como 21 computadores em cada um dos dois laboratórios com conexão à internet, dois televisores, dois aparelhos de DVD, um kit multimídia composto de *datashow* e tela de projeção, *notebooks* para o curso de informática e um *tablet* (adquiridos para o curso de informática), dois *kits* de DVDs da TV Escola, e alguns *softwares* para as disciplinas da base comum. Além desses recursos, o Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) orienta a

⁹ Trata-se de uma proposta da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) voltada à tecnologia em robótica e que tem parceria com as EEEPs, através da SEDUC, com o objetivo de ofertar campo de estágio aos alunos.

¹⁰ É uma organização mundial sem fins lucrativos cujo serviço é voltada para apoiar pessoas empreendedoras e comprometidas com as transformações do mundo.

utilização de *sites* que disponibilizam recursos diversos a exemplo do RIVED¹¹, Portal do Professor, etc. Para apoiar as ações voltadas ao uso de recursos tecnológicos, foram ofertadas pelo NTE formações continuadas, visando à capacitação dos professores coordenadores dos LEIs. Percebe-se que há recursos, se não suficientes, mas variados, que estão à disposição dos educadores. Assim, o que a SEDUC espera é que os gestores dessas escolas sejam incentivadores da utilização desses recursos, contando com a colaboração do professor coordenador do LEI, fomentando práticas de formação continuada e em serviço, que permitam a apropriação dos docentes, no tocante ao uso efetivo dos meios disponíveis para mediar sua atuação, para que a prática educativa docente nas EEEPs seja permeada pelo uso dos recursos midiáticos existentes, contando com professores letrados digitais que possibilitem o letramento digital dos discentes.

O acompanhamento do Núcleo Regional de Desenvolvimento da Escola (NRDEA) através do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) e da Superintendência Escolar revela que esse quadro de expectativas ainda é uma realidade em construção. Embora a 11ª CREDE, desde 2007, venha propondo algumas iniciativas voltadas à orientação do trabalho do professor coordenador do laboratório educacional de informática (LEI), como também realizando encontros de formação continuada e encontros para disseminação de experiências exitosas, essas ações ainda se mostram incipientes para garantir a utilização pedagógica do LEI com efetividade. Além dessas ações, nas escolas sob abrangência da 11ª Coordenadoria, foi proposto para as EEEPs, assim como para as demais escolas regulares da regional, a partir de 2011, a elaboração de um Plano de Ação Integrado (PAI), visando a aproximação entre a prática do professor regente de sala e a atuação dos profissionais lotados na função de professor coordenador do LEI.

A definição de professores para o laboratório educacional de informática é orientada pela Portaria de Lotação anual da SEDUC que estabelece as normas para a organização da carga horária de professores das escolas públicas estaduais e orienta todas as providências. A regulamentação para o ano letivo de 2012, através da Portaria de nº 03, em seu item 08, subitem 8.4, define como se dará a contratação e organização da carga horária do professor no laboratório educacional de informática (LEI). A mesma determina que o professor coordenador do LEI deverá ser efetivo, com estágio probatório concluído, ou temporário e, além da licenciatura concluída ou em conclusão, deverá apresentar conhecimento específico na área de informática básica e /ou informática educativa. Em se tratando da distribuição de carga horária por escola, caberá à unidade escolar com um laboratório, a lotação de 20 horas por turno de

¹¹ Rede Interativa Virtual de Educação da Secretaria da Educação a Distância do Ministério de Educação.

funcionamento. Quando a escola possuir dois LEIs ou mais, a CREDE ou SEFOR definirão a carga horária, observadas as especificidades e o limite máximo de 120 horas semanais.

Compreendendo que há um investimento significativo da Secretaria da Educação na lotação e funcionamento dos espaços já citados, a Coordenadoria Regional orientou a elaboração do Plano de Ação Integrado (PAI) como mais uma iniciativa para melhor estruturar a integração das ações pedagógicas desenvolvidas na escola, sendo o plano, fruto do monitoramento sistemático da CREDE/NRDEA.

A proposta do PAI dá continuidade a ações voltadas à utilização do LEI e outros espaços como laboratório de ciências e como o Centro de Multimeios, em busca de ressignificar sua existência na estrutura das escolas, contando com a liderança da gestão escolar para fortalecer a atuação dos professores lotados nos espaços de aprendizagem já citados, visando sua função de articulador dos mais diversos recursos midiáticos disponíveis nas unidades escolares. Segundo a concepção da Secretaria da Educação, o Centro de Multimeios congregará a sala de leitura, a biblioteca e os laboratórios da escola. Trata-se de diferentes espaços de suporte pedagógico a serviço do professor em regência em sala de aula.

No ano letivo 2013, um documento orientador foi divulgado pela SEDUC com o objetivo de dar maior visibilidade à ação desses espaços, e à qualificação da hora-atividade, implantada em todas as escolas públicas estaduais. As Orientações para o Suporte Pedagógico tiveram a intenção de orientar a escola na ação do planejamento escolar, da formação continuada e na preparação de matérias didático- pedagógicas, e da melhor reorganização dos espaços e tempos, considerando a nova reestruturação da carga horária do professor em atividades extraclasse ou sem a interação com alunos.

Pode-se afirmar que existe hoje um cenário favorável nas escolas no que diz respeito à realização de formação continuada em serviço após a implantação integral da hora-atividade, prevista na Lei nº 11.738, de 17 de julho de 2008. Entretanto, dois entraves são observados no gerenciamento das ações de formação continuada para a inserção das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na escola, e de formação sobre elaboração de projetos, ofertadas aos professores coordenadores do laboratório educacional de informática (LEI) pela CREDE desde 2007.

O primeiro entrave é a rotatividade de professores nas escolas, seja na regência de sala de aula, seja na lotação do LEI e de outros espaços. Essa rotatividade dos docentes é decorrente da escassez de professores efetivos nos municípios que compõem a 11ª CREDE. Em sua maioria, as escolas têm professores contratados temporariamente, com base na Lei Complementar nº 22, de 24 de julho de 2000. Embora, o estado do Ceará tenha realizado

concurso público para professor nível 1, no ano de 2011, o número de aprovados em concursos para professores da rede estadual nos sete municípios é sempre muito baixo. Outro fator que parece contribuir para o cenário de professores temporários é a localização da CREDE, no médio Jaguaribe, (Jaguaretama, Jaguaribara e Jaguaribe) e a microrregião da Serra do Pereiro, pertencente à mesorregião Jaguaribe (Ereré, Iracema, Potiretama e Pereiro). A distância entre a região e a capital do estado não tem atraído professores aprovados de outras regionais melhor localizadas. Essa situação traz uma descontinuidade das ações de formação propostas através do Núcleo de Tecnologia Educacional/ NTE /11ª CREDE.

O segundo aspecto que sinalizo diz respeito à natureza das formações. Embora a Secretaria tenha favorecido a formação continuada, nossa percepção é a de que essas ações de formação ainda não dão conta de inserir o professor no mundo midiático, de modo a levá-lo a fazer uso das TICs no cotidiano da sala de aula nas mais diversas disciplinas. Essa é uma observação que podemos extrair do nosso acompanhamento às escolas, como também dos registros presentes nos relatórios enviados pelo professor coordenador do LEI, ao NTE da 11ª CREDE. Há uma descontinuidade nas ações de formação em razão da rotatividade de professores lotados nas escolas, a atuação do coordenador escolar e do professor coordenador do Laboratório Educacional de Informática (LEI) como suporte de apoio pedagógico ao professor regente é muito frágil no que diz respeito à formação continuada sem serviço.

Apresentada a proposta das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, mais especificamente as duas escolas sob abrangência da 11ª CREDE, elenquei as condições existentes nessas unidades escolares no que diz respeito ao acesso às TICs, como também descrevi as condições de lotação dos professores que atuam nas EEEPs e no laboratório educacional de informática (LEI), consoante a Portaria de lotação da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Além disso, referi-me a algumas ações de iniciativa da Regional, tendo como foco a formação continuada dos professores coordenadores dos laboratórios educacionais de informática (LEIs). Dentre essas iniciativas, cabe destacar a orientação da CREDE para elaboração do Plano de Ação Integrado (PAI), cujo objetivo é propor que as escolas da 11ª CREDE consigam integrar todos os espaços de suporte pedagógico existentes nas escolas regulares e profissionalizantes.

Uma vez tendo discorrido sobre o contexto de onde emergem minhas indagações sobre o gerenciamento e utilização de recursos midiáticos por gestores e professores, nas duas escolas estaduais de educação profissional do estado do Ceará, *loci* de nossa investigação, vale aqui detalhar os objetivos que guiam o presente plano de ação:

(1) verificar se ações gestoras presentes na administração dessas escolas são pautadas por uma compreensão do conceito de letramento digital¹² e se os gestores – diretor e coordenador escolar - são letrados digitalmente;

(2) averiguar se os gestores apoiam as políticas de incentivo ao uso dos recursos midiáticos a favor do letramento digital dos professores na escola;

(3) verificar se os professores fazem uso de recursos midiáticos como recursos didático-pedagógicos;

(4) identificar se há, por parte dos alunos das escolas, reconhecimento da relevância da utilização de recursos midiáticos pelos educadores, como ferramentas produtivas para o ensino aprendido.

Delineado o foco da investigação acerca da gestão do letramento digital nas EEEPs, na próxima seção, passamos a apresentar algumas referências de estudos sobre o uso das TICs no processo de ensino e de aprendizagem com o objetivo de melhor compreender qual é a realidade das escolas, no que diz respeito à inserção das tecnologias da informação e da comunicação na rotina pedagógica.

1.1. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem e a atuação docente

Segundo Luck (2009), a ação do diretor escolar dependerá diretamente da sua concepção de educação e do seu desenvolvimento. O bom gestor, segundo a autora, deve estar atento às demandas de aprendizagem e formação dos discentes como cidadãos proativos, críticos e participativos. Além disso, deve manter elevadas expectativas sobre os resultados educacionais, visando à qualidade social na formação e aprendizagem dos alunos e buscar padrões de qualidade para as práticas educativas na escola, enxergando as demandas de formação que são sinalizadas pela dinâmica social e econômica.

¹² Tendo como referência os autores que fundamentam o trabalho, a concepção de letramento digital a ser adotada nessa pesquisa refere-se ao uso do computador, da internet e de outras mídias existentes nas duas EEEPs como TV, CD, DVD da TV Escola e outros disponíveis no Centro de Mídias, *softwares* educativos do laboratório educacional de informática e do laboratório educacional de ciências.

Essa dinâmica exige que o gestor esteja diretamente conectado com a sociedade atual, fortemente baseada no uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e no conhecimento. Nesse cenário, a educação assume um papel preponderante, demandando a necessidade de as escolas se renovarem e se reinventarem cotidianamente, buscando empreender as competências necessárias para a ação de promover educação para a inserção do jovem no mundo. Assegurar a formação continuada docente é um dos meios para garantir que os novos desafios e as exigências impostos à escola possam ser vencidos, atendendo à complexa dinâmica que envolve a instituição escolar e aqueles que nela atuam – professores, alunos e funcionários.

Na perspectiva da inserção da escola no mundo midiático para melhor atender às exigências sociais, Freitas (2009) aponta que há a necessidade de os indivíduos terem o domínio de um conjunto de informações e de habilidades mentais para lidar com os recursos disponíveis na sociedade. Sabemos que o mundo está experimentando uma mudança em rede. Nosso modelo de organização social mudou. Estamos conectados ao *Google*, ao *Linkedin*, ao *Flickr*, ao *My Space*, ao *Windows Live*, ao *Twitter*, ao *Facebook*, interagindo em novas fronteiras de espaço e de tempo, de forma não linear. Essa nova realidade, necessariamente, impõe uma mudança na postura dos educadores. Uma mudança que requer do profissional introduzir as ferramentas tecnológicas disponíveis em sua prática pedagógica, considerando que o advento de recursos midiáticos, o computador e a internet, por exemplo, transformaram as relações entre o papel do professor e do aluno, como também ampliaram as concepções de leitura, escrita e texto, introduzindo os conceitos de leitura não linear e de hipertexto.

Embora já esteja posto à escola o desafio de adequar-se à era tecnológica, como uma demanda urgente, a formação inicial do docente ainda não atende a essa questão, conforme constatam as pesquisadoras Bruno e Mattos (2010, p.03). As autoras afirmam haver a necessidade de o professor rever seu papel, readaptando-se à sociedade moderna. Acrescentam que, embora a temática “inclusão e letramento digital” permeiem a educação há algum tempo, permanece em discussão, porque a questão da apropriação dos recursos tecnológicos na prática pedagógica continua sendo um obstáculo na escola.

Para que seja bem empreendido o atendimento à demanda de o professor rever sua prática e atualizá-la, adequando-se aos recursos tecnológicos disponíveis, é necessária a implicação direta do gestor escolar, a quem cabe garantir no ambiente de trabalho as condições necessárias a um projeto político pedagógico que abra espaço para o uso dos recursos midiáticos como suporte para a ação educativa, com vistas a inserir a escola no mundo digital.

Assim, a inserção das tecnologias na escola passa a estabelecer uma conexão entre as concepções de gestão e tecnologias que passam a viabilizar novas práticas escolares. Esse cenário requer do gestor que assuma o papel de quem se coloca como líder que

(...) apoia a emergência de movimentos de mudança na escola e percebe nas tecnologias oportunidades para que a escola possa se desenvolver. Ele busca criar condições para a utilização de tecnologias nas práticas escolares, de forma a redimensionar seus espaços, tempos e modos de aprender, ensinar, dialogar e lidar com o conhecimento (ALMEIDA, 2005, p.17).

Portanto, nesse novo papel, o gestor precisará compreender a ruptura com algumas concepções dicotômicas ultrapassadas pela pós-modernidade, para enxergar-se e a sua escola, num ambiente, cujos atores e autores, sujeitos do ato educativo, precisam encontrar, nos recursos midiáticos, o suporte para o desenvolvimento e integração entre as mais diversas atividades que permeiam o ato educativo e a escola. Esse novo contexto educativo nos leva a afirmar que o gestor educacional, excluído do mundo digital e do universo de possibilidades que se nos oferece, terá dificuldade para perceber as possíveis contribuições que a tecnologia pode trazer à sua atuação profissional. Entrar nesse universo de possibilidades significa minimizar as inevitáveis consequências das mudanças ocorridas com o advento das tecnologias do mundo digital, a partir do qual emergem distintas formas de expressão do pensamento e representação do conhecimento. Conforme afirma Almeida (2005, p.19), nesse contexto de ensino e de aprendizagem, enriquecido pelas novas tecnologias, “pela integração de linguagens verbais, icônicas, sonoras, visuais, textuais e hipertextuais” transformam-se papéis e modifica-se a interação entre professor e aluno.

As múltiplas faces do aluno nativo digital que chega as nossas escolas desafiam gestores e educadores a saberem lidar com essa clientela, repensando o papel da escola, dos educadores e dos próprios educandos. Transforma-se a cultura escrita (impressa), a noção de alfabetização, de letramento e surgem novos suportes de leitura e de escrita (COSCARELLI; RIBEIRO, 2007).

Freitas (2009; p. 58), quando aponta acerca da distância entre as práticas de leitura-escrita propiciadas pela escola e as práticas de leitura-escrita vivenciadas pelos adolescentes internautas, afirma:

Consideramos que, na formação dos professores, tanto inicial quanto continuada, poucas e incipientes têm sido as iniciativas capazes de apontar saídas reais ou de contribuir de forma eficiente com um trabalho que integre a questão da aprendizagem, com o computador e a internet, presentes na contemporaneidade.

Considerando-se que o surgimento do computador e a invenção da internet revolucionam o mundo e as relações que nele se estabelecem, é preciso olhar para a formação do professor, pois a escola não pode ser apartada da sociedade, permeada pelas tecnologias. As TICs estão nos espaços escolares e são oportunidades de mudanças na prática docente. Não se trata apenas da modernização de um sistema antigo, mas de compreender a escola inserida numa sociedade guiada pela revolução tecnológica. Como afirmam Bruno e Mattos (2010), é necessário que as escolas atualizem suas propostas pedagógicas, considerando o avanço tecnológico e os papéis que a sociedade contemporânea requer do professor, que é levado a assumir novas atitudes em se tratando do conhecimento e da aprendizagem. Essa nova postura ainda é um desafio para os educadores, embora o computador tenha adentrado as escolas desde a década de 1980. Já a internet chegou ao país há cerca de vinte anos, mas só na década de 1990 o acesso nas escolas começa a ser disseminado ainda de forma insuficiente, dadas as condições adversas e distintas das escolas no Brasil. Esses dois adventos são um divisor de águas para tudo o mais que surge a partir da web 1.0¹³ e do desenvolvimento de tecnologias *online* e *of line* que passam a conectar as pessoas e a permitir formas de comunicação até então inimagináveis. Rompem-se as fronteiras do tempo e do espaço, o hipertexto faz evoluir a concepção de leitura como algo linear, modifica a noção de autoria, de co-criação, até mesmo ressignifica o conceito de autor e leitor. Quando se trata de recursos midiáticos acessados por meio de tecnologia digital e já acessíveis às escolas como *tablets*, *softwares* educativos, jogos interativos, vídeos, lousas digitais, ambientes de aprendizagem virtuais, *notebooks*, projetores multimídia, livros virtuais, jornais e revistas *on line* e redes sociais, parece ser ainda maior o distanciamento da prática docente, pois ainda não é visível a inserção das tecnologias, sobretudo, se observarmos o planejamento escolar. Isso vem enfatizar a importância da gestão como articuladora da inserção das TICs no currículo da escola.

É preciso que o professor se perceba agente da mudança e entenda que poderá favorecer a aprendizagem dos alunos com o uso desses recursos, pois as tecnologias *on-line* e *off-line*, na maioria das vezes, fazem parte do cotidiano dos alunos. Entretanto, contraditoriamente, ainda não se constituem recursos auxiliares e rotineiros da prática pedagógica nas diferentes áreas disciplinares. Tal multiplicidade de recursos coloca a escola frente a uma clientela diversa: os nativos digitais e os alunos excluídos digitais, que, embora nascidos na era digital, estão à margem dessa revolução tecnológica. Portanto, o professor precisa transitar nesse universo que se coloca desafiador ao processo de ensinar e de aprender, envolvendo alunos familiarizados

¹³ É assim designada porque ainda não permite a interação e recriação. Somente uma página de leitura que apenas o webmaster ou um programador podem manusear.

com as tecnologias e alunos que somente têm acesso a elas na escola. É uma condição posta pela desigualdade socioeconômica do país.

Um indício desse distanciamento é facilmente percebido na escola em ações que venham requerer o mínimo de domínio das tecnologias para criar um *email* e se inscrever no ENEM. Muitos são os alunos que não possuem endereço eletrônico e tampouco sabem como criar um. A necessidade de oferecer condições para que os docentes se apropriem das tecnologias como recursos educacionais requer investimentos na formação continuada do professor, para que desenvolva as competências para lidar com os recursos da *web* e com as mídias diversas disponíveis, para favorecer a atualização das suas práticas pedagógicas diante das demandas do mundo tecnológico.

Apresentada a demanda por uma educação inserida no mundo digital, na próxima seção apresentarei as políticas de ensino profissionalizante no Brasil e o contexto no qual surgem as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) no cenário estadual. Serão, também, caracterizadas as duas unidades escolares que constituem o *loci* de meu estudo: Escola A - Escola Estadual de Educação Profissional de Jaguaribe e a Escola B - Escola Estadual de Educação Profissional de Pereiro. Dando continuidade, discorrerei sobre as ações do ProInfo Integrado e do NTE/ CREDE e encerrarei a seção, tratando da metodologia para a análise do estudo de caso.

1.2 As políticas de ensino profissionalizante no Brasil e no Ceará

As EEEP's são uma nova proposta de ensino médio articulado à educação profissional, ainda em implantação no estado do Ceará. Esse modelo de escola foi criado, no âmbito da Secretaria Estadual da Educação, em dezembro de 2008, através da Lei nº 14.273 (19/12/2008) e faz parte da ação do Estado, com a perspectiva de atender ao dispositivo legal instituído em 16 de julho de 2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96. A alteração ocorrida por meio do dispositivo legal instituído pelo Governo Federal foi a de propor que a educação profissional passaria a ser integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, das ciências e da tecnologia.

Dentre os objetivos contidos na Agenda Estratégica da Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC, gestão 2008-2010, e ratificados na Agenda Estratégica 2011-2014, está o de diversificar a oferta do Ensino Médio, visando à sua articulação com a educação profissional e à

continuidade dos estudos. Tal objetivo está articulado com os seguintes indicadores: matrícula da educação profissional na rede estadual, oferta de vagas no cursinho pré-vestibular gratuito “Rumo à Universidade” e vagas no projeto e-Jovem¹⁴, voltado para jovens concludentes e/ ou egressos do ensino médio público.

A proposta de educação profissional do estado do Ceará teve início em 2008, com 25 unidades escolares, dentre as quais a EEEP de Jaguaribe, inaugurada em agosto daquele ano, segundo dados da Coordenadoria Estadual da Educação Profissional da SEDUC (COEDP) (SEDUC, 2012). Em abril de 2011, a segunda EEEP da região, localizada no município de Pereiro, iniciou suas atividades. Em 2012, já eram 92 escolas estaduais de educação profissional em funcionamento, localizadas em 71 municípios, atendendo aproximadamente a 35 mil jovens, em cursos com duração de três anos. Pretende-se que, até o final da atual gestão estadual, ou seja, 2014, 140 escolas estejam em funcionamento. Atualmente, são ofertados 51 diferentes cursos, cuja definição de implantação nas EEEPs considera a vocação econômica de cada região delimitada com base em estudo realizado pela SEDUC, em parceria com outras instituições.

A política de educação profissional para o ensino médio público se destaca no Ceará por concretizar um dos objetivos estratégicos da atual gestão, possuindo uma ordem de investimentos muito significativa. Segundo a Coordenadoria da Educação Profissional (COEDP), considerando o período de 2008 a 2011, mais de 600 milhões¹⁵ foram gastos com educação profissional no estado do Ceará.

A estrutura organizacional das EEEPs visa a permitir que as ações de planejamento e de acompanhamento pedagógico aconteçam de forma mais qualitativa, uma vez que todos os educadores são contratados com carga horária de 40 horas/aula, independente da matrícula da unidade escolar. A jornada de trabalho integral é própria dessas escolas. É esperado que a lotação em atividades extraclasse favorecesse a melhoria da atuação do gestor junto ao

¹⁴ Projeto e-Jovem é uma proposta do governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação do Estado, que tem por objetivo ofertar formação em TI a jovens que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio regular. Busca responder à demanda por qualificação profissional dos nossos jovens, disseminando na capital e no interior do estado oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal ou fortalecendo o empreendedorismo juvenil através de iniciativas autônomas na área de tecnologias.

¹⁵ O montante de recursos foi aplicado para viabilizar as ações de implantação e de implementação do projeto de educação profissional. 55,9 milhões foram investidos em ações diversas. Na construção de 52 escolas foram investidos: R\$ 233 milhões. Em escolas em fase de construção ou em fase de licitação, o valor atinge R\$ 102 milhões. Em alimentação escolar que inclui dois lanches e almoço: R\$ 81 milhões. Já em reformas, melhoria e ampliação de prédios: R\$ 26 milhões. Para a contratação de professores técnicos e orientadores de estágio foram destinados R\$ 81 milhões. Para pagamento da Bolsa Estágio como incentivo para os alunos foram empregados R\$ 17,1 milhões. Destinou-se à construção de laboratórios educacionais técnicos específicos para os cursos R\$ 5 milhões. Para a aquisição de equipamentos para os laboratórios técnicos, R\$ 10,9 milhões. Na confecção de fardamento para distribuição gratuita, foram destinados R\$ 1,8 milhões e acervo bibliográfico: R\$ 1,4 milhões.

professor, uma vez que a organização da escola amplia o tempo de hora/ atividade do professor (educador), fora da sala de aula.

Atualmente, o professor da EEEP dispõe da carga horária de 40 horas/aula, conforme prevê a Lei Nacional do Piso nº 11.738/2008, ou seja, 2/3 da carga horária de trabalho para atividades de interação com alunos em sala de aula e 1/3 para outras atividades. Nessas escolas, as horas/atividades são organizadas para atividades de planejamento, horário de estudo, elaboração de material e formação continuada. Teoricamente, isso significa que todos os professores dispõem de condições de trabalho que possibilitam a formação continuada e em serviço na escola.

Os cursos técnicos das EEEPs propõem um currículo que integre as disciplinas da base comum às disciplinas da área técnica. Essa conjugação encontra-se em construção, por serem ainda recentes as experiências em educação integral e integrada de Ensino Médio no Brasil. No Ceará, em especial, essa integração requer que a gestão escolar consiga construir um projeto político pedagógico, que dê conta do processo de ensino-aprendizagem, visando o desenvolvimento dos jovens, com base nos pilares para a educação do Século XXI, definidos no Relatório para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.

Esse Relatório, publicado no Brasil com o título “Educação: Um Tesouro a Descobrir” (1999), aponta quatro pilares fundamentais para a educação no século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a conviver. O primeiro pilar trata da nossa necessidade de continuar aprendendo ao longo da vida, no mundo do trabalho e fora dele. O segundo pilar “aprender a fazer” diz respeito à formação profissional e a como o aluno porá em prática aquilo que aprendeu, sendo capaz de acompanhar a evolução do mundo e inserir-se nele. Já “aprender a ser” está relacionado à garantia de uma educação que possa contribuir para o desenvolvimento da pessoa, para que ela seja autônoma, crítica e capaz de formular juízo de valor, decidir e estar inserido no mundo da evolução tecnológica, sem desumanizar-se. “Aprender a conviver”, o quarto pilar, está relacionado à cultura de paz e não violência, considerando que a história humana registra relações conflituosas, cujo potencial extraordinário se fortaleceu no decorrer século XX. Os fundamentos desse relatório também são orientadores da Filosofia da TESE, modelo de gestão das escolas profissionais.

Essa integração curricular exige da escola lidar com novas concepções e metodologias de ensino, inclusive no que diz à relação entre professor e aluno e novas tecnologias. Requer, também, estabelecer um diálogo não linear entre as disciplinas, fortalecendo a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Esse contexto vem ao encontro do que é proposto pelos quatro pilares da educação do século XXI, descritos acima. Nesse ponto, é

possível construir, também, uma interface entre o novo e desafiador cenário dessas unidades escolares e as transformações advindas com a revolução digital.

1.3 O cenário da investigação

As escolas que constituem o cenário da presente investigação são a Escola Estadual de Educação Profissional do município de Jaguaribe, a partir de agora denominada Escola A e a Escola Estadual de Educação Profissional de Pereiro, Escola B, ambas sob a abrangência da 11ª CREDE. Passo, a seguir, a tratar de cada uma dessas escolas, apresentando seu funcionamento, estrutura física disponível, como também o contexto onde estão inseridas, visando à percepção de sua realidade.

1.3.1 A Escola Estadual de Educação Profissional A

O município sede da 11ª CREDE, onde está situada a primeira unidade escolar em estudo, tem a população estimada em 34.416 habitantes, consoante o censo 2010. Sua economia se concentra na produção de leite. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio desse município, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD 2000 é de 0,672, e o Produto Interno Bruto (PIB) R\$ 184.6 milhões, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2008. A renda *per capita* desse município se encontra abaixo da média da região nordeste, o que o coloca na 5ª posição no *ranking* brasileiro.

A escola A possui 10 salas de aula, sendo algumas delas climatizadas, ampla área de circulação, biblioteca, espaços administrativos bem organizados como secretaria escolar, sala do diretor, sala da coordenação escolar, ambiente para os professores, laboratórios, teatro de arena, estacionamento, cozinha, refeitório aberto, áreas de convivência, ginásio coberto e jardins externos.

Essa unidade escolar, inaugurada em agosto de 2008, atende atualmente a 354 alunos, distribuídos em nove turmas nos seguintes cursos de ensino médio: Técnico em Administração, Técnico em Rede de Computadores, Técnico em Secretaria Escolar, Técnico em Comércio, Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática. A escola oferta, ainda, além da formação em nível médio técnico, outros cursos de formação de curta duração para jovens, que já são

concludentes ou egressos do ensino médio. Dentre os cursos oferecidos vale citar o *e- Jovem*, projeto que visa a ofertar capacitação em três áreas: tecnologias da informação e comunicação, empreendedorismo e cooperativismo.

A clientela dessa escola é composta por jovens que estão em idade adequada ao fluxo escolar do ensino médio, ou seja, 15 a 17 anos, em sua maioria. São jovens oriundos de escolas públicas municipais de ensino fundamental, pois a rede estadual não oferta mais esse nível de ensino no município de Jaguaribe. Pertencem a famílias que vivem basicamente da produção agrícola, da pecuária e da confecção de peças de filé (trançado de fios de algodão ou de linha de crochê). A condição socioeconômica dessa clientela parece possibilitar que apenas uma minoria tenha acesso aos recursos midiáticos, ao computador e à internet em casa.

Em se tratando dos recursos midiáticos, a unidade escolar localizada em Jaguaribe dispõe de dois laboratórios de informática, cada um deles estruturado com 21 computadores. Embora não tenha a estrutura física de acordo com os padrões do Ministério da Educação, por ter iniciado suas atividades em 2008 e o modelo de escola profissionalizante do MEC ser mais recente, como é o modelo da Escola B, além desses laboratórios educativos, dispõe dos laboratórios técnicos profissionalizantes para os cursos de Informática, para o curso de Enfermagem e um laboratório interdisciplinar de Ciências. Especificamente, esses laboratórios possuem equipamentos e recursos destinados a aulas teóricas e práticas para a formação técnica dos alunos, de acordo com cada curso profissionalizante de nível médio técnico. Em 2013, os recursos foram incrementados com *tablets* para os professores de todas as escolas do estado com o propósito de se tornar mais um recurso a serviço da escola e dos professores.

A quantidade de equipamentos da escola atende às definições do Ministério da Educação, considerando-se a relação entre a quantidade de 40 a 45 alunos por sala e a quantidade de 21 computadores, em se tratando do ensino médio regular. Entretanto, segundo o depoimento dos docentes e dos gestores da EEEP, registrado durante as visitas sistemáticas de acompanhamento da 11ª CREDE, quando considerado o atendimento às disciplinas da base nacional comum e o uso pelas disciplinas técnicas da base profissional, nas EEEPs, a quantidade de máquinas disponíveis nesses laboratórios é apontada como insuficiente.

Apesar dessa avaliação, a partir do acompanhamento permanente da CREDE, detectou-se que a estrutura, considerada insuficiente pela gestão e pelos docentes, ainda não tem uso efetivo e frequente, principalmente pelas disciplinas da base comum. A Escola A ainda não conseguiu efetivar um planejamento eficaz e organizado pela gestão escolar com a participação dos professores coordenadores do LEI. Embora seja essa a orientação que se busca implementar desde 2008, ou seja, compreender a função do professor lotado no Laboratório

Educacional de Informática (LEI), como suporte pedagógico a serviço do ensino e da aprendizagem. Os relatórios de acompanhamento da Superintendência Escolar e do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), da 11ª CREDE não explicitam as ações desenvolvidas nesse espaço tecnológico como sistemáticas e que sejam, efetivamente, fruto de planejamento coordenado pela gestão escolar.

Em 2012, para a utilização dos laboratórios de informática (LEI), a escola contou com dois docentes com licenciatura em Ciências da Natureza e Linguagens e Códigos e conhecimento comprovado, através de certificado, no uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação, cumprindo cada um 40 horas aula. A função desses professores lotados no LEI é dar suporte às atividades didático-pedagógicas elaboradas pelos professores de todas as disciplinas que façam uso dos laboratórios.

Apesar da disponibilidade dos professores da base curricular comum coordenadores do LEI, a percepção inicial é de que apenas alguns professores que já fazem uso das tecnologias, por uma opção pessoal é que usam o laboratório de informática para ministrar suas aulas. Destaco que os professores da base curricular técnica utilizam o LEI para ministrar as disciplinas técnicas na área de informática. O uso dos recursos disponíveis parece não ser fruto de uma ação de planejamento e de formação continuada ofertada pela escola.

1.3.2 A Escola Estadual de Educação Profissional B

A população de Pereiro totaliza 15.754 habitantes. Concentra-se na zona rural e sobrevive basicamente do cultivo do algodão, milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, castanha-de-caju e frutas diversas. A criação de bovinos, suínos, ovinos e de aves também é a base da economia local. Além disso, a extração vegetal e o artesanato de rede e bordados são fonte de renda. O IDH é de 0,626, conforme aponta o PNUD 2000. Já o PIB *per capita* é de R\$ 3.148,73 milhões, de acordo com dados de 2008 do IBGE. Verificamos, assim, que esse município acompanha a tendência de Jaguaribe, em relação aos baixos índices de desenvolvimento, quando comparados com o Estado e com a região nordeste.

A Escola foi inaugurada em abril de 2011 com a oferta dos seguintes cursos: Técnico em Agronegócio, Técnico em Informática, Técnico em Rede de Computadores, Técnico em Secretaria Escolar e Técnico em Carpintaria. A clientela dessa escola profissional também é composta por jovens, em sua maioria, com idade adequada ao fluxo regular do ensino médio, ou seja, 15 a 17 anos, assemelhando-se à escola de Jaguaribe (SIGE, 2012).

A escola atende ao padrão do Ministério da Educação - MEC, no que diz respeito à estrutura física, material e equipamentos. A unidade escolar foi construída consoante projeto arquitetônico disponibilizado pelo programa Brasil Profissionalizado¹⁶ e desenvolvido pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A referida escola possui 12 salas de aula, seis laboratórios básicos, auditório, biblioteca, teatro de arena, refeitório, área de convivência, quadra poliesportiva coberta e dois laboratórios especiais, destinados aos cursos de carpintaria e rede de computadores.

Em se tratando dos laboratórios educacionais para a base comum do currículo, a escola possui uma estrutura favorável, contando com os seguintes espaços de laboratório: biologia, química, física, matemática, línguas e informática. Os três últimos laboratórios citados (matemática, línguas e informática) têm computadores, totalizando 63 máquinas. Tal estrutura nos leva a inferir que haja melhores condições na escola, que poderão facilitar a atuação da gestão no que diz respeito a incentivar o letramento digital docente e discente.

Na escola, outro espaço pedagógico que permite o acesso às ferramentas midiáticas é a biblioteca. Equipada com plataforma de acessibilidade, esse espaço dispõe de dois computadores para consulta ao seu acervo no piso térreo e no pavimento superior, possui 18 computadores conectados à internet à disposição dos alunos, contando ainda com mesas para estudo. A escola dispõe, também, de cinco computadores na sala dos professores, unicamente para os educadores, o que está de acordo com Manual do Programa Brasil Alfabetizado, Escola Padrão MEC. A escola B, dispõe de mais recursos para atender à demanda de sua clientela que, em 2012, era composta por 342 alunos distribuídos em 09 turmas compostas em média por 40 alunos e em diferentes cursos.

Apresentado o cenário de investigação, composto pelas duas escolas sob abrangência da 11ª CREDE, na seção seguinte, apresentarei as ações do ProInfo Integrado e do NTE/ 11ª CREDE, com vistas a descrever a política proposta para estimular o letramento digital com foco na atuação dos professores como também identificar se o uso das tecnologias tem sido fomentado pelos gestores a partir do planejamento pedagógico.

1.4 Ações do ProInfo Integrado e do NTE/ CREDE

¹⁶ O programa visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, financiando a construção e aquisição de equipamentos para essas escolas. A iniciativa repassa recursos do Governo Federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas. Criado em 2007, possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integrado à educação profissional que é uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é ampliar a oferta de cursos profissionalizantes para dar conta de atender às demandas da economia e do mercado de trabalho que carecem de profissionais cada vez mais qualificados.

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), criado pela Portaria nº 522, de 09 de abril de 1997, pelo Ministério da Educação, visa promover o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio. O Programa integrava a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC), através do Departamento de Infraestrutura em Tecnologia Educacional (DITEC). Para sua disseminação, contava com a parceria das Secretarias de Educação Estaduais e Municipais (Portal do MEC.2012).

A ampliação do programa PROINFO para ProInfo Integrado surgiu com a proposta de integrar ações diversas, ofertando formação para o uso didático-pedagógico das TICs, articulando essa iniciativa à aquisição de equipamentos tecnológicos para as escolas públicas e a recursos como o Portal do Professor, a TV Escola, DVD Escola, Portal Domínio Público e Banco Internacional de Objetos Educacionais. São formações estruturadas por esse programa: Introdução à Educação Digital, com carga horária de 40h, Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC, com carga horária de 100h e com o objetivo de subsidiar teórica e metodologicamente os professores e gestores escolares, para que desenvolvam competências tais como: compreender o uso das TICs como potencial pedagógico para o ensino e a aprendizagem nas escolas públicas; criar situações de aprendizagem, para que os alunos aprendam a trabalhar colaborativamente; fazer uso das TICs como estratégias de melhoria de seu desempenho profissional. São possibilitadas aos professores e gestores, ainda, as seguintes formações: elaboração de projetos com carga horária de 40h e curso de especialização de Tecnologias em Educação, com carga horária de 400 h.

O Programa funciona de forma descentralizada, sendo que em cada Unidade da Federação existe uma Coordenação Estadual, cuja atribuição principal é a de introduzir o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas da rede pública, além de articular as atividades desenvolvidas sob sua jurisdição, em especial as ações do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), que integra a estrutura das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs), no estado do Ceará. Esse núcleo se destina à formação continuada dos docentes para o uso pedagógico das TICs. Volta-se, ainda, à disseminação de experiências pedagógicas. No nordeste são 96 NTEs, sendo 26 situados no Ceará.

Diante da proposta do ProInfo Integrado, é preciso contextualizar as ações do NTE da 11ª CREDE, apresentando as iniciativas desenvolvidas por esse núcleo, desde 2007, voltadas à utilização dos Laboratórios Educacionais de Informática (LEIs), promovidas pelo Núcleo Regional de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (NRDEA)/Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) com vistas a colaborar com a inserção das TICs em todas as escolas sob abrangência da região, incluindo as EEEP.

1.4.1 A iniciativa da 11ª CREDE visando a utilização dos LEIs por meio do NRDEA/NTE

Na estrutura organizacional da 11ª CREDE, há um Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), cuja função é concretizar as políticas públicas federais do ProInfo Integrado e estaduais, da Secretaria da Educação do Estado (SEDUC), no que diz respeito à inserção das TICs nas escolas públicas Estaduais. O NTE a que me refiro conta com 25 computadores conectados à internet, além da disponibilidade de outros equipamentos e mídias para a promoção de formação continuada docente e desenvolvimento de programas destinados diretamente aos alunos como é o caso do Programa Aluno Integrado¹⁷. Conta com duas professoras multiplicadoras, cuja função é implantar as ações do Núcleo, incluindo o acompanhamento sistemático ao funcionamento dos LEIs existentes em todas as escolas públicas estaduais que compõem a 11ª Coordenadoria. São 14 unidades escolares e 19 LEIs para acompanhamento, pois há escolas que possuem mais de um laboratório como é o caso das EEEPs. Na estrutura organizacional das escolas, esses laboratórios fazem parte do Centro de Multimeios (espaço escolar que congrega os laboratórios de ciências, os LEI, a sala de leitura e a biblioteca escolar).

A 11ª Coordenadoria tem apoiado o funcionamento dos ambientes coordenados pelo Centro de Multimeios Escolar, ofertando formação continuada, através do NTE e, realizando eventos de valorização das ações desenvolvidas pela escola. Desde 2007, através do Proinfo Integrado, o NTE vem realizando formação continuada destinada a gestores e professores, visando o uso das TICs. Foram ofertados os cursos: “O Uso das TICs” e “Elaboração de Projetos”. Além de cursos, em 2010, a CREDE realizou a I Mostra de Experiências Exitosas com o objetivo de valorizar as experiências de cada escola no uso dos laboratórios de Informática e de Ciências. Além dessas ações, desde 2008, anualmente, a CREDE realiza a Feira Regional de Ciências e Cultura que possibilita o fomento ao desenvolvimento de projetos nas mais diversas áreas do conhecimento e o uso das TICs. Dentre as cinco categorias que são avaliadas para premiação, estão Linguagens e Robótica. Assim, os alunos e os professores orientadores podem concorrer nessas categorias, desenvolvendo projetos sobre o uso das TICs.

Além dessas ações elencadas, a Coordenadoria mantém uma sistemática de acompanhamento e monitoramento das escolas, através da Superintendência Escolar. Destaco

¹⁷ O programa do Ministério da Educação (MEC) tem como objetivo a qualificação discente em Tecnologia Digital, sendo o público-alvo os alunos do ensino médio, matriculados em escolas da rede pública no Brasil. A oferta é gratuita e na modalidade EAD, com carga horária de 180 horas, sendo aluno certificado pela Universidade Federal de Goiás. O curso tem como objetivo tornar o aluno suporte dos professores na utilização dos LEIs como também preparar os jovens para o mercado de trabalho e em empresas de TICs. Os módulos que compõem o curso são: Introdutório, Hardware, Sistemas Operacionais e Manutenção de Computadores.

que, ao início de cada ano letivo, a equipe do Núcleo Regional de Desenvolvimento da Escola (NRDEA), através do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) orienta a elaboração de ações diversas, sempre buscando melhorar a atuação do professor coordenador dos ambientes integrados ao Centro de Multimeios. No caso do NTE, o foco é a atuação do professor coordenador do LEI. O Plano de Ação Integrado (PAI), anteriormente citado foi uma alternativa pensada pela CREDE para construir uma prática educativa a partir da qual a gestão escolar conseguisse dar direcionamento à atuação dos ambientes educativos a serviço da aprendizagem na escola, de forma sistematizada e integradora do planejamento escolar. O referido documento foi orientado pela CREDE, através de um roteiro elaborado pela equipe de acompanhamento às escolas.

O Plano de Ação Integrado (PAI) surge como diretriz da CREDE após a observação de que os vários ambientes educativos escolares funcionam isoladamente e ainda não conseguem congregiar suas ações, subsidiando o planejamento docente a partir da gestão pedagógica escolar. Parecem espaços de suporte pedagógico que ficam à margem da dinâmica educativa da escola. O PAI é composto de objetivos, metas, matriz de resultados e ações propostas para o ano letivo para cada ambiente de aprendizagem. O princípio norteador desse plano é a compreensão de que os espaços já citados estão a serviço do professor regente da sala de aula, devendo o diretor e coordenador escolar liderar a gestão desses ambientes e dos seus profissionais, colocando-os como integradores da ação pedagógica.

Todas as 14 unidades escolares que constituem a 11ª Regional apresentaram seu PAI ao NRDEA para o ano letivo 2011. Não foi possível coletar os resultados finais, contudo, a CREDE realizou um acompanhamento sistemático da implementação desse plano nas escolas a partir do qual foi possível que, em abril de 2012, fosse reelaborado com a estrutura mais simplificada, a partir do redirecionamento do NRDEA/11ª CREDE. Essa simplificação é resultado do acompanhamento da CREDE e advém da percepção de que as escolas tiveram dificuldade de compreender e de desenvolver a primeira versão do documento. Considero válida a continuidade do mesmo para fortalecer as ações integradas e a atuação da gestão escolar nos processo pedagógico das escolas, congregando os atores envolvidos.

A partir desse desenho de acompanhamento do Plano de Ação Integrado (PAI), através da Superintendência Escolar, ao longo do ano letivo 2011, foi possível extrair alguns elementos importantes sobre a implantação deste Plano nas duas EEEPs em estudo, a partir dos Relatórios Mensais enviados pelo professor coordenador do LEI pelo professor coordenador do laboratório de ciências e pelo professor regente do Centro de Multimeios e das Atas de Acompanhamento Mensal da Superintendência Escolar:

- As escolas tiveram dificuldade para elaborar o PAI, apesar do assessoramento da CREDE.
- Em sua maioria, a elaboração do PAI não foi, efetivamente, uma ação coordenada pela gestão. Nas escolas, apenas os profissionais lotados no Centro de Multimeios e laboratórios participaram da ação.
- Os relatórios enviados à CREDE, no decorrer do ano letivo 2011, apontam para a ineficácia na execução das ações planejadas.
- A gestão escolar das EEEPs parece ainda não desenvolver efetivamente a gestão por resultados, focada na ação integrada de todos os atores da escola.

Como coordenadora da 11ª CREDE, é possível perceber que, embora haja investimento da Coordenadoria no fortalecimento das ações de formação continuada de professores, através do NTE e da atuação da gestão escolar, com ações de formação continuada e em serviço, essas ações ainda se encontram em processo em construção.

Se na escola regular de ensino médio público o desafio de inserir o uso das TICs no cotidiano das mais diversas disciplinas é grande, nas EEEPs, torna-se ainda maior. Isso se dá porque a integração curricular exigida por esse modelo de escola torna imprescindível o domínio das tecnologias de informação e comunicação. E mais que isso, prima pela construção de um currículo que integre a base comum e a base técnica.

É o desafio da gestão do letramento digital docente nas EEEPs que me move a investigar como as duas escolas de ensino profissionalizante têm fomentado o domínio das tecnologias existentes na escola a fim de melhor qualificá-los para a formação discente, permeando a sua prática com o uso das TICs e promovendo a inclusão digital dos alunos, cuja formação técnica deverá prepará-los para o mercado de trabalho e inseri-los no universo da cibercultura¹⁸.

Apresentadas as ações do ProInfo Integrado e do NTE/ 11ª CREDE, para a utilização do LEI, aponto, a seguir, a metodologia utilizada para o estudo do caso em questão.

1.5 O método de análise do estudo de caso

¹⁸ Conjunto de práticas, atitudes e modos de pensamento que se desenvolvem juntamente com o ciberespaço.

Para o presente estudo de caso, foram adotados procedimentos para definir qual o espaço que a gestão do letramento digital dos docentes ocupa nas EEEPs. Para tanto, realizei análise documental dos Relatórios Mensais de Atividades que o professor coordenador do LEI envia ao NTE/11^a CREDE, a fim de verificar de que forma se dá o uso das TICs pelos docentes. Também me debrucei sobre o Plano de Ação Integrado, elaborado, sob a coordenação da gestão, em consonância com os professores lotados nos laboratórios e no Centro de Múltiplos onde observei se há consonância com as ações registradas nos Relatórios Mensais do Professor Coordenador do LEI. Além dessa análise documental, também foi necessária a realização de entrevistas semiestruturadas com os gestores das escolas (dois diretores e seis coordenadores escolares), para identificar se a gestão por resultados, definida na TESE, inclui a formação continuada dos docentes, com foco no letramento digital, como uma das condições para o sucesso das práticas educativas. Aos 45 docentes das duas EEEPs foi aplicado um questionário, visando, principalmente, identificar se as práticas educativas com o uso das TICs registradas nos documentos das escolas fazem parte do cotidiano escolar com vistas à inclusão digital dos alunos. Por fim, também, realizei entrevista com 30 alunos de diferentes séries do ensino médio, sendo 10 de cada unidade escolar, visando aprofundar as questões que envolvem o letramento digital e realizar uma avaliação triangular com a participação dos gestores, professores e alunos.

Em síntese, na busca de compreender como se dá a atuação dos gestores escolares das duas EEEPs da 11^a CREDE no que concerne ao letramento digital dos docentes, pautei meu estudo em fontes de pesquisa de duas naturezas: fonte primária, aplicando questionários de autopreenchimento aos gestores escolares e aos professores de forma censitária e a alunos de forma amostral; e fonte secundária, análise documental investigando documentos da Coordenadoria e das duas escolas.

Resumindo os instrumentos utilizados descritos acima:

1. Análise dos documentos escolares:
 - (i) Plano de Ação Integrado (PAI) (conferir os anexos I e II).
2. Análise dos documentos da 11^a CREDE :
 - (i) Relatórios Mensais de Atividades desenvolvidas no LEI, enviados pelas escolas (conferir os anexos III e IV).
3. Questionário de autopreenchimento aplicado aos gestores das duas EEEPs (conferir o anexo V);

4. Questionário de autopreenchimento aplicado aos 45 docentes das duas EEEPs (conferir o anexo VI);

5. Questionário de autopreenchimento aplicado de forma amostral a 15 alunos de diferentes séries do ensino médio, de cada unidade escolar (conferir o anexo VII).

A partir da aplicação de questionários, pretendo levantar questões referentes aos seguintes aspectos:

- A relação entre ações gestoras presentes na administração dessas escolas e o letramento digital – compreensão do conceito por parte dos gestores e sua condição de letrado digitalmente.
- O apoio da gestão às políticas de incentivo ao uso dos recursos midiáticos a favor do letramento digital dos professores.
- O uso de recursos midiáticos pelos professores, como recursos didático-pedagógicos, facilitadores do processo de ensino e aprendizagem.
- O reconhecimento, por parte dos alunos, da relevância da utilização de recursos midiáticos pelos educadores, como ferramentas produtivas para o ensino e aprendizagem.

Finalizado este primeiro capítulo, retomamos seu objetivo: apresentar o cenário do estudo de caso. Para isso, tratamos sobre as TICs no processo de ensino e aprendizagem e a atuação docente, descrevemos as políticas de ensino profissionalizante no Brasil e no estado do Ceará. Em seguida, apresentamos as duas escolas estaduais de educação profissional que estão sob a abrangência da 11ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e que são o *loci* de investigação desse estudo. Dando continuidade, foram apresentadas as ações do ProInfo Integrado e do Núcleo de Tecnologia Educacional da 11ª CREDE. Neste sentido, elencamos a iniciativa da Coordenadoria, visando a utilização do LEI por meio do Núcleo Regional de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (NRDEA/NTE). Finalizando, tratei da inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na prática dos docentes das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP). Como proposição metodológica, foi definida a realização de análise documental e a aplicação de questionários de auto preenchimento a gestores, professores e alunos das EEEPs.

Realizada a contextualização do estudo de caso, no capítulo um, especifiquei o *loci* da minha investigação.

No capítulo dois, apresento a análise dos dados extraídos a partir da pesquisa documental realizada através da análise do Plano de Ação Integrado (PAI) e dos relatórios mensais do LEI e da pesquisa de campo utilizando os questionários de autopreenchimento. Os achados da pesquisa fundamentam a elaboração do Plano de Ação Educacional (PAE) a ser apresentado no capítulo três.

2. AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E OS IMPACTOS NA AÇÃO PEDAGÓGICA

O capítulo dois tem como propósito apresentar a análise dos dados levantados na pesquisa realizada nas duas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), tendo em vista os objetivos já definidos na introdução e no capítulo um: (1) verificar se as ações gestoras presentes na administração dessas escolas são pautadas por uma compreensão do conceito de letramento digital e se os gestores - diretor e coordenadores escolares - são letrados digitalmente; (2) averiguar se os gestores apoiam as políticas de incentivo ao uso dos recursos midiáticos a favor do letramento digital dos professores; (3) verificar se os professores fazem uso de recursos midiáticos como recursos didático-pedagógicos; (4) identificar se há, por parte dos alunos das escolas, reconhecimento da relevância da utilização de recursos midiáticos pelos educadores, como ferramentas produtivas para o ensino aprendido.

A proposta de criação das EEEPs no estado do Ceará tem como um dos focos de sua ação formar jovens em nível médio técnico para o exercício de uma profissão. Isso sugere que esse tipo de escola requeira que os professores tenham competência para lidar com os recursos midiáticos existentes na unidade escolar, visando subsidiar a prática educativa. Nesse sentido, surge o interesse em perceber se o letramento digital perpassa o cotidiano das duas EEEPs a partir do fomento às iniciativas de uso dos recursos midiáticos existentes na Escola A, situada em Jaguaribe, e também na Escola B, localizada no município de Pereiro.

No presente capítulo, apresento a análise dos seguintes instrumentos: (1) relatórios mensais de atividades desenvolvidas nos laboratórios educacionais de informática (LEI), enviados à CREDE pelas duas EEEP, no ano de 2011 (anexos III e IV) , (2) Plano de Ação Integrado (PAI), elaborado pelas duas unidades escolares (anexos I e II) ; (3) questionários investigativos aplicados à totalidade de gestores (anexo V) e professores (anexo VI) e, de forma amostral, aos alunos (anexo VII) dessas escolas.

Os relatórios entregues mensalmente à CREDE pelos professores coordenadores do Laboratório Educacional de Informática (LEI) apresentam o relato de quais atividades foram desenvolvidas durante as aulas realizadas no LEI pelos professores das diversas disciplinas. O registro sinaliza ainda quais disciplinas utilizaram o laboratório, quem é o professor das mesmas e quantos alunos participaram da referida aula. O objetivo dos relatórios é que a CREDE, através do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) possa acompanhar a atuação do professor coordenador do LEI, como, também, verificar como ele está subsidiando os demais

professores da escola em sua prática educativa e no desenvolvimento de atividades intermediadas pelo uso das TICs.

O segundo instrumento a ser utilizado nesta pesquisa, o Plano de Ação Integrado (PAI) é um procedimento de caráter administrativo e pedagógico, proposto em 2011, pela 11ª CREDE a todas as escolas regulares e profissionais, com o intuito de aproximar os professores dos diversos espaços de suporte pedagógico existentes nas escolas cearenses, tais como o Laboratório Educacional de Informática (LEI), o Laboratório Educacional de Ciências (LEC)¹⁹ e Centro de Mídias. A estruturação do PAI permite que a escola apresente as ações a serem desenvolvidas durante o ano letivo, os resultados e as metas a serem alcançados e as evidências de que foram atingidos. Esse plano foi apresentado à escola com o objetivo de estimular a utilização de novas tecnologias, integrando-as em sala de aula, como, também, propõe contemplar outros recursos existentes como livros, revistas, coletâneas de jornais, coleções de DVD didáticos, jogos pedagógicos, material concreto para o ensino de matemática, *datashow*, TV. Em se tratando das duas EEEP, o PAI visa, ainda, aproximar as disciplinas da base nacional comum e as disciplinas da base técnica para a construção de um currículo integrado²⁰ o qual consiga concretizar a proposta da formação técnica das escolas profissionalizantes.

O terceiro instrumento de análise são os questionários de autopreenchimento aplicados aos gestores das duas escolas (dois diretores e quatro coordenadores escolares), aos 45 professores e, de forma amostral, a 30 alunos das duas escolas em questão, sendo 15 de cada uma das unidades escolares, cursando a 2ª ou 3ª séries.

O questionário aplicado aos gestores (conferir o anexo V), além de identificar o perfil dos mesmos, aborda questões que reconhecem se o gestor se considera letrado digital, qual a sua opinião sobre a preparação para o uso dos recursos midiáticos em sua formação inicial e qual a sua concepção sobre o uso desses recursos na escola, além de outras questões que visam identificar a percepção dos mesmos sobre a gestão do letramento digital em sua escola. Já o questionário de auto preenchimento aplicado aos 45 professores das duas EEEPs (conferir o anexo VI) visa dimensionar, além do seu perfil, qual a visão dos docentes sobre a questão do letramento digital e se são letrados digitalmente. Quanto ao questionário aplicado de forma

¹⁹ Até dezembro de 2012, a designação para laboratório de ciências era LAB. A partir do documento Orientações para o Suporte Pedagógico disseminado para as escolas públicas estaduais, em janeiro de 2013, pela SEDUC, passou-se a utilizar laboratório educacional de ciências (LEC).

²⁰ Conforme discussões preliminares, a referência à integração curricular nas EEEPs vai além da interdisciplinaridade. Busca-se que os educadores da escola sejam capazes de redefinir a matriz curricular das disciplinas de forma que os conteúdos possam convergir no sentido de desenvolver competências e habilidades necessárias ao jovem do ensino médio técnico que irá ingressar na profissão. Um exemplo desse alinhamento seria o ensino de redação num curso para a área de comércio ter foco na produção de documentos voltados a essa área, por exemplo, produzir uma ata, uma planilha de estoque etc.

amostral a 30 alunos (conferir o anexo VII) tem como propósito identificar o perfil desses respondentes e se os alunos têm acesso às tecnologias em casa, como também, verificar se eles identificam a escola como espaço de práticas que os colocam em contato com os recursos tecnológicos²¹ existentes na escola, preparando-os para as exigências da sociedade moderna e do mundo do trabalho.

A utilização dos três instrumentos apresentados tem como propósito buscar atender aos objetivos da presente pesquisa, vindo, posteriormente, a subsidiar o Plano de Ação Educacional (PAE) a ser apresentado no capítulo três. Esse Plano tem a intenção de oferecer à Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (11ª CREDE) e as duas EEEPs uma proposta de formação a ser desenvolvida a partir da interação entre coordenadores escolares, professores coordenadores do LEI e professores regentes, favorecendo a incorporação das TICs (computador, internet e outras mídias existentes nas duas escolas) na prática educativa dessas escolas.

Para subsidiar a análise, adoto como referencial teórico os estudos de Soares (2002), Almeida (2005), Xavier (2005), Coscarelli e Ribeiro (2007), Buzato (2008), Freitas (2009,2010), Bonilla (2010) e Bruno e Mattos (2010). A partir da concepção desses estudiosos sobre letramento na cibercultura, cibercultura e formação de professores, letramento digital e ensino, letramento digital e formação de professores pretendo refletir sobre a gestão do letramento digital nas duas escolas estaduais de educação profissional e os desafios do educador que é levado a assumir novas atitudes e papéis na relação com o conhecimento e com o ensino e aprendizagem.

Não é recente a atenção voltada à inserção das tecnologias na educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, em seu artigo 27, inciso III, destaca a orientação para o trabalho. Na seção IV, que trata do ensino médio e suas finalidades, o inciso II aponta a preparação básica para o trabalho e para a cidadania, tornando o educando capaz de se adaptar flexivelmente a novas condições de trabalho ou aperfeiçoamento. Já em seu artigo 36 expressa que o currículo do ensino médio observará o seguinte:

destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania. (LDB, nº 9394/96)

²¹Considerando a concepção de letramento a ser adotada nessa pesquisa, com referência nos autores que tratam do tema, refere-se ao computador, internet e outras mídias existentes nas duas EEEPs como TV, CD, DVD da TV Escola e outros disponíveis no Centro de Mídias, *softwares* educativos do laboratório educacional de informática e do laboratório educacional de ciências.

Podemos verificar que a última LDB já sinalizava para um currículo voltado ao uso das tecnologias com a finalidade de garantir ao aluno a condição de se preparar para a sociedade moderna. Em 2010, a Resolução nº 04, do Conselho Nacional de Educação, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica valida novamente essa orientação em seu capítulo I, o qual discrimina as formas para a organização curricular, em seu artigo 13, parágrafo 3º, inciso VII, sendo essa mesma condição ratificada no artigo 26, inciso IV. Essas diretrizes reforçam a necessidade de um olhar diferenciado para o cotidiano escolar permeado pelas TICs, sinalizando que a escola deve promover o

estímulo à criação de métodos didático-pedagógicos utilizando-se recursos tecnológicos de informação e comunicação, a serem inseridos no cotidiano escolar, a fim de superar a distância entre estudantes que aprendem a receber informação com rapidez utilizando a linguagem digital e professores que dela ainda não se apropriaram. (DCNEB, 2010)

A LDB, assim como as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, aponta para a necessidade de a escola se perceber na perspectiva de inserir seus educandos na nova ordem da educação guiada pelos recursos tecnológicos, através de um currículo que melhor responda às necessidades do mundo tecnologizado²² e aproxime professores e alunos.

Sobre essa nova ordem que transforma a lógica da escola, também se posiciona Magda Soares (2002). A autora discute as mudanças nos conceitos de letramento na perspectiva de refletir acerca das novas práticas de leitura e de escrita na cibercultura possibilitadas a partir da tela do computador, que se apresenta como novo espaço de escrita e

traz significativas mudanças nas formas de interação entre escritor e leitor, entre escritor e texto, entre leitor e texto e até mesmo, mais amplamente, entre o ser humano e o conhecimento. Embora os estudos e pesquisas sobre os processos cognitivos envolvidos na escrita e na leitura de hipertextos sejam ainda poucos (ver, por exemplo, além das já citadas obras de Lévy, também Rouet, Levonen, Dillon e Spiro, 1996), a hipótese é de que essas mudanças tenham conseqüências sociais, cognitivas e discursivas, e estejam, assim, configurando um *letramento digital*, isto é, um certo *estado* ou *condição* que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela, diferente do *estado* ou *condição* – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel. (SOARES, 2002, p.151)

São essas mudanças apresentadas por Soares (2002) que precisam ser percebidas pela escola para que o projeto político pedagógico, e, no caso das EEEPs, o Plano de Ação e os

²²Termo citado por Bruno e Mattos (2010) em referência a nova realidade social posta pelos movimentos histórico- culturais gerados pelas tecnologias e mídias existentes no mundo.

Programas e Ação sejam pensados para atender a essa realidade posta pelas inovações tecnológicas.

Xavier (2005) aborda a relação letramento digital e ensino, apontando, também, a nova ordem que se instala com o advento da utilização das ferramentas tecnológicas, como computador, internet, cartão eletrônico, no processo de ensino e aprendizagem. Essa nova ordem, passa a exigir dos usuários novos raciocínios e comportamentos. O autor destaca o desafio da escola diante da tarefa de formar alunos que precisam estar preparados para esse universo. Xavier (op cit) considera que o desafio atual é o desenvolvimento de estratégias pedagógicas para alfabetizar, letrar e letrar digitalmente, preparando os sujeitos para o século do conhecimento. Segundo ele, coloca-se diante de educadores e linguistas a condição de letrar digitalmente a geração que está vivenciando os avanços das TICs. É nesse sentido que nos apresenta a concepção de letramento digital:

Implica realizar práticas de leitura e escrita diferentes das formas tradicionais de letramento e alfabetização. Ser letrado digital pressupõe assumir mudanças nos modos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não-verbais, como imagens e desenhos, se compararmos às formas de leitura e escrita feitas no livro, até porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela, também digital. (XAVIER, 2005,p.02)

Já Coscarelli e Ribeiro (2007, p.09) definem letramento digital como sendo a “ampliação do leque de possibilidades de contato com a escrita, também em ambiente digital (tanto para ler quanto para escrever)”.

Buzato (2008,p.328) define que “letramentos digitais são redes complexas de letramentos” que se estabelecem pela influência das TICs e determinam a interação do sujeito com o mundo. Segundo o autor, os sujeitos são produtores em uma rede de relações e ao mesmo tempo, podem ser consumidores em outra rede de interação mediada pelas TIC

Freitas (2009,2010) aponta discussões sobre a relação letramento digital, aprendizagem e formação de professores e busca apoio no conceito de letramento proposto por Soares (2002). Freitas define letramento digital como sendo “as práticas de leitura-escrita possibilitadas pelo computador e pela internet”. Sobre esse mesmo conceito, Bruno e Mattos (2010), inspiradas na concepção de Buzato (2007), discutem o papel da escola e da formação de professores diante das transformações educacionais provocadas pelas mudanças sociais diante do advento das TICs. Referindo-se a letramento digital, delimitando-o ao uso do computador, internet e outras mídias como TV, CD, DVD, as autoras discutem o conceito de letramentos digitais como sendo “socialmente construídos e adquiridos, e, portanto, são plurilíngues, dialógicos e híbridos” (BUZATO apud BRUNO E MATTOS, 2010, p.23).

Diante dos conceitos apresentados pelos teóricos, nesse trabalho, será adotada a concepção apresentada por Bruno e Matos (2010), delimitando, portanto o conceito de letramento digital ao uso do computador e da internet, como também ao uso de recursos midiáticos existentes nas duas EEEPs, disponibilizados através do Centro de Mídias que congrega TV, CD, DVD e *softwares* educacionais, como também o laboratório educacional de informática (LEI) e o laboratório educacional de ciências (LEC), que dispõe de *softwares*, a exemplo do Educandus²³, adquirido pela Secretaria da Educação do Estado (SEDUC).

Tendo como referência a fundamentação teórica apresentada, discorro, a seguir, acerca das transformações advindas do surgimento das TICs no processo educativo, e procedo à análise documental e da pesquisa de campo, com o intuito de perceber como as duas escolas profissionais estão conduzindo o processo de ensino aprendizagem. Busco, assim, atentar para as mudanças na relação professor e aluno a partir das novas formas de lidar com o conhecimento que impactam em mudanças no próprio currículo escolar.

2.1. As TICs e as transformações na interação professor–aluno

Luck (2009), ao tratar das dimensões da gestão escolar, defende que cabe ao diretor promover a gestão de pessoas na escola e organizar o trabalho coletivo, focado na promoção dos objetivos de formação e aprendizagem dos alunos, entendendo o planejamento como um processo fundamental de gestão, organização e orientação, de forma que venha assegurar a sua materialização e efetividade na sala de aula. Assim, entende-se que uma escola, atenta aos desafios da contemporaneidade, vislumbra preparar os alunos para a sociedade da informação e da comunicação. Isso implica abrir-se ao desafio de formar seus profissionais para lidar com essa realidade em que as tecnologias se colocam como recursos poderosos a favor da prática pedagógica, se bem utilizados pelos docentes.

Esse cenário exige que tenhamos domínio das tecnologias como condição para nos inserirmos nessa sociedade tecnológica. Nesse contexto de modernidade, o excluído digitalmente²⁴ deixa de ocupar espaços na economia e no mundo do trabalho em razão de estar à margem desse universo, como afirma Luck (2009,p.16):

²³ Ambiente virtual disponível em <http://www.educandus.com.br> cujo pacote foi comprado pela SEDUC e que foi criado para oferecer conteúdos, ferramentas e serviços exclusivos aos usuários.

²⁴ Termo utilizado por Bonilla (2010) para retratar aquele que não terá condição de se articular e argumentar no mundo virtual, ficando à margem das dinâmicas do ciberespaço.

A sociedade atual, marcadamente orientada pela economia baseada no conhecimento e pela tecnologia da informática e da comunicação, apresenta intensa dinâmica social, relações e influências globalizadas que, ao mesmo tempo, constituem-se em oportunidades culturais estimulantes e interessantes a todas as pessoas e organizações, assim como desafios e exigências extraordinários.

Essa transformação sinaliza para a escola que gestores e professores precisam de se conectar a novas possibilidades para o processo de ensinar e de aprender. Há mudanças profundas na interação professor-aluno. O professor deixa de ser o único detentor do conhecimento e assume o papel de mediador da aprendizagem, já que o aluno tem acesso facilitado a um mundo de possibilidades também fora da escola. Em sua maioria, os alunos têm acesso a computador e internet em casa ou em *lan house*. Além disso, outras tecnologias estão disponíveis como o celular, o *ipad*, o *tablet*, com acesso à rede. Hoje, algumas escolas ou algumas praças ao ar livre permitem o acesso *wireless*²⁵. De diversas formas, os alunos estão conectados. Através do aparelho celular fotografam, filmam, enviam mensagem de texto (*sms*), gravam lembretes, jogam, escutam música, postam conteúdos nas redes sociais como *Facebook*, acessam as comunidades, leem as notícias. Alguns jovens já têm acesso a *smartphones*²⁶ com conexão *wi fi*²⁷ trocando ideias, agendando encontros, pesquisando nos sites de busca como o *Google*, estudando em grupo, usando as vídeo chamadas (*Face Time*), através da sua tela com toque sensível (*touchscreen*).

Essa revolução está em pauta no cotidiano escolar e cabe à escola promover as condições para as crianças e jovens lidarem com ela, desenvolvendo sua capacidade de aprender, a aprender a fazer uso crítico desses recursos. Modifica-se a concepção de leitura, de escrita, de autoria, de co-autoria, de portadores de texto, de linearidade e até mesmo de tempo e de espaço (Bruno e Matos, 2010). Assim, é um desafio para a gestão a articulação para que a prática dos seus professores abra espaço para a utilização das tecnologias, sendo a cultura digital inserida nos processos pedagógicos, na aprendizagem dos discentes, articulando o universo da escola à sociedade da contemporaneidade permeada pelas tecnologias.

Bruno e Mattos (2010, p. 02) afirmam que a chegada das novas tecnologias provocou mudanças que levam a refletir sobre a postura do professor, pela sua tarefa junto ao aluno e à sociedade.

²⁵ Termo usado para designar sistemas de conexão sem fio.

²⁶ Celular que possui o sistema operacional avançado capaz de estender suas funcionalidades através de programas adicionais e que opera no padrão GSM.

²⁷ Sigla em inglês para Wireless Fidelity. Fidelidade sem fio.

Não é suficiente conhecer recursos disponíveis, mas necessita-se de uma constante atualização na forma de trabalho e nas propostas pedagógicas, pois estão interligados com o processo tecnológico emergente (BRUNO & MATTOS,2010).

É necessário que a escola promova a inclusão digital de professores e alunos. É urgente avançar na concepção de aprendizagem que vê as ferramentas midiáticas muito além do que meros aparatos digitais e o aluno como mero expectador da sua aprendizagem. Enxergar a escola para, além disso, significa inovar não só na prática pedagógica, mas, sobretudo, na forma como compreendemos o conhecimento. Para que isso ocorra, a gestão tem um papel de intervenção imprescindível. Como nos aponta Bonnilla (2010), são os jovens que estão mais predispostos a lidar com o universo da cultura digital, em que a interação, a experimentação da não linearidade parecem algo natural. A autora compreende que um profissional excluído digital não terá a condição de contemplar em sua prática as dinâmicas do ciberespaço. Uma escola, inserida nesse contexto de modernidade, propicia a vivência na interatividade, na colaboração, na autorganização, na conectividade, transformando a construção do conhecimento e, conseqüentemente, o processo educativo em um processo vivo e dinâmico em que o aluno assume papel ativo.

Essa nova perspectiva é evidenciada por Almeida e Prado (2005, p 03), quando nos apontam as mudanças advindas da integração das tecnologias à escola, como suportes para o ensino e aprendizagem:

Para compreender o cenário de possibilidades que se descortina com a integração de tecnologias no ensino e na aprendizagem, é necessário ter clareza das intenções e objetivos pedagógicos, das possíveis formas de representação do pensamento, das características da narratividade, roteirização e interação entre as tecnologias. Por conseguinte, as mudanças dos ambientes educativos com a presença dos artefatos tecnológicos e linguagens próximas do universo de interesses do aluno proporcionam o acesso a uma gama diversa de manifestações de ideias, permitem a expressão do pensamento imagético e criam melhores condições para a aprendizagem e o desenvolvimento do ser humano e da civilização.

O processo educativo permeado pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) não significa a simples garantia dos artefatos tecnológicos na escola, sendo utilizados de qualquer forma. É imprescindível que o professor compreenda que o processo de ensino e aprendizagem precisa ser pensado para o sujeito real inserido nesse cenário de possibilidades que estão circundando a escola e a relação do aluno com o conhecimento.

Após discorrer sobre os impactos na ação pedagógica ocasionados pelas TICs e definir que autores fundamentam meu trabalho, apresento, nas sessões seguintes a análise da pesquisa

documental e análise da pesquisa de campo, buscando responder aos objetivos propostos como também procuro justificar a necessidade de implantação do Plano de Ação Educacional (PAE) nas duas escolas.

2.2 Análise da pesquisa documental: os Planos de Ação Integrados (PAI) e os Relatórios Mensais de Atividades do LEI

A seguir, apresento a pesquisa documental com o propósito de averiguar, através do Plano de Ação Integrado (PAI) e dos Relatórios Mensais das Atividades desenvolvidas no Laboratório Educacional de Informática (LEI), como se dá a gestão do letramento digital nas duas escolas estaduais de educação profissional (EEEP). O procedimento adotado para as duas escolas será apresentar a análise do PAI e, em seguida, apresentar a análise dos relatórios mensais do LEI com o intuito de averiguar se há consonância entre as atividades planejadas e as atividades desenvolvidas, para o alcance dos objetivos expressos no plano de ação integrado. Em seguida, será feita a análise comparativa entre as duas EEEPs, considerando os documentos examinados.

Em 2011, por ocasião da elaboração do Plano de Ação Integrado - PAI - orientado pela 11ª CREDE aos coordenadores escolares e aos professores coordenadores do Laboratório Educacional de Informática (LEI), foi elaborado um modelo de instrumental específico, constando as seguintes orientações a serem seguidas pelos elaboradores anteriormente citados: (1) definir um objetivo geral que se voltasse a integrar os diferentes atores escolares responsáveis pelo ensino e aprendizagem (2) estabelecer no máximo três objetivos específicos para incorporar as tecnologias existentes nas duas EEEPs ao cotidiano escolar e para cada objetivo específico estabelecer uma meta; (3) citar os resultados que a escola esperava alcançar com a execução do plano; (4) apontar um indicador de que cada resultado foi obtido.

Após as orientações, o modelo apresentava duas instruções para guiar os elaboradores: (1) Planejamento e Execução é um par que deve sempre caminhar junto na implementação do plano de ação para que a escola obtenha os resultados esperados e (2) a função do plano é integrar o maior número possível de ações/atividades envolvendo LEI, LAB e Multimeios.

Definida como será a apresentação da pesquisa documental através da análise dos dados a partir dos dois documentos definidos, a próxima sessão traz a análise crítica a partir do Plano de Ação Integrado da Escola A.

2.2.1 O Plano de Ação Integrado da Escola A – uma análise crítica

Inicialmente, cabe lembrar que a orientação sobre como se organiza o trabalho de elaboração do PAI é dada à gestão escolar e aos professores coordenadores do LEI e do LEC pela 11ª CREDE durante as formações continuadas oferecidas à gestão e aos docentes. O Plano de Ação Integrado da Escola A, localizada em Jaguaribe, foi elaborado em 2011, a partir da orientação da 11ª CREDE, na perspectiva de melhor integrar os espaços de suporte pedagógico de apoio aos professores. O referido plano apresenta como objetivo geral a promoção do incentivo à leitura e à escrita, à utilização das novas tecnologias e ao uso dos laboratórios de ciências, informática, biblioteca, através da organização dos múltiplos recursos pedagógicos e da interação com as salas de aula.

No objetivo explicitado no plano dessa Escola A, percebe-se uma visão fragmentada da concepção de leitura, de escrita, do uso das tecnologias e dos recursos pedagógicos da escola. Favorecer o domínio das tecnologias aparece como uma competência a ser desenvolvida de forma não integrada aos demais processos como a leitura e a escrita. Não se coloca como um mecanismo que dará suporte ao processo de ensino e aprendizagem, incorporando as TICs ao cotidiano. A presença das tecnologias é citada de forma pontual e nem mesmo aparecem como suporte para o desenvolvimento das atividades, como informado a seguir no documento:

Promover o incentivo à leitura e à escrita, a utilização das novas tecnologias e o uso dos Laboratórios de ciências, informática e biblioteca, através da organização dos múltiplos recursos pedagógicos e da interação com as salas de aula (PAI, 2011).

A construção desse objetivo proposto no PAI particulariza a utilização das novas tecnologias. Individualiza esses recursos tecnológicos como se eles não fossem justamente o aparato existente nos espaços do LEI, do LEC e do Centro de Mídias para subsidiar a sala de aula. A promoção do incentivo à leitura e à escrita apresenta-se como se o desenvolvimento dessas competências fosse algo isolado e apartado da utilização das tecnologias disponíveis nas duas EEEPs. Vejamos três ações que integram o PAI dessa escola: *“criar mecanismos de suporte do uso tecnológico da escola”*, *“promover Café Literário”*, *“oferecer Cursos de Informática”*. Não é estabelecida nenhuma relação entre o Café Literário, que é uma ação da escola voltada ao incentivo à leitura, com a utilização das TICs poderiam subsidiar justamente novas formas de ler e produzir. Da mesma forma, a oferta de cursos de informática não é associada a outras ações. Tampouco, deixa claro qual a relação entre o desenvolvimento do curso e o desempenho da aprendizagem dos alunos.

Os atores escolares, responsáveis pela elaboração coletiva do Plano de Ação Integrado (PAI) não conseguem traduzir a incorporação das TICs como recursos que se põem a

serviço do professor e do aluno para permear novas práticas de leitura e de escrita, para além do uso do papel e possibilitadas pela tela do computador. Parece que esses atores ainda não conseguem perceber as novas conexões que o uso do computador, da internet e das mídias estabelece com os processos de leitura, escrita e produção do conhecimento, cujos conceitos evoluíram e não são mais aqueles os quais aprendemos na nossa formação acadêmica.

Quando verificamos as atividades propostas no Plano e as evidências de que foram desenvolvidas, conforme os registros que veremos mais adiante nos relatórios mensais do LEI, e conforme os objetivos e os resultados esperados, percebemos que os atores responsáveis pelos espaços de suporte pedagógico - professor coordenador do Laboratório Educacional de Informática (LEI), professor coordenador do Laboratório Educacional de Ciências (LEC) e professor regente do Centro de Mídias- são colocados, ora como expectadores, assistentes do professor que está realizando a aula nos espaços, cabendo-lhes como atividade: *“Agendar com antecedência o uso de equipamentos necessários durante a aula dos professores”*; ora como se fosse o único a gente da ação e a aula proposta não mantivesse relação com alguma disciplina e com a sala de aula: *“Criar mecanismos de suporte do uso tecnológico da escola”*. Quando examino os responsáveis pela ação, somente estão apontados justamente os professores lotados nos espaços citados anteriormente.

Não foi possível verificar no PAI da Escola A ações que incentivem a interação entre os professores regentes de sala de aula e os responsáveis pelos espaços do LEI, LEC e Centro de Mídias, os quais têm como propósito ser justamente os suportes aos professores regentes. É essa perspectiva de dar mais suporte ao professor que justifica o investimento da Secretaria da Educação em equipamentos, mobiliários e lotação de docentes. O Laboratório Educacional de Informática (LEI), o Laboratório Educacional de Ciências (LEC) e o Centro de Mídias deveriam, nas duas escolas profissionais, funcionar como integradores das práticas pedagógicas, conforme foi o objetivo proposto pela CREDE. Entretanto, não está explícita essa integração, quando examinado o PAI.

Outra ação proposta pelo PAI da Escola A, no tocante ao uso das tecnologias é: *“Participar dos Planejamentos Pedagógicos da Escola semanalmente para que melhore o trabalho pedagógico”*. Essa ação tem como atividade correspondente: *“Acompanhar os planejamentos por área, semanalmente fazendo demonstração dos materiais didáticos ao professores”*. Para registrar o acompanhamento dessas ações, propõe-se: *“Livros e equipamentos pedagógicos”*. Não fica evidenciada a ação do coordenador escolar como gestor dessa construção, e tampouco a evidência posta como comprovação de resultado permite perceber essa ação como colaborativa nos planejamentos. Participar do planejamento e

acompanhar não traduz que o resultado concreto será a integração de todos os atores da ação pedagógica: gestores, professores dos espaços e professores regentes de sala de aula.

Vemos, nos elementos extraídos do PAI da Escola A, que os responsáveis pelas ações não aparecem como suporte às disciplinas e aos professores. São os próprios coordenadores dos espaços já citados os responsáveis e proponentes da ação como se o uso desses espaços fosse uma ação isolada da rotina da sala de aula e não uma extensão da mesma. Somente a ação “*Café Literário*” se aproxima desse propósito: “*planejamento com a área específica e após toda a escola*” é apresentado como ação de toda a escola que conta com o envolvimento de todos.

Ainda no PAI, chama atenção a primeira meta nele definida: “*Sensibilizar 100% dos educandos e educadores a utilizarem os recursos pedagógicos para melhor dinamizarem o ensino aprendizagem*”. Quando examino as dez ações propostas e as atividades a serem desenvolvidas, assim como as evidências do tipo “*registro de controle de cada ambiente*”, novamente, vejo fortalecida a concepção da gestão e dos coordenadores dos espaços como expectadores da ação pedagógica da Escola A.

O Plano construído pela Escola A parece reforçar o uso dos recursos tecnológicos como meros aparatos instrumentais às ações da escola. O Plano se aproxima do que Bonilla (2010, p. 42) aponta:

... é necessário ultrapassar a ideia de uso das TICs como ferramenta de capacitação para o mercado de trabalho, através de cursos técnicos para a população de baixa renda, ou então como meras ferramentas didáticas para continuar ensinando os mesmos conteúdos na escola, espaços onde normalmente é proibido o acesso a salas de bate-papo, jogos, comunidades virtuais e a uma outra variedade de sites. (BONILLA, 2010)

A perspectiva acima se evidencia com mais destaque em duas ações postas no PAI: “*Criar mecanismos de suporte do uso tecnológico da escola*” e “*Oferecer Cursos de Informática*”. As atividades associadas a essas ações não conseguem explicitar que mudanças ocorrerão na rotina pedagógica e no currículo da EEEP, no sentido de superar a ideia de se usarem as ferramentas tecnológicas apenas como suportes, assim como a oferta dos cursos parece propor tão somente desenvolver habilidades mecânicas de domínio do computador e das ferramentas da *web*.

Acompanhei de perto a elaboração do Plano de Ação Integrado (PAI) proposto no estado do Ceará, uma vez que, assumindo o cargo de coordenadora da 11ª CREDE, planejei o modelo do mesmo, junto com a equipe do Núcleo Regional de Desenvolvimento da Escola (NRDEA/NTE). A proposta do PAI foi apresentada pela CREDE aos gestores e professores

coordenadores do LEI e LEC durante um encontro de formação continuada, promovido pela regional e do qual também participaram os coordenadores escolares. Posso afirmar, em relação à Escola A, que a gestão escolar e professores coordenadores dos espaços de laboratório e do centro de multimeios não coordenaram a construção do plano de forma a se constituir como produto do planejamento escolar coletivo, ficando sob a responsabilidade somente dos professores coordenadores dos três espaços construírem o PAI.

Em visita de acompanhamento à gestão realizada à Escola A, durante o prazo para elaboração do Plano, reuni-me com a escola para acompanhar sua elaboração e oferecer orientações, no entanto, nada havia sido iniciado. Em segunda visita de acompanhamento à escola, o Plano ainda estava em construção, ficando evidenciado que a gestão não coordenava a ação, e nem, tampouco, que o PAI nascia das discussões do coletivo. No sentido de auxiliar a escola, novamente orientei a coordenação escolar e os professores coordenadores dos espaços de suporte pedagógico para sugerir algumas questões e assim agilizar a elaboração coletiva do mesmo.

Realizada a análise do Plano de Ação Integrado da Escola A, a seguir, faço a apreciação do conjunto de relatórios do LEI encaminhados pelos dois professores coordenadores dessa escola, tendo como objetivo verificar se as atividades previstas no plano foram desenvolvidas, como também se os relatórios evidenciam que o objetivo geral presente no PAI foi alcançado, qual seja o de: *“Promover o incentivo à leitura e à escrita, a utilização das novas tecnologias e o uso dos Laboratórios de ciências, informática e biblioteca, através da organização dos múltiplos recursos pedagógicos e da interação com as salas de aula”*.

Aqui retomo a concepção de letramento digital adotada para justificar o recorte da análise, considerando somente os relatórios do LEI. Trata-se de focar o uso do computador, da internet e das mídias disponíveis e que são utilizadas em interface com o Laboratório Educacional de Informática.

2.2.2 Relatórios de Atividades do LEI da Escola A - uma análise crítica

A análise dos relatórios mensais de atividades do LEI da Escola A tem como objetivo identificar nesses registros quais ações os gestores dessa escola estadual de educação profissional (EEEP), em parceria com o professor coordenador do LEI, tem desenvolvido, na perspectiva do letramento digital dos docentes, considerando as condições de recursos humanos e materiais existentes nessa escola. Verifico, ainda, quais atividades têm sido desenvolvidas durante as aulas realizadas no Laboratório Educacional de Informática (LEI), buscando

identificar qual o papel que as TIC ocupam na ação pedagógica dessa escola. Busca, também, verificar se as atividades desenvolvidas na Escola A se mostram como a consolidação do objetivo geral anteriormente definido no plano dessa EEEP, como também perceber se há uma integração entre o professor regente e o professor coordenador do LEI, na realização das atividades sob a coordenação da gestão escolar. Pretende-se perceber se o uso desse espaço revela a proposta de uma das ações do PAI, que é a participação mensal nos planejamentos, a fim de subsidiar a atuação pedagógica dos professores. Lembro que as atividades do LEI devem ser desenvolvidas pelo professor regente de sala, em parceria com o professor do laboratório, devendo ser a aula fruto do planejamento partilhado entre coordenação escolar e professores²⁸.

Assim como o PAI, os relatórios da Escola A foram apresentados ao Núcleo Regional de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem, apenas a partir do mês de abril de 2011, em razão de a lotação no laboratório educacional de informática só ocorrer após a lotação de professores na regência de sala de aula, evitando-se, assim, que permaneçam carências nas escolas da 11ª CREDE. O município de Jaguaribe, assim como os demais, tem grande carência de profissionais. Assim, a CREDE não realiza a lotação dos demais espaços, antes de fechar a lotação em regência de sala de aula, sob pena de faltar professor regente. A lotação nas EEEP é de 40 horas semanais, e com a implantação integral de 1/3 desse total para planejamento, tornou-se ainda mais séria a insuficiência de professores para suprir a necessidade de lotação, pois aumentou a demanda por mais professores em todas as escolas, principalmente, nas duas EEEPs. Nessas escolas, é necessária a contratação de mais professores que em uma escola de ensino médio regular, pois diariamente são ofertadas nove horas-aula para os diferentes cursos técnicos e em tempo integral. .

Enfim, a partir dos relatórios do professor coordenador do Laboratório Educacional de Informática (LEI) da Escola A, referente ao período de abril a dezembro, concluo que as atividades listadas revelam a atuação do professor coordenador do LEI, mais como um expectador da ação realizada do que um agente que tem como atribuição dar suporte pedagógico aos demais professores regentes. Os relatórios, sobremaneira, parecem revelar que não há uma interação direta entre a gestão do letramento digital na escola, a ação do professor regente de sala e o professor coordenador de laboratório. Essas afirmações são respaldadas a

²⁸Em 2013, essa orientação foi revalidada pela Secretaria da Educação do Estado (SEDUC) pelo documento Orientações para o Suporte Pedagógico, motivado pela dificuldade de a escola coordenar o seu trabalho pedagógico junto aos professores, considerando a carga horária de hora atividade disponível para planejamento escolar, após a implantação integral de 1/3 da carga horária de acordo com a regulamentação da Lei do Piso nº 11.738 (16/07/2008).

partir da análise do tipo, variação ou repetição das atividades apresentadas no relatório (Cf. tabela 01 a seguir).

Apresento uma síntese das atividades da Escola A na tabela 01, registrando em cada coluna, nesta ordem: (1ª) o mês em que as atividades foram desenvolvidas; (2ª) identificação de cada atividade e (3ª) a frequência de ocorrência mensal da atividade:

Tabela 1: Atividades realizadas no LEI conforme o relatório mensal da Escola A

Mês	Descrição das atividades mensais registradas no relatório	Frequência mensal da atividade
Abri l	Acompanhamento do curso ARMTEC ²⁹	04
	Acompanhamento às aulas de informática	07
	Acompanhamento do curso SEBRAE	03
	Planejamento para o PAI	01
Mai o	Atividades na coordenação	01
	Acompanhamento do curso ARMTEC	02
	Acompanhamento do curso SEBRAE	02
	Acompanhamento às aulas de informática	06
	Formação: Projeto, Currículo e Tecnologia	01
	Planejamento com estudo	01
	Inscrições ENEM	01
Jun ho	Acompanhamento às aulas de informática	07
	Planejamento e Análise do PTA ³⁰	01
	Estudo e elaboração de projetos	02
Ago sto	Acompanhamento às aulas de informática	18
	Acesso ao <i>site</i> aluno <i>online</i>	02
	Revisão para alinhamento do PAI	02
	Utilização do aluno <i>online</i> para o ENEM	04
	Planejamento com integrantes do Centro de Multimeios	02
	Levantamento das inscrições para o curso Elaboração de Projetos pelo Proinfo Integrado	01
Set/ Out	Não houve atividades no LEI por problemas internos	-
Nov embro	Atualização <i>deb</i> log da escola	01
	Acompanhamento aos alunos na	15

²⁹Trata-se de uma proposta da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), voltada à tecnologia em robótica e que tem parceria com as EEEPs, através da SEDUC, com o objetivo de ofertar campo de estágio aos alunos.

³⁰Plano de Trabalho Anual usado também como referência ao PAI.

	elaboração do TCC(trabalho de conclusão de curso)	
Deze mbro	Acompanhamento do curso ARMTEC	01
	Acompanhamento dos alunos na elaboração do TCC(trabalho de conclusão de curso)	06
	Elaboração do currículo pelos alunos	01

Fonte: Relatórios Mensais do Professor Coordenador do LEI (Elaborado pela autora).

Chama a atenção na Tabela 01, a ausência de atividades desenvolvidas pelas disciplinas da base nacional comum³¹. O conjunto de aulas realizadas no LEI se associa quase integralmente às disciplinas da base técnica³². Percebe-se que há mais utilização do laboratório educacional de informática, no ano de 2011, pelas disciplinas da base técnica dos cursos que pelas disciplinas da base comum. Na pesquisa de campo, iremos conferir se há elementos que esclareçam essa primeira observação a partir da tabela 01.

Uma segunda questão que se destaca na leitura do relatório é a forma de atuação do professor coordenador do LEI, pela forma como ele faz a descrição das atividades no referido relatório: “*acompanhamento do curso*”, “*acompanhamento das aulas*”, “*acompanhamento aos alunos*”. Parece que o profissional do LEI, ao lado do professor da disciplina, assume apenas um papel de assistente para o manuseio dos equipamentos durante a aula; dentre as 24 atividades registradas na Tabela, no período de abril a dezembro, 45,84% , ou seja, 11 dessas atividades mensais são identificadas como ações de acompanhamento.

Não é possível, pela leitura da Tabela 01, extrair informações sobre em quais situações de ensino-aprendizagem, a ação do professor coordenador do LEI se dá de forma ativa e em parceria com o professor regente da sala de aula.

Outro aspecto que chama a atenção são as ações de planejamento escolar. A frequência com que aparecem nos relatórios não condiz com a expectativa de utilização da carga horária de planejamento, vigente na organização das EEEPs anteriormente explicitada. Os professores são lotados com 40 horas semanais e, em 2011, no mínimo, 08 horas-aula eram dispensadas para planejamento e considerando o quantitativo de 22 profissionais no ano letivo em questão,

³¹ A Resolução nº 2 (30/01/2012) define como disciplinas da base nacional comum, conforme as áreas de conhecimento: Linguagens (português, inglês, espanhol, educação física e artes), Matemática (matemática), Ciências da Natureza (biologia, química, física), Ciências Humanas (geografia, história, sociologia e filosofia).

³² As disciplinas técnicas são definidas conforme a matriz curricular de cada curso ofertado pelas EEEPs no estado do Ceará. A matriz é composta por disciplinas da base nacional comum e por disciplinas da base técnica. Essa base técnica corresponde aos componentes curriculares com conteúdos específicos do curso em nível médio técnico.

não se justifica que, dentre todas as atividades realizadas, apenas quatro delas sejam identificadas como planejamento.

Quando se trata de averiguar a ação integrada da coordenação escolar junto aos professores coordenadores do LEI, somente durante o mês de maio identifiquei o registro de: “*atividades na coordenação*”. Não é possível perceber de que atividade se trata tampouco se sinaliza atividades desenvolvidas com a coordenação escolar e com que propósito pedagógico.

Ainda no mesmo mês, aparece o registro: “*formação: Projeto, Currículo e Tecnologia*”. Trata-se da formação continuada para professores e outros agentes ofertada pelo Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – Proinfo Integrado, através do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE/CREDE) composta pelos módulos: Introdução à Educação Digital (40h), Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TICs(100h) e Elaboração de Projetos (40h)³³. Considerando a carga horária de cada etapa do curso, não é possível identificar se a formação foi mesmo realizada, atendendo às orientações. Tampouco, é possível perceber que impactos essa formação trouxe para a incorporação das TICs na Escola A, porque não visualizo no Plano da escola um incremento no tipo de atividade, após o início da formação citada.

Após a análise dos relatórios da escola em questão, na próxima seção, estabeleço algumas comparações entre as ações propostas no PAI (planejamento) e as ações efetivamente desenvolvidas no LEI (execução), com o objetivo de verificar se existe correspondência entre os dois instrumentais.

2.2.3 Relação entre as ações do PAI e os Relatórios de Atividades da Escola A quanto a sua efetiva aplicação

Esta comparação é fundamental para dimensionar a nível de integração entre os diferentes espaços de suporte pedagógico da Escola A, visando possibilitar que os professores regentes de sala de aula possam contar com a ação efetiva dos coordenadores do LEI e demais ambientes, como forma de incorporar a atuação desses espaços à rotina do processo de ensino e aprendizagem, dos recursos tecnológicos disponíveis na EEEP.

³³ O Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo, instituído em 2007 pelo Decreto nº 6.300 (12/12/2007), define a integração e a articulação de três componentes para a formação continuada a ser ofertada às escolas e dentre esses componentes está a formação continuada dos professores e outros agentes educacionais para o uso pedagógico das TICs.

Considerando a análise comparativa, na tabela 01, não é possível identificar as atividades realizadas, como sendo a efetivação do que está expresso no Plano de Ação Integrado (PAI) da Escola A, e que compete ao LEI.

Um exemplo dessa afirmação são as ações de planejamento escolar no que se refere à participação dos atores: coordenador escolar, professor coordenador do LEI, professor coordenador do LEC e professor regente do Centro do Multimeios. O Plano de Ação Integrado (PAI) traz como ação “*participar dos planejamentos semanais da escola, visando melhorar o trabalho pedagógico*”, já nos relatórios, como informado anteriormente, não é perceptível a realização semanal e sistemática do planejamento entre coordenação escolar e professor coordenador do LEI e, posteriormente, com os professores regentes de sala de aula, sejam de disciplinas da base nacional comum, sejam das disciplinas da base técnica.

Outras ações propostas no PAI para os atores escolares desenvolverem: “*criar mecanismos de suporte do uso tecnológico da escola*”; “*atualizar o blog da Escola*”; “*desenvolvimento de projetos*”, a partir da capacitação com “*100% de participação dos professores para formação do curso Elaboração de Projetos*” e “*Oferecer Cursos de Informática*” merecem atenção. Não vislumbro nos relatórios quais ações concretizam o uso dos recursos tecnológicos com o propósito de atender à incorporação das TICs na prática pedagógica da escola estadual de educação profissional. A ação de atualização do *blog* será desenvolvida exclusivamente pelo professor coordenador do LEI. Essa ação poderia ter integrado a disciplina de Língua Portuguesa e as disciplinas técnicas do curso de informática.

Quanto à participação de 100% dos professores da escola no curso de formação, visando ao desenvolvimento de projetos integrados às TICs, não são relatadas atividades que comprovem que isso foi realizado. A oferta de cursos de informática aparece desvinculada de quaisquer disciplinas e cursos e também aponta uma contradição entre os objetivos da formação de professores e agentes educativos para inserção das TICs na escola, através do programa ProInfo Integrado. Da mesma forma, não é possível entender qual o objetivo desse curso e por que será ofertado se há uma formação prevista para os docentes e gestores.

Apresentada a análise crítica os dois instrumentos da Escola A, a saber: Plano de Ação Integrado (PAI) e Relatórios Mensais do Professor Coordenador do Laboratório Educacional de Informática (LEI), para encerrar a sessão, em seguida, trouxe a comparação entre esses dois instrumentos. A partir de agora, apresento a análise crítica dos documentos da Escola B.

2.2.4 O Plano de Ação Integrado da Escola B - uma análise crítica

O Plano de Ação Integrado da Escola B, localizada em Pereiro, também elaborado no mesmo ano letivo do plano da escola A, tem como objetivo geral *“estimular a leitura e escrita, assim como a utilização de novas tecnologias e do laboratório de ciências, por meio de diversas ferramentas pedagógicas, integrando-as em sala de aula”*. Aponta como resultados esperados, a partir do seu desenvolvimento, a inclusão digital, social e científica, no contexto socioeducativo da escola, o aumento significativo de leitores e o desenvolvimento progressivo do protagonismo juvenil, autonomia e liderança. São indicadores definidos no plano: *“100% dos alunos utilizando os laboratórios e centro de multimeios”*; *“100% dos alunos lendo, no mínimo três livros por ano”*; *“18% dos alunos atuando como monitores do LAB³⁴, LEI e Centro de Multimeios”*. Dentre os resultados esperados, destaco *“Inclusão digital, social e científica, no contexto socioeducativo da escola”*.

Assim como ocorre no PAI da Escola A, o objetivo geral da Escola B apresenta a concepção de que os processos de leitura e de escrita são processos apartados do uso das novas tecnologias. Percebe-se que as TICs não aparecem incorporadas como recursos tecnológicos determinantes para novas formas de ler, escrever e produzir. Novamente, há um hiato entre as tecnologias e as demais ações. O que pode ser destacado no objetivo é que ele propõe a integração dos recursos pedagógicos na sala de aula.

Os resultados discriminados no Plano apontam para a *“Inclusão digital, social e científica, no contexto socioeducativo da escola”*, e projetam como indicadores 100% de alunos utilizando os espaços de suporte pedagógico e exercendo a função de monitores nos mesmos. As ações planejadas pela Escola B para atingir o que está expresso no objetivo geral do PAI se voltam à leitura, à escrita e para a utilização de novas tecnologias para integração em sala de aula são: *“degustação literária”*, *“cinema literário e científico”*, *“apoio aos projetos educativos escolares”*, *“painel integrado dos resultados obtidos nos centros (Lei, Lab e Centro de Multimeios)”*, *“formação de alunos monitores por cento”* e *“aplicação da plataforma Moodle e Google Docs”*.

A Escola B propõe como resultado a *“inclusão digital”*. No entanto, o exame da discriminação das atividades em cada uma das ações não possibilita a conclusão de que serão efetivas para atingir esse fim que é a inserção digital na escola. Duas ações apenas podem ser destacadas por terem a proposição clara de colocar os alunos em contato com as TICs através

³⁴ A sigla LAB para designar os laboratórios educacionais de ciências foi utilizada até dezembro de 2012. Como estou tratando do Plano de Ação Integrado 2011, essa era a denominação vigente. Foi somente em janeiro de 2013, que passou a usar a sigla LEC para designar o mesmo ambiente de suporte pedagógico e que passo a utilizar no presente trabalho.

da plataforma Moodle³⁵ e do Google Docs: “aplicação da plataforma Moodle e do Google Docs³⁶”. A formação dos alunos monitores³⁷, quando comparada às atividades que os alunos terão de desenvolver, adquire um somente caráter instrucional que limita o aluno à condição de aprendiz.

Assim como ocorre também no plano da Escola A, na Escola B, o detalhamento dos elementos contidos no PAI não deixa claro que os responsáveis pelas ações propostas, no caso os professores coordenadores dos laboratórios e o professor regente do Centro de Múltiplos, atuarão como suporte aos professores das disciplinas. Da forma como os responsáveis estão definidos no plano, os professores coordenadores dos espaços de suporte pedagógico parecem assumir sozinhos a realização das ações. Fortalece a observação nessa análise de que esses espaços funcionam como algo à parte do processo de ensino e aprendizagem que ocorre dentro da sala de aula.

Outro aspecto que chama a atenção na leitura do PAI da Escola B, no tocante às TICs, é a ausência de interface entre o trabalho do gestor - coordenador escolar e dos coordenadores dos espaços de laboratórios e Centro de Múltiplos. Da mesma forma, não dá para identificar em que momento essa interface alcança os professores das disciplinas. Somente a ação “degustação literária” destaca a participação dos educandos e educadores. Todas as demais têm como responsáveis somente os coordenadores do Laboratório Educacional de Informática (LEI), Laboratório Educacional de Ciências (LEC) e professor regente do Centro de Múltiplos.

Concluída a apresentação da análise do PAI, agora, faço a abordagem dos relatórios mensais de atividades do Laboratório Educacional de Informática (LEI) da Escola B, visando verificar se as atividades previstas no Plano de Ação Integrado (PAI) foram executadas e se ocorreu a integração da ação do professor coordenador do LEI com os demais professores da escola, sendo essa integração coordenada pela gestão escolar.

2.2.5 Relatórios de Atividades do LEI da Escola B - uma análise crítica

³⁵ A sigla significa "Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment". Trata-se de um software livre, em ambiente virtual de aprendizagem que permite ações como trabalho colaborativo, criação de cursos *on line*, grupo de trabalho etc.

³⁶ Trata-se de um pacote de aplicativos do Google que permite a interação entre usuários para criar e editar documentos online.

³⁷ Inspirado na Lei do Aprendiz nº 10.097 (19/12/2000) regulamenta que os menores a partir do 14 anos podem ser aprendizes, a função de monitor é justamente possibilitar ao aluno a aprendizagem nos espaços da escola, acompanhado pelo professor, no caso, dos laboratórios e no Centro de Múltiplos.

Para analisar a atuação do LEI na inclusão digital da escola, faço, a seguir, a verificação dos relatórios, com o intuito de perceber se as ações planejadas e apresentadas no Plano de Ação Educacional (PAI) estão concretizadas e se são perceptíveis nos registros apresentados, de forma a averiguar se a gestão do letramento digital ocorre na escola B e como o professor coordenador do LEI, juntamente com a coordenação escolar, atua nesse propósito. Averiguar, também, quantas vezes a mesma atividade ocorreu durante o mês possibilita certificar se ações são sistematicamente planejadas em sequência que demonstre a realização de práticas pedagógicas variadas pelos docentes da escola.

A Tabela 02, a seguir, apresenta uma síntese das atividades planejadas pela Escola B, registrando em cada coluna, nesta ordem: (1ª) o mês em que as atividades foram desenvolvidas; (2ª) a identificação de cada atividade e (3ª) a frequência de ocorrência mensal da atividade:

Tabela 2: Atividades realizadas no LEI conforme o relatório mensal Escola B

Mês	Descrição das atividades mensais registradas no relatório	Frequência mensal da atividade
Junho ³⁸	Análise das dificuldades dos alunos no uso do computador	02
	Matemática: montagem de gráficos de barra e setor, a partir de <i>software</i> de planilhas eletrônicas <i>BRoffice.ogr</i> ³⁹ .	02
	Planejamento com o professor de geografia	01
	Biologia: pesquisa sobre vídeos com os alunos	01
	Elaboração de roteiro de acompanhamento ao planejamento com os professores	01
	Aula de geografia usando o <i>Google Earth</i> ⁴⁰ e o <i>Google</i> mapas	03
	Cadastro da Escola no <i>Think Quest</i> ⁴¹	01
	Curso Proinfo Integrado	01
Agosto	Aula para acesso ao <i>Think Quest</i>	02
	Inscrição e curso no Projeto Aluno Monitor e curso Inclusão na Hora Certa	18
	Análise das dificuldades dos alunos de carpintaria para o uso do computador	01
	Planejamento com a professora para	03

³⁸ Os relatórios da Escola B foram elaborados somente a partir do mês de junho, em razão de carência de profissional para assumir a função de professor coordenador do LEI na escola. O professor temporário lotado nessa função em 2010 não permaneceu na EEEP no ano letivo 2011

³⁹ Trata-se de um pacote para escritório gratuito que dispõe de vários aplicativos como processador de texto, planilhas para cálculos, editor de apresentações e editor de fórmulas.

⁴⁰ É um aplicativo do *Google* que permite a captura de imagens aéreas de satélite, podendo gerar mapas ou como simulador de paisagens da Terra.

⁴¹ É uma plataforma online livre para professores e alunos, de responsabilidade da *Oracle Education Foundation*. Conta com ambiente de projeto online, concursos voltados a alunos e biblioteca de conteúdos criados por alunos.

	a disciplina de informática básica	
	Montagem do horário de planejamento com todos os professores para o uso do LEI	01
Setembro	Aula para manipulação e preenchimento de questionários digitais	01
	Aula para os alunos produzirem documento oficial no <i>writer</i> ⁴²	02
	Interação dos alunos com o <i>software Educandus</i>	02
	Aula para uso do <i>Google Tradutor</i> para auxiliar na aula de língua inglesa	01
	Aula de física usando o <i>software</i> disponível para a disciplina	01
	Aula de informática básica construção de planilhas e manuseio de fórmulas	02
	Aula de Química pelo <i>site</i> Portal do Professor	01
Outubro	Aula de informática básica para conhecimento do <i>BrOffice Impress</i> ⁴³ e navegadores na internet <i>Mozilla</i> e <i>Explorer</i>	05
	Criação de <i>e-mail</i> para participação em cursos gratuitos	01
	Montagem de apresentação em <i>slides</i> com utilização do <i>BrOffice</i>	03
	Estudo da tabela periódica no <i>site</i> www.natilus.fis.mc.pt	02
	Aula sobre utilização da internet, por meio de vídeos e informação sobre vírus de computador.	01
	Aula sobre o pacote escritório do <i>BrOffice</i>	02
Novembro	Aulas sobre placa mãe, navegadores.	01
	Uso de jogos em <i>sites</i> de Química pelos alunos	01
	Aula de Português: simulados <i>online</i>	01
	Montagem de <i>slides</i> e utilização de fotos em <i>sites</i> como o <i>Orkut</i>	01
	Aula sobre mala direta no editor de texto no <i>BrOfficeWritte</i>	02
	Aulas de arte e História explorando o <i>youtube</i> ⁴⁴	02
Dezembro	Matemática: montagem de dados estatísticos	
	Aula de lógica da programação com o programa visual G Algoritmos	02
	Elaboração de folha de pagamento	01

⁴²É um processador de texto do LibreOffice que permite a criação de etiquetas, imagens, assinaturas digitais, formulários etc

⁴³É uma plataforma com múltiplas funções que permite a utilização de efeitos especiais para slides e composição de imagens.

⁴⁴É uma plataforma com múltiplas funções que permite a utilização de efeitos especiais para slides e composição de imagens.

	no <i>BrOfficeCalc</i> ⁴⁵	
	Atividade de criação de boletins escolares no <i>BrOfficeCalc</i>	01

Fonte: Relatórios Mensais do Professor Coordenador do LEI. Elaborada pela autora.

Diferente da Escola A, os relatórios da Escola B identificam quais disciplinas realizaram as atividades no LEI, seguindo o procedimento orientado pela CREDE para preenchimento do instrumental. Na segunda coluna da tabela 02, é possível perceber que disciplinas da base comum e da base técnica fazem uso do laboratório, pois elas estão identificadas na síntese das atividades. Podemos perceber que foram realizadas aulas das seguintes disciplinas da base comum: matemática, geografia, língua inglesa, química, português, história. E da base técnica: informática básica e lógica da programação.

Quanto às atividades na segunda coluna, verifico que os alunos têm contato com ferramentas diversas, como também são propostas atividades que possibilitam o uso dos recursos midiáticos a serviço da formação profissional dos alunos. Alguns exemplos de atividades podem ser extraídos dos relatórios para ilustrar o afirmado: “*matemática: montagem de gráficos de barra e setor, a partir de software de planilhas eletrônicas BOffice.ogr*”; “*aula de geografia usando o Google Earth e o Google mapas*”; “*interação dos alunos com o software Educandus*”; “*estudo da tabela periódica no site www.natilus.fis.mc.pt*”; “*aulas de arte e História explorando o youtube*”; “*elaboração de folha de pagamento no BrOfficeCalc*”.

Observa-se, também, a preocupação da escola de identificar habilidades dos discentes para lidarem com o computador, visando melhorar o letramento digital dos alunos. Isso pode comprovado na Tabela, nos meses de junho e de agosto onde há descrição das seguintes atividades, nessa ordem: “*análise das dificuldades dos alunos no uso do computador*”; “*análise das dificuldades dos alunos de carpintaria para o uso do computador*”. Identifiquei nas observações registradas como complementares no relatório de junho que essa ação teve como propósito identificar o domínio dos alunos sobre *hardware* (periféricos, teclado e *mouse*) e *softwares* (criação e edição de textos e tabelas) para orientar o projeto de inclusão digital na escola. Não foi possível extrair dos relatos se o projeto de inclusão digital da Escola B partilha dos mesmos propósitos dos cursos de informática da Escola A. Somente é possível visualizar que os discentes são colocados em contato com recursos diversos durante a realização das aulas no LEI.

⁴⁵Pacote para escritório que disponibiliza vários aplicativos como planilha de cálculos, editor de apresentações, editor de desenhos, gerenciador de dados etc.

Um aspecto que precisa ser ressaltado é que a identificação de cada atividade, apresentada na 2ª coluna da tabela 02 mostra que a descrição sintética das atividades não dá conta de detalhar qual a metodologia utilizada durante a aula e como as TICs foram incorporadas às disciplinas. Essa observação deve sinalizar para a 11ª CREDE a necessidade de repensar o modelo do instrumental recomendado para os relatórios mensais da LEI. É possível, da forma como se apresenta a atividade, apenas supor que a aula de informática básica teria associado o conhecimento dos recursos às situações práticas do cotidiano pedagógico, como o fez a disciplina de Matemática: “*elaboração de folha de pagamento no BrOfficeCalc*”.

Apresentada a análise do Plano de Ação Educacional da Escola B, na próxima seção, estabeleço algumas comparações entre as ações propostas no nesse PAI (planejamento) e as ações efetivamente desenvolvidas no Laboratório Educacional de Informática (execução), com o objetivo de avaliar se existe uma sintonia entre ação planejada e ação executada nessa escola.

2.2.6 Relação entre as ações do PAI e os Relatórios de Atividades da Escola B quanto a sua efetiva aplicação

Com o fim de verificar se há uma sintonia entre as ações planejadas no Plano de Ação Educacional (PAI) e as ações efetivamente executadas e apresentadas nos Relatórios Mensais do LEI, será feita uma análise comparativa entre o PAI e a síntese dos relatórios apresentada na tabela 02, anteriormente apresentada nessa sessão.

O primeiro ponto a considerar é quanto à participação dos atores escolares: coordenador escolar, professor coordenador do LEI, professor coordenador do LEC e professor regente do Centro do Multimeios. O Plano de Ação Integrado (PAI) dessa escola não traz nenhuma ação voltada ao planejamento. Já nos relatórios mensais do Laboratório Educacional de Informática (LEI), detectamos as ações seguintes: “*Planejamento com o professor de geografia*”, “*Elaboração de roteiro de acompanhamento ao planejamento com os professores*”, “*Planejamento com a professora para a disciplina de informática básica*”. Concluímos que os relatórios demonstram algo importante que não está explicitado no PAI dessa escola. O professor coordenador do LEI assume seu papel de suporte pedagógico participando do planejamento da aula juntamente com o professor regente de sala de aula. Entretanto, quando se trata do gestor-coordenador escolar, não é possível encontrar comprovações de que esse gestor é responsável por propiciar a integração entre os espaços de suporte pedagógicos e o docente de sala de aula.

Sobre o conjunto de ações propostas no PAI para serem desenvolvidas nos espaços de suporte pedagógico pelos professores da escola para fortalecer a integração entre os atores escolares como está proposto no plano da Escola B, temos como única ação que discrimina envolvimento de todos: “*Degustação literária*”. Todas as demais ações aparecem como se os professores dos espaços de suporte pedagógico fossem unicamente os envolvidos na ação planejada.

Em síntese, quando consideramos o objetivo geral do PAI na Escola B “*estimular a leitura e escrita, assim como, a utilização de novas tecnologias e do laboratório de ciências, por meio de diversas ferramentas pedagógicas, integrando-as em sala de aula*”, percebemos que as ações planejadas e apresentadas no plano não conseguem mostrar se essa escola dará conta do que projetou sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e sua integração na sala de aula. Já ações executadas e registradas nos relatórios mensais do LEI conseguem explicitar uma maior aproximação entre o objetivo proposto e a atuação do professor LEI e dos professores regentes.

Finalizada essa comparação entre os documentos da Escola B - Plano de Ação Educacional (PAI) e Relatórios Mensais do professor coordenador do Laboratório Educacional de Informática (LEI), a próxima sessão tem como objetivo estabelecer comparações entre as duas escolas, com a pretensão de verificar os pontos que se aproximam e os pontos que se distanciam, considerada a análise documental realizada.

2.2.7 Comparando as escolas A e B: os Planos de Ação Integrado (PAI) e os relatórios mensais

Para proceder à comparação, consideramos que ambas as escolas profissionais pertencem à mesma CREDE, têm o mesmo fim educacional- são escolas profissionalizantes, têm acesso às mesmas formações para atuação da gestão e do acompanhamento pedagógico.

Comparativamente, o Plano de Ação Integrado (PAI) de cada uma das escolas tem aspectos convergentes, quando verifico a falta de uma consonância melhor explicitada entre objetivos e conjunto de ações planejadas em relação às ações executadas como demonstram os relatórios mensais dos professores coordenadores dos LEIs.

O que se destaca como ponto de distanciamento entre o PAI da Escola A e o PAI da Escola B são as atividades, nessa última escola, que buscam promover a aproximação dos alunos com as TICs: “*formação de alunos monitores por centro*” e “*aplicação da plataforma Moodle e Google Docs*”. Percebemos que está explicitado o contato do aluno com as tecnologias em função da sua aprendizagem.

Um ponto de aproximação entre as duas EEEPs é que a atuação da coordenação escolar como integradora de todos os espaços de suporte pedagógico em ambas as escolas se configura da mesma forma. Não vislumbro qual é a participação da gestão escolar no desenvolvimento do PAI e das atividades do LEI, assumindo sua função de agente pedagógico, que consolida as ações da escola voltadas à atuação dos docentes com foco no processo de ensino e de aprendizagem.

Outro aspecto que pode ser observado nas duas escolas consiste na forma como o planejamento escolar se apresenta sem a mesma sistematização nos dois documentos – PAI das Escolas A e B e relatórios dos professores LEI. Enquanto na Escola A, as ações planejadas (PAI) apontam a atuação do professor coordenador do LEI no planejamento escolar, nos relatórios mensais dessa mesma escola não é possível verificar que a ação tenha se efetivado.

Já na Escola B, as ações planejadas (PAI) não fazem referência à participação ativa do professor coordenador do LEI como suporte aos professores regentes dessa escola, já os relatórios mensais trazem o registro das ações executadas e, dentre as citadas, está o planejamento escolar como uma ação de integração entre o coordenador o LEI e os demais docentes. São ações da Escola B, apontadas nos relatórios do LEI: *“Planejamento com o professor de geografia”*; *“Elaboração de roteiro de acompanhamento ao planejamento com os professores”*; *“Planejamento com a professora para a disciplina de informática básica”*.

É possível, então, concluir que a rotina de planejamento escolar que deveria ter a gestão do coordenador escolar assessorando os professores regentes de sala de aula através da ação dos professores dos espaços integrados (Professor Coordenador do LEI, professor Coordenador do LEC, professor regente do Centro de Mídias) não se efetiva no cotidiano escolar. Se considerarmos a disponibilidade de 13 horas-atividades semanalmente, suprimidas das 40 horas-aula de todos os professores das duas EEEPs, conforme determina a Lei Nacional do Piso nº 11.738 para a realização do planejamento escolar dentro das escolas, é tácito afirmar que a gestão do planejamento escolar não está correspondendo ao que sempre foi orientado acerca das atribuições da gestão escolar, atuação dos professores dos espaços de suporte pedagógico e organização do planejamento escolar. Orientações que, em 2013, foram ratificadas no documento já citado nesse trabalho Orientações da SEDUC para o Suporte Pedagógico.

2.3. Análise da pesquisa de campo – os questionários dos gestores, dos professores e dos alunos

Apresentada a análise documental do PAI da Escola A e do PAI da Escola B assim como dos Relatórios do Professor Coordenador do LEI dessas duas escolas, com o intuito de averiguar nesses documentos como se dá a gestão do letramento digital, passo à verificação dos dados coletados através de questionários de autopreenchimento, aplicados a gestores, professores e a alunos dessas duas escolas, tendo como foco confirmar ou negar as percepções encontradas na averiguação documental, acerca dos objetivos propostos para minha investigação. A análise passa, então a ser guiada por: (1) verificar se ações gestoras presentes na administração dessas escolas são pautadas por uma compreensão do conceito de letramento digital e se os gestores – diretor e coordenadores escolares - são letrados digitalmente; (2) averiguar se os gestores apoiam as políticas de incentivo ao uso dos recursos midiáticos a favor do letramento digital dos professores; (3) verificar se os professores fazem uso de recursos midiáticos como recursos didático-pedagógicos; (4) identificar se há, por parte dos alunos das escolas, reconhecimento da relevância da utilização de recursos midiáticos pelos educadores, como ferramentas produtivas para o ensino aprendido.

O questionário destinado aos gestores foi aplicado a 02 diretores e a 04 coordenadores escolares, sendo 04 pertencentes à Escola A e 02 pertencentes à Escola B, que no momento da pesquisa apresentava carência de 02 coordenadores escolares. Já o questionário aplicado de forma censitária aos professores das duas escolas foi respondido por 45 docentes que lecionavam as disciplinas da base nacional comum ou da base técnica, incluindo os que atuavam no LEI. Vinte e dois docentes atuavam na escola A; e vinte e três na escola B. Em se tratando dos alunos, a amostra foi composta por jovens da Escola A, dos cursos de Rede de Computadores (05 alunos), Técnico em Enfermagem (05 alunos) e Técnico em Comércio (05 alunos) e por jovens da Escola B, dos cursos Técnico em Informática (05 alunos), Agronegócio (05 alunos), Carpintaria (02 alunos), Rede de Computadores (03 alunos), totalizando 30 alunos das duas escolas, de 2ª e 3ª séries do ensino médio.

A seguir, apresento a análise dos questionários aplicados a cada segmento, tendo em vista os objetivos dessa pesquisa anteriormente lembrados. A verificação através dos dados levantados na pesquisa de campo visa ratificar ou refutar o que está posto no planejamento (PAI) e na execução (relatórios) analisados através da pesquisa documental.

2.3.1 A percepção dos Gestores sobre o letramento digital nas duas EEEPs

Inicialmente, será traçado o perfil dos 06 gestores das duas EEEPs, apresentando informações acerca da idade, formação e tipo de vínculo com a Secretaria da Educação do

Estado, escolaridade, tempo de experiência na gestão, finalizando com informações sobre acesso a computador e a internet em casa e a participação em cursos na área de informática.

Busco junto aos gestores: (1) verificar se ações gestoras presentes na administração dessas escolas são pautadas por uma compreensão do conceito de letramento digital e se os gestores- diretor e coordenadores escolares - são letrados digitalmente; (2) averiguar se os gestores apoiam as políticas de incentivo ao uso dos recursos midiáticos a favor do letramento digital dos professores.

Inicialmente, apresento dados visando traçar o perfil dos gestores quanto à faixa etária. Esse perfil é complementado com a informação sobre o nível de formação e tempo de experiência em gestão escolar. Essas informações podem oferecer subsídios para as considerações acerca da gestão do letramento digital nas duas EEEPs, como também servirão para traçar um perfil dos gestores quanto ao seu domínio e ao uso das TICs nas escolas em questão.

Em se tratando da faixa etária dos gestores, considerando os respondentes das duas EEEPs, os dados mostram que, dentre os 04 gestores da Escola A, 02 estão dentro da faixa etária entre 41 a 50 anos; 01 se encontra na faixa dos 31 a 40 anos; e 01 se encontra na faixa dos 50 anos ou mais. Já na Escola B, 100 % dos gestores, ou seja, 02 respondentes estão na faixa de menor idade. Pela distribuição etária, é possível supor que os respondentes da escola B tenham maior aproximação com as TICs e que tenham tido mais acesso durante a sua formação inicial.

Quanto ao nível de formação dos gestores, os dados levantados através do questionário de auto preenchimento demonstram que predominantemente os gestores têm especialização. Nenhum dos gestores tem apenas o nível de graduação e apenas 25%, ou seja, 01 gestor da Escola A não informou qual o seu nível de formação.

Consoante os dados levantados, os gestores da Escola A e os gestores da Escola B se aproximam em se tratando do nível de formação. Assim, espera-se que em ambas as escolas haja um alinhamento no desempenho da gestão, considerando que se encontram num mesmo nível de formação e que são gestores de Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP).

Em relação ao tempo de experiência na gestão escolar, os dados mostram que na Escola A, 75 % dos gestores (03 respondentes) têm menos de cinco anos de experiência e somente 25% desses (01 respondente) têm mais de dez anos. Já na Escola B, 01 gestor tem menos de cinco anos e 01 gestor tem mais de dez anos de experiência em gestão.

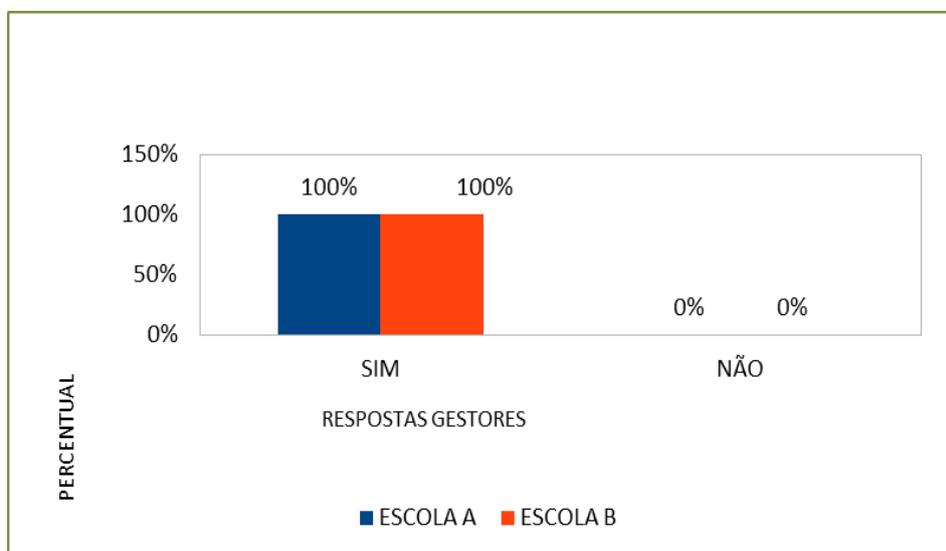
Sobre o vínculo empregatício com o estado, a pesquisa obteve como resposta que, na Escola A, dentre os 04 gestores, 02 são efetivos e 02 são concursados em estágio probatório.

Em se tratando da Escola B, os 02 gestores são também concursados em estágio probatório. A relevância dessa questão se dá porque pode estar vinculado ao desempenho do gestor o fato de não pertencer à rede e, portanto, não ter estabilidade.

Ainda com o propósito de tecer o perfil dos respondentes, foi investigado se os gestores possuem computador pessoal em casa. Essa pergunta teve como objetivo identificar se os eles têm contato com as TICs (computador e acesso à internet) fora da escola. Esse aspecto é relevante para determinar se o contato dos gestores fora da escola -cotidiano pessoal- tem impacto no uso das tecnologias no exercício da função- cotidiano escolar.

Os Gráficos 01 e 02, apresentados a seguir, trazem informações que poderão ser relevantes para a construção da proposta do Plano de Ação Educacional a ser delineado no 3º capítulo dessa dissertação.

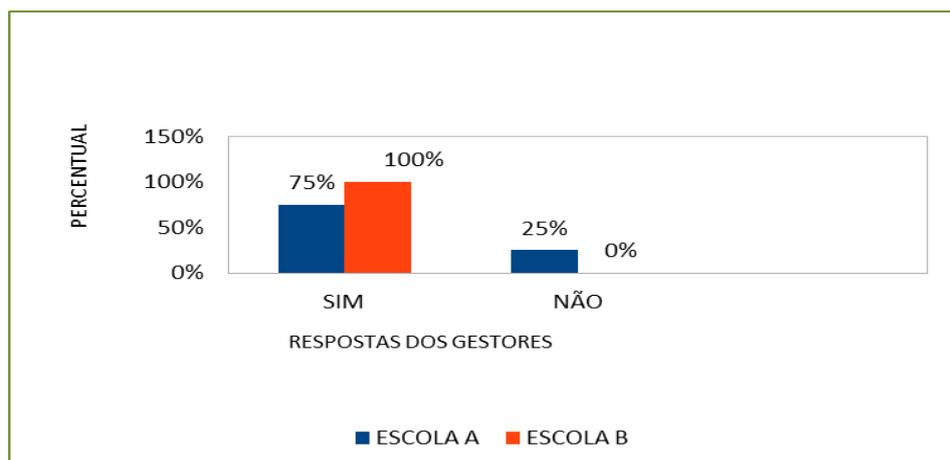
Gráfico 01- Uso de computador doméstico pelos gestores



Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

O Gráfico 01 mostra que 100% dos gestores das duas EEEPs têm computador pessoal. O mesmo se repete, quando perguntados sobre o acesso à internet. Assim, a familiaridade com esses recursos tecnológicos é uma realidade no cotidiano pessoal dos gestores. Falta-nos averiguar se o mesmo se dá no cotidiano profissional. Esse aspecto será identificado nas demais questões apresentadas aos respondentes.

O Gráfico 02, a seguir, expressa o acesso dos gestores a cursos na área de informática voltados ao contato com as TICs.

Gráfico 02 - Acesso a cursos de informática pelos gestores

Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

Os dados mostram que, dentre os 06 gestores, apenas 01 gestor da Escola A, ou seja, 25% do total, não fez curso na área. Já na Escola B, 100% dos gestores, ou seja, 02 respondentes, já fizeram curso nessa área. Frente a esse quadro, a expectativa é a de que existam poucas dificuldades por parte dos gestores em lidarem com as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas duas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs).

Considerando o perfil dos gestores, quanto aos aspectos abordados: faixa etária, formação, tempo de experiência na gestão, acesso ao computador, à internet e a curso de formação na área de informática, observamos que, somente na faixa etária, há uma distribuição mais diferenciada entre as escolas, pois o perfil da Escola A está distribuído em diferentes faixas. Desse modo, concluo que o perfil dos gestores não justificará que se obtenham percepções diferenciadas dos mesmos quanto à atuação da gestão no letramento digital na escola.

Traçado o perfil dos gestores, a seguir, apresentarei a percepção dos quatro gestores da Escola A e dos dois gestores da Escola B sobre o letramento digital, construída a partir da aplicação dos questionários de autopreenchimento através de pesquisa de campo. Essa sessão tem o intuito de verificar os seguintes objetivos definidos para essa pesquisa: (1) verificar se ações gestoras presentes na administração dessas escolas são pautadas por uma compreensão do conceito de letramento digital e se os gestores-diretor e coordenadores escolares - são letrados digitalmente; (2) averiguar se os gestores apoiam as políticas de incentivo ao uso dos recursos midiáticos a favor do letramento digital dos professores.

2.3.1.1 A percepção dos gestores da Escola A e da Escola B sobre o letramento digital

Nas questões abertas do questionário, os gestores da Escola A foram interpelados se se consideravam letrados digitalmente. O resultado foi o seguinte: 75%, ou seja, 03 dentre os 04 gestores consideram que não, apresentando como justificativas limitações na utilização das mídias, como apoio pedagógico, apesar de terem participado de formação continuada para o uso das TIC. Somente 25% dos respondentes, o que corresponde a 01 gestor, afirma ser parcialmente letrado, mas que precisa de aprimoramento. Já na Escola B, 100% do universo de 02 gestores respondem que são letrados digitalmente; e 01 dos respondentes acrescenta que tem pleno domínio das ferramentas digitais que utiliza no cotidiano. Esse panorama nos leva à expectativa de que a gestão da Escola A terá mais dificuldades na gestão do letramento digital.

Retomando aqui os dados encontrados na pesquisa documental, apresentada na sessão 2.2 - análise da pesquisa documental: os Planos de Ação Integrados (PAI) e os Relatórios Mensais de Atividades do LEI - em se tratando da atuação dos coordenadores escolares, seja na Escola A, seja na Escola B, verificou-se que a atuação da gestão escolar-coordenadores efetivamente não está explicitada nos planos ou nos relatórios mensais dos professores coordenadores do Laboratório Educacional de Informática (LEI). Portanto, não dá para afirmar que haja uma intervenção da gestão escolar nas ações voltadas ao letramento digital nas duas EEEPs.

No tocante à contribuição da sua formação inicial ao desenvolvimento de competências para o uso de recursos midiáticos existentes na escola, na Escola A, 25% dos respondentes, ou seja, 01 gestor, afirma ter contribuído, embora com restrições, enquanto 75% -03 gestores - destacam a ausência total desse conteúdo na sua formação inicial. Esses 03 gestores afirmam ter aprendido a utilizar as mídias na prática de sala de aula. Quanto aos respondentes da Escola B, do universo de 02, isto é, 100% dos gestores, afirmam que o acesso às TICs foi fundamental para a superação de algumas etapas de aprendizagem.

Os gestores foram solicitados, também, a avaliar se os professores da sua EEEP eram letrados digitalmente. Todos os gestores da Escola A, ou seja, 04 respondentes apontam que a maioria dos docentes não tem o domínio necessário para utilizar pedagogicamente os recursos midiáticos, promovendo, por exemplo, a interação por meio de *blogs*, fóruns e *Facebook*. Do conjunto de seis gestores, 25% ressaltam que os docentes apresentam as mesmas dificuldades que as suas na utilização de recursos midiáticos.

Em se tratando da escola B, todos os dois gestores aferiram que os professores da escola são letrados digitalmente, e utilizam recursos midiáticos com frequência na sua prática

pedagógica. Aqui percebemos, através do olhar da gestão escolar, que não há uma semelhança entre os professores das duas escolas, quando se trata de letramento digital dos docentes.

Outra pergunta busca saber sobre a participação dos gestores em formações sobre inserção das TICs na escola, promovidas pelo NTE da 11ª CREDE nos últimos dois anos. Dentre os 04 gestores da Escola A, apenas 25%, ou seja, 01 gestor confirmou sua participação. Já na Escola B, consoante respostas apresentadas, todos os gestores afirmaram ter participado das formações citadas ofertadas pelo Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE). Lembrando que a Escola A foi inaugurada em 2008 e que, no período de 2008 a 2012, foram ofertados pela 11ª CREDE cursos de formação voltados a tema, era esperada a participação de 100% dos gestores dessa escola em ações de formação para o uso das TICs na escola. É importante ressaltar que as formações ofertadas Proinfo Integrado tem como público-alvo professores e gestores e também lembrar que elas são realizadas pelo NTE/CREDE na perspectiva de que os professores coordenadores do Laboratório Educacional de Informática (LEI) tem como uma de suas atribuições replicar a formação na escola para todos os atores responsáveis pela ação pedagógica.

Outra questão lançada aos gestores das duas EEEP foi sobre a opinião dos mesmos acerca do uso das TICs como recurso didático pelos seus professores. Há divergência nas respostas das duas escolas, quando se trata dessa questão. Um dos gestores da Escola A afirma *“são pouco utilizadas porque não há laboratório educacional de informática suficiente para atender à demanda de todos os professores”*. Já 01 dos gestores da Escola B afirma que *“utilizadas, porque são imprescindíveis para aproximar o professor e o aluno no processo de ensino e aprendizagem”*.

Se retomamos a análise documental, especificamente os relatórios do professor coordenador do laboratório educacional de informática (LEI), detectamos a concentração de uso do LEI pelos professores das disciplinas da base técnica. Na Escola A, não identifiquei nenhuma atividade desenvolvida por disciplinas da base nacional comum. Se observado o conjunto dos relatórios dessa escola, percebo que a utilização se concentra nas aulas de informática, durante todo o ano. É preciso considerar que a unidade escolar dispõe de 02 Laboratórios Educacionais de Informática (LEIs) em sua estrutura e que a demanda das aulas das disciplinas técnicas em Informática não ocupa toda a carga horária dos 02 laboratórios.

Em se tratando da Escola B, encontro o registro de uso do laboratório por diferentes disciplinas, tanto da base comum, quanto da base técnica, embora não seja possível precisar o percentual de usuários, dentre o universo de 23 docentes, que fizeram uso do laboratório em 2011.

Comparativamente, em se tratando da disponibilidade de LEI, ambas as EEEPs dispõem de 02 laboratórios. Assim, esse quantitativo não justifica o comportamento diferente entre as duas escolas quanto ao uso desse espaço pelas disciplinas da base comum e da base técnica. O fato de as disciplinas da base comum não aparecerem acompanhadas de atividades nos relatórios pode estar associado à falta de domínio das TICs por parte do docente, conforme aponta a gestão escolar. Da mesma forma, a utilização mais compartilhada pelas diversas disciplinas na Escola B também pode estar vinculada à condição apontada pela gestão de que os docentes utilizam as TICs *“porque são imprescindíveis para aproximar o professor e o aluno no processo de ensino e aprendizagem”*.

Em se tratando do questionamento sobre como o gestor pode promover o letramento digital de professores nas EEEP, são apresentadas algumas propostas que aproximam a visão que as unidades escolares têm acerca da atuação do gestor. Um gestor da Escola A- 75% - aponta que a opção é *“Ofertando formação continuada e em serviço”*; enquanto 50% dos gestores-01 gestor- da Escola B apontam que a promoção do letramento digital dos professores também se dará através de formação.

Essas respostas dos gestores de ambas as escolas profissionais sobre a importância da formação continuada chamam a atenção para os dados que foram coletados na análise documental utilizando como instrumentos o PAI e os relatórios mensais do professor coordenador do Laboratório Educacional de Informática (LEI). Retomando esses dados da pesquisa, não encontramos a realização da formação continuada do Proinfo Integrado, conforme a carga horária prevista, a ser realizada nas duas EEEPs como um registro sistematizado no Plano de Ação Educacional (PAI) e nos relatórios mensais do professor coordenador do LEI. Se a gestão reconhece a importância da formação para o letramento digital dos professores, não se justifica que ações que foram orientadas e cujo material foi enviado às escolas não tenham se concretizado através da atuação do professor LEI.

Sobre a própria atuação do gestor para facilitar o letramento digital dos professores nas EEEPs, os gestores da Escola A sinalizam que apenas incentivam os professores a fazerem cursos *online*, mas não promovem nenhuma ação na escola: *“Apesar de saber da importância do letramento digital para os professores, a escola ainda não desenvolve nenhuma ação nessa linha”*.

Já a Escola B afirma que, além de a própria gestão participar das formações, a gestão procura garantir que os educadores participem também por ser uma forma de se atualizarem. Um dos gestores da Escola B, afirma que usam como estratégia a participação dos professores coordenadores do LEI no planejamento como forma de envolver os demais educadores.

Enquanto a Escola A se isenta da responsabilidade pela formação continuada dos docentes, assumindo que a gestão não oferta nenhuma ação de formação, a Escola B afirma incentivar a formação e o envolvimento dos professores no planejamento. Entretanto, sobre essa afirmação da Escola B, não há como extrair indícios no Plano de Ação Integrado ou nos relatórios do Laboratório Educacional de Informática (LEI).

Os gestores foram perguntados sobre a atuação da gestão junto ao Professor Coordenador do LEI, no planejamento escolar, com foco no uso do laboratório educacional de informática a serviço dos professores, com a intenção de averiguar o objetivo 03 apresentado no início desta pesquisa, qual seja, o de certificar se os gestores apoiam as políticas de incentivo ao uso dos recursos midiáticos a favor do letramento digital dos professores. Do universo de 04 gestores da Escola A, 25% afirmam que *“O planejamento do professor LEI está deixando a desejar, porque dificilmente ele participa dos planejamentos por área. Eu oriento os professores para utilizar esses recursos, mas só agora percebo que sou “analfabeta” e desconhecia as ferramentas que podem contribuir para a aprendizagem dos alunos em todas as disciplinas”*.

Na Escola B, um respondente do total de 02 gestores, afirma categoricamente que tem uma atuação junto ao professor coordenador do LEI: *“sim, pois é de fundamental importância que todos os educadores planejem e realizarem aulas nesse espaço, como forma de dinamizarem melhor os conteúdos trabalhados”*.

Associada a essa questão anterior, pergunto acerca do Plano de Ação Integrado (PAI), como instrumento de melhoria da atuação dos professores no uso dos recursos midiáticos. Sobre essa questão, 25% dos gestores das escolas A, ou 01 gestor, responde que o PAI não cumpriu essa função: *“o plano de ação integrado, apesar de ter sido construído coletivamente, todas as ações elaboradas não estão sendo desenvolvidas pelos professores. Precisa ser melhor acompanhado para que o planejado seja executado”*. A posição desse gestor se difere da Escola B, na qual a metade dos gestores informa que *“os laboratórios são utilizados com muita frequência, dinamizando sempre os conteúdos trabalhados, proporcionando uma dinâmica e eficiente ao processo de ensino aprendizagem”*.

Os gestores responderam se os recursos midiáticos nas duas EEEPs são mediadores do processo de ensino e aprendizagem e quais as evidências de que isso ocorre. Do universo de 04 gestores da escola A, 25% afirmam o seguinte: *“Em parte. No que diz respeito às disciplinas dos cursos de redes e informática, os computadores são fundamentais no processo de ensino e aprendizagem. Já em outras disciplinas, observa-se um uso incorreto de alguns recursos, ou seja, os recursos são mal explorados de modo que não acrescentam muito na construção do*

conhecimento. Exemplo: exibição de filmes sem uma função pedagógica, ou sem um trabalho posterior de cunho pedagógico". Sobre isso, a resposta de 25% da Escola B é a seguinte: *"Sim. Temos um agendamento do uso dos laboratórios e todos os recursos midiáticos de forma que se promova um uso intenso desses recursos. Também são desenvolvidos trabalhos utilizando esses recursos"*.

Para finalizar, os gestores foram questionados sobre as ações que os professores têm realizado para proporcionar o letramento digital dos alunos. A Escola A cita como exemplos a criação de *sites, software* nas aulas das disciplinas técnicas. Aponta ainda que são poucos os professores que o fazem e que foi identificada uma grande dificuldade dos alunos em utilizar aplicativos de texto e anexar arquivos em *e-mail*. A Escola B cita a utilização da internet, a construção de *e-mail* individual, como também incentivo para que os estudantes apresentem seus trabalhos utilizando os recursos. Também destacam que alguns alunos chegam à escola sem saber ligar um computador. Com o tempo é que esses alunos desenvolvem as habilidades necessárias a partir do acompanhamento da escola e da proposição de ações para desenvolver as habilidades dos discentes.

2.3.1.2 Síntese do panorama do letramento digital nas duas EEEPs a partir da percepção dos gestores

Considerando o conjunto de todas as questões abertas propostas aos gestores, o panorama do letramento digital nas duas EEEPs a partir da percepção da gestão está delineado da seguinte forma: Enquanto a escola A considera que seus professores não são letrados digitais, a Escola B afirma que os seus educadores o são. Sobre o uso das TICs como recursos midiáticos, os gestores da Escola A apontam que os educadores usam pouco. Em contrapartida, a Escola B afirma que seus educadores usam, inclusive como forma de se aproximar dos alunos no processo de ensino e aprendizagem. Sobre a atuação da gestão como facilitadora do letramento digital nas duas EEEPs, a Escola A afirma que não promove ações nesse sentido, enquanto a Escola B informa que não só promove ações de formação continuada dentro da escola com foco no uso das TICs como também ela mesma participa da formação. Sobre a atuação da gestão conjuntamente com o professor coordenador do LEI, a Escola A é de opinião que o professor em questão pouca participa do planejamento escolar. Na escola B, a afirmação é que gestão e professor LEI trabalham juntos. Em se tratando da efetividade do Plano de Ação Integrado (PAI) para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, a Escola A aponta que não contribuiu em discordância com a opinião da Escola B que afirma ser relevante. Sobre a

ação dos professores para promover o letramento digital dos alunos, novamente a opinião das duas escolas se distancia, pois a Escola A informa que são poucos os educadores que desenvolvem ações nesse sentido; já a Escola B afirma que os seus professores dão conta dessa tarefa de inserir os alunos no mundo das TICs.

Para sintetizar quais os aspectos percebidos e quais as considerações feitas pelos gestores em se tratando do letramento digital nas duas EEEPs, a seguir, apresento a Tabela 03 que sintetiza a percepção dos gestores coletada através dos questionários, nessa ordem: (1^a) aspectos mais relevantes dentre os investigados a partir da pesquisa de campo e extraídos dos questionários aplicados aos gestores: opinião sobre o letramento digital dos docentes, integração entre os professores coordenadores do Laboratório Educacional de Informática (LEI) e professores regentes, oferta de formação continuada para o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas EEEPs, gestão do letramento digital pelos coordenadores escolares: (2^a) percepção da Escola A; (3^a) percepção da Escola B:

Quadro 1- Sinopse do panorama do letramento digital nas duas EEEPs a partir da percepção dos gestores

Aspectos investigados	Gestão da Escola A	Gestão da Escola B
Letramento digital dos docentes.	Considera que a maioria dos docentes não tem o domínio necessário para utilizar pedagogicamente os recursos midiáticos.	Considera que os professores da escola são letrados digitalmente e utilizam recursos midiáticos com frequência na sua prática pedagógica.
Uso das TICs como recurso didático pelos seus professores.	A gestão afirma que são pouco utilizadas porque são insuficientes para atender à demanda do conjunto de professores especificamente quando se trata do LEI.	A gestão afirma que são utilizadas por serem imprescindíveis para a aproximação entre professor e aluno.
Integração entre os professores coordenadores do LEI e professores regentes.	A visão da gestão é que o professor LEI está deixando a desejar quanto a sua atuação no planejamento escolar.	A gestão sinaliza que a integração é imprescindível para que os professores possam dinamizar melhor os conteúdos.
Oferta de	Sinaliza que apenas	Procura garantir que

formação continuada para o uso das TICs nas EEEPs.	incentiva os professores a fazerem cursos <i>online</i> , mas não promove nenhuma ação na escola.	os educadores participem também por ser uma forma de se atualizarem.
Gestão do letramento digital pelos coordenadores escolares.	A gestão informa que sabe da importância do letramento digital para os professores, mas não desenvolve ação nessa linha.	A gestão e o professor LEI trabalham juntos, orientando os professores para o uso das TICs.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos questionários aplicados aos gestores.

Após análise do quadro nº 1 (Sinopse da percepção os gestores), podemos perceber que há pontos de aproximação e pontos de distanciamento entre a Escola A e a Escola B, sob a ótica dos gestores, embora ambas tenham a mesma proposta educativa. Os depoimentos da Escola A convergem para o que identificamos nos relatórios mensais do LEI, quanto à não efetivação do letramento digital na escola, como proposto no Plano de Ação Educacional (PAE) dessa unidade escolar, e como ação decorrente da ação dos gestores e professores. Os gestores da Escola B demonstram uma percepção diferenciada em relação ao letramento digital na EEEP, considerando os aspectos sintetizados.

Sobre o papel da gestão, é importante o que nos afirma ALMEIDA (2005) “A gestão de tecnologias na escola implica compreender e articular duas concepções essenciais a esse processo: gestão e tecnologias, cuja conexão se viabiliza nas práticas escolares com o uso de tecnologias”.

A autora acrescenta, ainda, que o gestor líder

procura identificar as potencialidades dos recursos disponíveis para proporcionar a abertura da escola à comunidade, integrá-la aos distintos espaços de produção do saber, fazer da escola um local de produção e socialização de conhecimentos para a melhoria da vida de sua comunidade, para a resolução de suas problemáticas, para a transformação de seu contexto e das pessoas que nele atuam (ALMEIDA,2005,p. 17).

Considerando o que nos aponta a autora, ratifico, a partir do panorama acima traçado, a necessidade de um plano de ação educacional que consolide nas duas EEEPs a gestão do letramento digital.

Aferida a percepção dos gestores, passo a verificar o que pensam os educadores das escolas acerca das mesmas questões, com o objetivo de analisar se a percepção dos docentes tem consonância com o panorama que o núcleo gestor delineou acerca dos seus professores. É propósito, também, verificar o objetivo três da pesquisa, qual seja, certificar se os professores

fazem uso de recursos midiáticos como recursos didático-pedagógicos. É esse o tema da próxima seção.

2.3.2 A percepção dos professores sobre letramento digital nas duas EEEPs

Assim como foi feito em relação aos gestores, aqui também será identificado o perfil dos 45 educadores das duas EEEPs, tomando-se para esse traçado: idade, formação, tipo de vínculo com a Secretaria da Educação do Estado, escolaridade, tempo de experiência docente, informações sobre acesso a computador e à internet em casa e a participação em cursos na área de informática são as questões inicialmente levantadas.

Os dados a seguir têm como propósito apresentar o perfil dos professores das duas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), considerando que é importante verificar os aspectos – faixa etária, nível de formação, tempo de experiência docente, acesso a computador e à internet, se é letrado digital. Esse perfil coletado a partir dos relatórios aplicado aos 45 professores podem justificar alguns elementos extraídos como também podem justificar e orientar o Plano de Ação Educacional (PAI), foco no terceiro capítulo deste trabalho.

Examinando os dados coletados, verifico que, do universo de 22 educadores da Escola A, 68,18% se encontram na faixa dos 20 aos 30 anos; já 13,63%, estão na faixa de 31 a 40 anos. Apenas 4,55% dos professores estão na faixa de 41 a 50 anos; e 9,09% se encontram na faixa de mais de 50 anos. Já a Escola B tem 96% dos educadores, ou 22 respondentes, na faixa de menor idade-20 a 30 anos. Apenas 4%, encontram-se na faixa de 31 a 40 anos.

A partir das informações sobre faixa etária, podemos considerar que os docentes de ambas as escolas têm um perfil jovem já que o maior percentual de docentes da Escola A e a quase totalidade de docentes da Escola B, estão concentrados na faixa de 20 a 30 anos. O que leva a supor que a formação inicial dos docentes, em sua maioria, deu-se nos últimos dez anos. Considerando que os computadores começam a chegar às escolas nos anos 1980 e que a internet adentrou o espaço escolar nos anos 1990, é possível que a formação dos docentes tenha se voltado ao uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas unidades escolares.

Sobre o nível de formação docente, a pesquisa de campo mostra que do universo de 22 respondentes, 45,45% da Escola A são graduados e 50% são especialistas. Dos 22 respondentes, 4,55%, não identificou sua formação. Por outro lado, dos 23 educadores da Escola B, 61%, dos professores são graduados; e 39% são graduados. Observa-se que a Escola A tem uma concentração dividida entre graduados e especialistas, enquanto a Escola B tem

maior parte de seus professores no nível de graduação. Espera-se que os docentes com especialização, com predominância naqueles da escola A, apresentem um bom desempenho no uso das TICs em suas práticas pedagógicas. Para ratificar essa afirmação, posteriormente, será examinada a opinião dos professores sobre sua formação inicial em se tratando do uso das tecnologias.

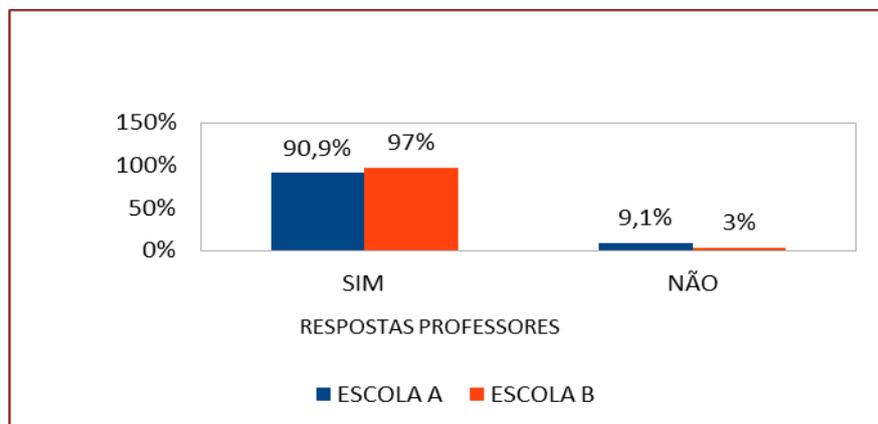
Outra questão tratada foi o tempo de experiência docente, com o intuito de verificar há quanto tempo o professor atua na profissão. Esse aspecto visa definir se, nesse período, em que ele atua em sala de aula, a CREDE ofertou ações de formação continuada para os educadores das duas EEEPs, através do professor coordenador do Laboratório Educacional de Informática (LEI).

Na escola A, 54,54% dos educadores têm menos de 05 anos de experiência, o que corresponde a 12 professores; já 45,46% dos docentes nessa mesma escola, têm mais de 05 anos de experiência docente, correspondendo a 10 docentes dentro do universo de 22 entrevistados. Quando analisado o tempo de experiência dos docentes da Escola B, temos que 78%, docentes com menos de 05 anos. Já 7% dos professores têm mais de 05 anos de experiência na docência; e somente 5% dizem ter mais de 10 anos no exercício da profissão.

A identificação do tempo de experiência é relevante para se concluir, como sinalizado anteriormente, que os docentes de ambas as escolas tiveram acesso à formação para o uso das TICs proposta pelo Proinfo Integrado e ofertada pelo NTE/11ª CREDE, através do professor coordenador do Laboratório Educacional de Informática (LEI). Outro aspecto importante extraído da pesquisa é que os professores em ambas as escolas, em sua maioria, têm menos de cinco anos de experiência docente. É o que observamos na Escola A, que apresenta 54,54% dos professores nessa faixa; e na Escola B, que mostra 78% de seus docentes nessa mesma faixa de experiência. Esse aspecto tem que ser levado em conta na construção do Plano de Ação Educacional (PAE) a ser tratado no capítulo três, para que a proposta de formação continuada, contida no Plano, atenda à demanda de incorporação das TICs na escola. Considerando que as escolas de educação profissional, apesar de terem iniciado, em 2008, ainda podem ser consideradas uma proposta em construção, em muitos aspectos, principalmente, no que diz respeito à formação dos professores para que atendam aos objetivos dessas escolas: preparar os jovens para uma profissão e para que continuem os estudos. Assim sendo, o tempo de experiência da maioria dos docentes não é garantia de que já dominem todas as condições para essa formação, dentre essas condições está a incorporação das TICs para o uso de práticas pedagógicas eficazes à aprendizagem do aluno.

A partir do Gráfico 03, a intenção é traçar o perfil dos educadores acerca do contato com as mídias, como também verificar se os respondentes consolidam a percepção dos gestores acerca do letramento digital nas duas EEEPs, ou se contrapõem à percepção desses gestores:

Gráfico 03- O professor tem computador pessoal?



Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

O Gráfico 03 revela que, dentre o universo de 22 docentes da Escola A, 90,9% possuem computador. Somente 9,1% dos docentes não possuem. Já na Escola B, o percentual dos que têm o equipamento atinge 97%, o que representa 22 professores; sendo que apenas 3% ainda não adquiriu o bem. Também foi perguntado aos professores sobre o acesso à internet pessoal. Na Escola A, 77, 28% informaram que possuem, do total de 22 entrevistados. Já 22,72% dos professores não têm acesso. Em se tratando dessa condição, na Escola B, temos que 87%, ou 20 respondentes, têm acesso à internet e 13%, não têm conexão com a rede em casa. Questionei também os educadores sobre sua participação em cursos na área de informática. A Escola apresentou o seguinte: 86,36% participaram de curso nessa área e 9,09%, apontam que não o fizeram. Apenas 01 educador não respondeu. Na Escola B, temos que 83%, fizeram curso e apenas 04, ou 17% dos educadores, não o fizeram.

Os dados apresentados anteriormente (Gráfico 03) levam a concluir que a quase totalidade dos docentes está familiarizada com o uso do computador e da internet. Isso nos leva a questionar por que a análise documental realizada em ambas as EEEPs não demonstra uma transposição natural da vivência pessoal com as TICs (computador e internet) para a vivência profissional, inserindo as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na prática pedagógica nas duas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs).

Sobre essa questão, é relevante revisitar os dados achados na pesquisa de campo sobre a formação inicial e sobre a participação dos docentes em curso de formação continuada para o

uso das TICs como achados que possam justificar por que os docentes não conseguem fazer a transição desse domínio das TICs para a sua prática pedagógica. Quando os docentes foram solicitados a avaliar sua formação inicial utilizando uma das categorias indicadas: “ótima”, “boa”, “regular” ou “ruim”, levando em conta o desenvolvimento de competências para o uso dos recursos midiáticos existentes na sua escola, encontramos o seguinte: na Escola A, apenas 9,09%, ou 02 docentes, avaliaram como ótima; 36,37%, ou 08 docentes, avaliaram como boa; 36,67% , ou 08 docentes, avaliaram como regular; e 18,17%, ou 04 docentes, avaliaram como ruim. Somando os percentuais entre ruim e regular, teremos que 54,54% indicaram pouca ou nenhuma contribuição da sua formação inicial para o uso das TICs. Quando examinamos a Escola B, somente 9%, ou 02 docentes, classificaram com ótima; 43%, ou 10 docentes, avaliaram como boa; 30%, ou 07 docentes classificaram como regular; e 18% , ou 04 docentes classificaram como ruim. Somados os percentuais referentes às categorias “ruim” e “regular”, teremos 48% dos docentes informando que a sua formação inicial contribuiu pouco ou não contribuiu para o uso das TICs na sua atuação docente. Considerando, agora, a participação dos professores em formação continuada sobre inserção das TIC através do Proinfo Integrado , promovida pelo NTE da 11ª CREDE nos últimos dois anos, obtivemos: na Escola A, 22,72%, ou seja, somente 05 professores participaram; enquanto 77,28%, ou seja, 17 docentes responderam que não. Na Escola B, obtivemos que 70%, ou seja, 16 professores participaram dessa formação continuada; e somente 30%, ou seja, 07 docentes não tiveram acesso à formação ofertada pela CREDE.

Para verificar como os docentes se avaliam sobre seu letramento digital, perguntou-se aos 45 docentes se se consideram letrados digitais. Na Escola A, 90,9% dos respondentes, ou seja, 20 educadores, consideram-se letrados digitalmente, enquanto 9,1%, ou seja, somente 02, responderam que não se consideram inseridos no mundo digital. Diante da mesma pergunta, a Escola B responde que 87%, ou 20 educadores, são letrados digitalmente; enquanto 13%, ou 03 educadores, afirmam não se considerar dentro dessa categoria de letrado digital. A partir desse, afirmamos que, predominantemente, os professores das duas escolas profissionais se consideram letrados digitalmente.

Após apresentar a opinião dos 45 professores sobre o seu letramento digital, nos questionários semiestruturados, perguntamos aos docentes das duas EEEPs “*o que é letramento digital*”. Os docentes apresentaram as seguintes respostas: para os docentes da Escola A, letramento digital é “*procurar está [SIC] atento às novas tendências e avanços da tecnologia e inseri-las na educação*” ; “*...quando um indivíduo domina todos os recursos possíveis do computador*”; “*... é o conhecimento e a capacidade de desenvolver e utilizar adequadamente*

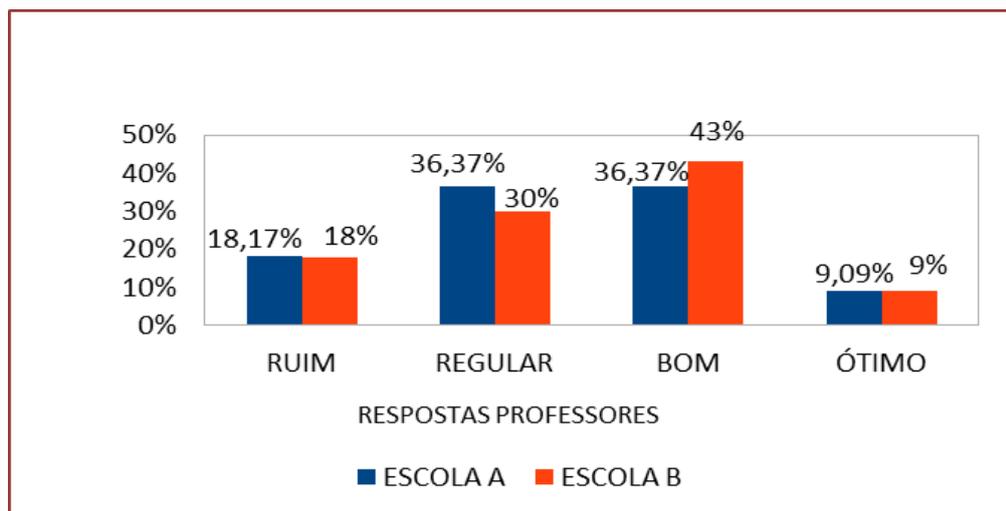
os recursos disponíveis através das tecnologias da informação e comunicação”. Para a Escola B, letramento digital é: *“a realização de práticas de leitura e escrita diferente das formas tradicionais. Bem como, o uso dos recursos midiáticos da escola”*; *“... letramento digital vai além de conhecer e saber como utilizar as tecnologias; é necessário incorporar e se apropriar de forma significativa, entendendo seus usos em todos os setores de sua vida”*; *“... utilização de conteúdos multimídia e digitais para o aprendizado”*. Percebemos que, comparativamente, em reação a Escola A, as respostas da Escola B são mais elaboradas e compõem uma percepção mais coerente.

Ao retomarmos os pontos relevantes da pesquisa já apresentados acerca da percepção dos gestores sobre o letramento dos docentes, na Escola A, os gestores consideram que a maioria dos docentes não tem o domínio necessário para utilizar pedagogicamente os recursos midiáticos. Na Escola B, os seus gestores consideram que os professores da escola são letrados digitalmente e utilizam recursos midiáticos com frequência na sua prática pedagógica.

Essa mesma tabela revela a opinião dos gestores sobre o uso das TICs como recurso didático pelos seus professores. A Escola A afirma que são pouco utilizadas e a Escola B informa que são utilizadas, porque são imprescindíveis para a aproximação entre professor e aluno. Retomando também dados da pesquisa documental, levantados a partir do Plano de Ação Integrado (PAI) e dos relatórios mensais do professor coordenador do Laboratório Educacional de Informática (LEI), não foi possível identificar práticas educativas permeadas pelas TICs na Escola A, já que a quase totalidade dos docentes se considera letrados digitalmente (conferir Gráfico 10). Nessa escola, tanto o PAI, quanto os relatórios apresentam poucas ações que retratam o uso das TICs no cotidiano escolar. Já na Escola B, os instrumentos analisados – PAI e relatórios – mostram que professores das disciplinas da base nacional comum e das disciplinas base técnica utilizam o LEI e fazem uso de práticas educativas permeadas pelas tecnologias da Informação e da Comunicação. Embora precisem de ações mais sistemáticas e contínuas para atender à pretensão de inserir 100% do alunos no uso das TICs como está expresso no plano (PAI) dessa escolas.

O Gráfico 04, a seguir, avalia como o universo dos respondentes classifica sua formação continuada, considerando a sua apropriação das TICs.

Gráfico 04-Como você classifica sua formação inicial, considerando sua apropriação das TICs ?

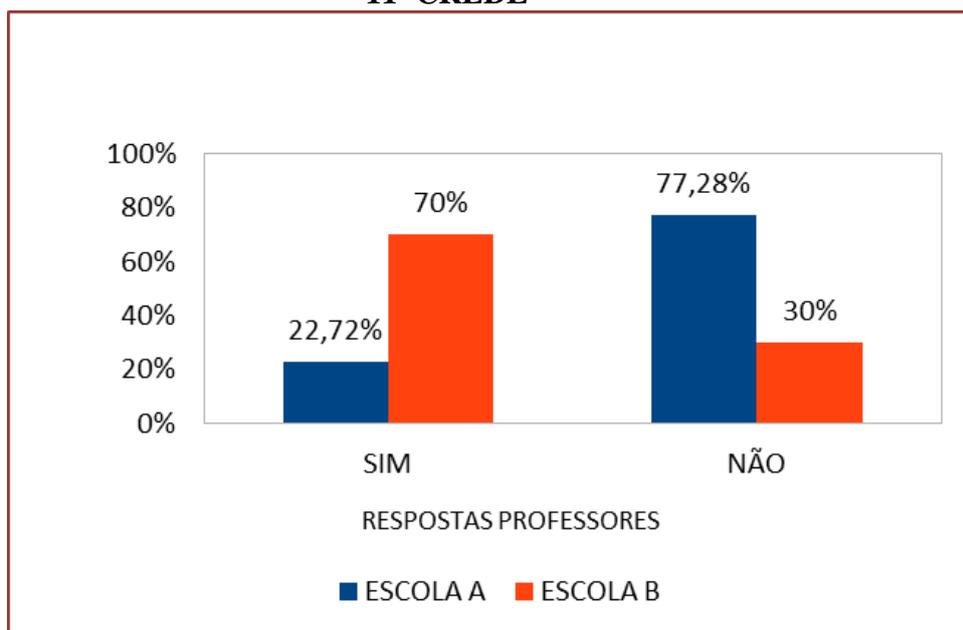


Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

Sobre a avaliação da formação inicial no desenvolvimento das competências necessárias para o uso dos recursos midiáticos existentes, os docentes da Escola A assim se posicionam: 18,17% dos professores consideram-na ruim; 36,37% consideram-na regular; 36,37% consideram-na boa; e somente 9,09% dos professores classificam-na como ótima. Na outra escola, 18% dos docentes, ou seja, 04, responderam que sua formação inicial foi ruim; já 30%, ou seja, 07 docentes qualificaram-na como regular. Do universo de 23 professores da Escola B, 43%, ou seja, 10 professores consideraram sua formação inicial como boa e somente 9%, ou seja, 02 professores apontam-na como ótima. Conclui-se que a visão que predomina fica entre os padrões regular e bom. É mais um indicativo de que a prática pedagógica dos professores deveria melhor sinalizar para ações voltadas ao letramento digital. E isso não se configura como achado na análise documental apresentada na seção 2.2: os Planos de Ação Integrados (PAI) e os Relatórios Mensais de Atividades do LEI da Escola A. Em relação à Escola, conseguimos identificar uma aproximação entre os achados nos documentos e entre a opinião dos professores.

O Gráfico 05, a seguir, identifica se os professores participaram de formação ofertada pelo NTE/11ª CREDE, segundo informação prestada pelos mesmos através dos questionários da pesquisa de campo.

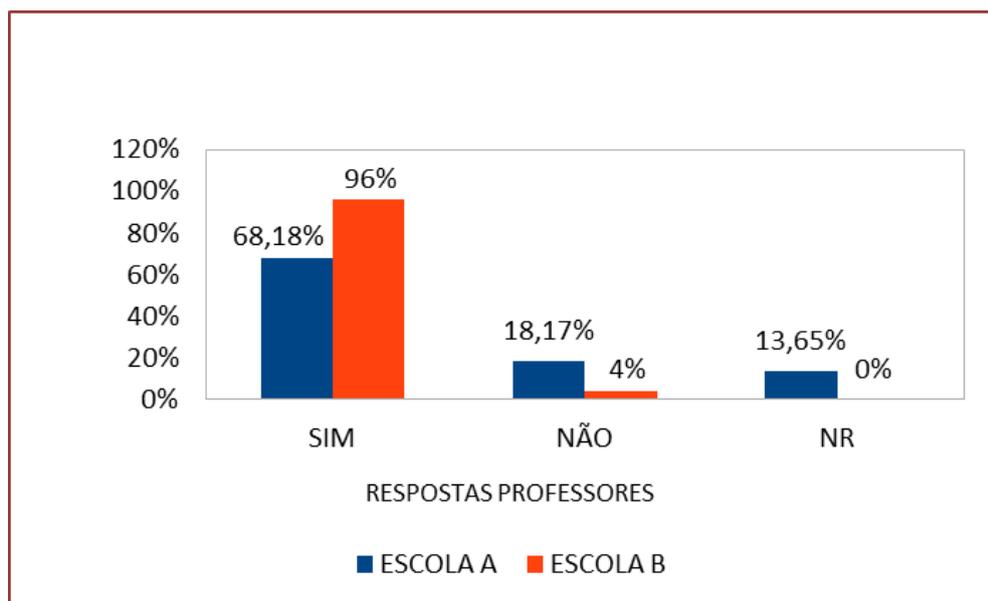
Gráfico 05-Participação do professor em formação continuada ofertada pelo NTE/11ª CREDE



Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

A questão que trata da participação dos educadores em curso de formação sobre inserção das TICs pelo e-Proinfo, promovido pelo NTE/11ª CREDE nos últimos dois anos, apresentou os seguintes resultados: na Escola A, do total de 22 docentes, 22,72%, ou seja, apenas 05 docentes informaram ter participado. Já 77,28%, ou seja, 17 docentes, afirmaram não terem participado. Quando se trata da Escola B, do total de 23 respondentes, 70% responderam ter participado de formação continuada, correspondendo a 16 docentes, sendo que apenas 30%, ou 07 docentes, dizem não ter participado de formação ofertada pelo NTE/11ª CREDE.

Ainda, tratando da mesma formação, foi colocada a seguinte questão ao professor: “*a formação continuada oferecida aos professores possibilita o desenvolvimento das competências necessárias para o uso dos recursos midiáticos disponíveis na EEEP?*” Na escola A, 68,18%, isto é, 15 professores, afirmaram que a formação possibilita o desenvolvimento das competências para o uso das TICs. Já 18,17%, ou 04 docentes, disseram que não. Quando se trata da Escola B, 96%, ou 22 professores, também afirmam haver contribuição da formação para o uso das TICs. Apenas 04%, ou 01 professor, aponta que a formação não contribui para esse uso. Podemos verificar essa situação no gráfico abaixo. O Gráfico 06, a seguir, ilustra essas respostas obtidas:

Gráfico 06 - Contribuição da formação ofertada pela EEEP para o uso das TICs

Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

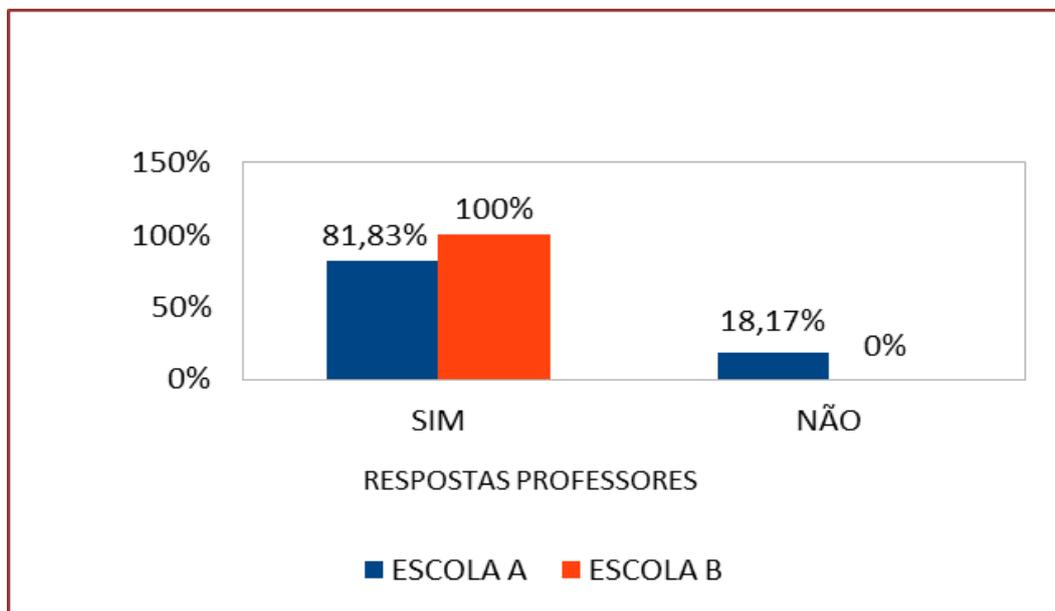
O gráfico 06, apresentado acima, dá um panorama importante acerca da formação docente para o uso da TICs na escola. Na escola A, é relevante o percentual de docentes que consideram importante a formação continuada oferecida aos professores da EEEP para possibilitar o desenvolvimento das competências necessárias para o uso dos recursos midiáticos existentes na escola. São 15 docentes, ou 68,18%, no universo de 22 entrevistados, que favoráveis a que formação ofertada pela escola é importante. Em se tratando da Escola B, 22 professores, ou seja, 96% apontam que é relevante a formação oferecida pela escola na perspectiva da incorporação das TICs. Somando-se os percentuais das duas EEEPs e considerando o universo de 45 docentes, 82%, ou seja, 37 professores ressaltam a importância da formação. Somente, 18% , ou 08 docentes, não afirmam a relevância da oferta de formação pela escola. Aqui, é preciso retomar o perfil dos docentes sobre o uso das TICs para suas questões cotidianas e que não conseguem, ainda, transpor esse uso para o contexto da sala de aula, para afirmar que a oferta da formação que será proposta no Plano de Ação Educacional (PAE), no capítulo três, irá preencher essa lacuna, entre domínio no cotidiano pessoal respondendo ao anseio dos professores por formação continuada. A proposta de formação visa a transposição do domínio das TICs para a sala de aula. É nessa perspectiva que o PAE será relevante como proposição para as duas escolas estaduais de educação profissional.

Sintetizando o foco dos gráficos anteriores, resultantes de pesquisa de campo, e questionários aplicados aos 45 professores das duas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), considerando a sua apropriação das TICs (Gráfico 04); questionamento

se o docente participou de formação continuada ofertada pelo NTE/ 11ª CREDE (Gráfico 05). E, por fim, se a formação ofertada pela EEEP contribuiu para o uso das TICS (Gráfico 06).

O Gráfico 07, a seguir, mostrará como os professores avaliam a gestão escolar, considerando o seguinte questionamento: a gestão utiliza os recursos midiáticos nos planejamentos escolares?

Gráfico 07- A gestão utiliza os recursos midiáticos nos planejamentos escolares?



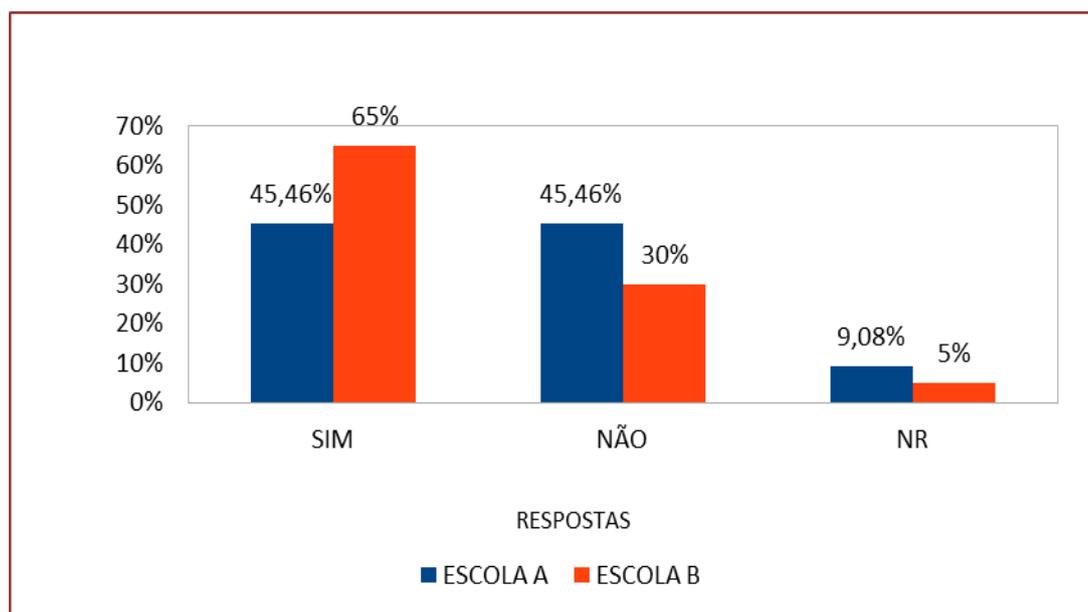
Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

Especificamente, sobre os 06 gestores escolares das duas EEEPs, foi questionado se utilizam os recursos midiáticos nos planejamentos. Do total de 22 docentes da Escola A, 81,83% dos docentes afirmam que os gestores utilizam as TICs. Somente 18,17% , o que corresponde a 04 professores, informam que os gestores não usam as TICs durante os planejamentos. Em se tratando da Escola B, 100% dos professores afirmam que a gestão escolar utiliza as TIC em seus momentos de planejamento. Retomando dados da pesquisa de campo, da seção 2.3.1 que focou a percepção dos Gestores sobre o letramento digital nas duas EEEPs - mostramos no Gráfico 01 que 100% dos gestores têm computador em casa e fazem o uso doméstico do mesmo. Os mesmos também tem acesso à internet. Aqui, constatamos que os gestores da Escola A, em sua quase totalidade (81,83%) fazem uso das TICs nos planejamentos, transferindo para a atuação profissional, o domínio pessoal que têm das tecnologias. Já na Escola B, 100% dos gestores também têm computador e acesso à internet. E, em se tratando da pergunta representada pelo Gráfico 07, 100% dos gestores usam as TICs nos planejamentos, conforme a avaliação dos docentes.

Com base no Gráfico 07, comparando esse perfil dos gestores relação ao incentivo que esses mesmos gestores fazem aos professores em relação ao uso das TICs em sua prática educativa, é importante lembrar que, em se tratando da Escola A, a posição dos gestores é revelada na pesquisa de campo, conforme dados coletados. Sobre ações de formação continuada que a gestão promove na escola para capacitar os professores no uso das TICs, essa escola dá como respostas: *“incentivo a cursos online”, “Nenhuma. mas se continuar na gestão ,tentarei conversar com a equipe, para que tenha capacitação na área, senão vou sugerir a equipe”*. Também sobre a atuação da gestão no incentivo à prática docente contemplando o uso das TICs, juntamente com o Professor Coordenador do LEI, participam ativamente das ações de planejamento escolar ,obtivemos como resposta: *“participo, não ativamente como deveria, mas oriento a participação dos professores nesses ambientes”*. Sobre essa mesma questão, vejamos a Escola B. sobre a oferta de formação continuada pela escola para capacitar os professores no uso das TICs, obtivemos: *“as formações que existem nessa área procuro participar como também garantir que os educadores participem, pois é uma forma de se atualizarem e adquirirem novos conhecimentos nessa área”*; *“a participação dos coordenadores do LEI no planejamento, como forma de apresentar e convidar os educadores ao envolvimento”*. Acerca da participação da gestão-coordenador escolar, nos planejamentos, juntamente com o professor coordenador do LEI, para incentivar o uso do Laboratório de Informática Educativa (LEI) ,temos na nessa escola a seguinte posição da gestão: *“ sim, pois é de fundamental importância que todos os educadores planejem e realizarem aulas nesse espaço como forma de dinamizarem melhor os conteúdos trabalhados”, “a orientação do núcleo gestor é para que o LEI se mantenha como espaço vivo, de convivência e aprendizagem. Que as ações desenvolvidas sejam inclusivas e que o trabalho realizado alcance o maior número de pessoas, com a maior qualidade possível”*. A partir das falas dos gestores, fica evidenciado que a Escola B , em relação à Escola A, é a que de fato incentiva o uso das TICs e investe em formação continuada como também apoia o planejamento ,tendo como foco o uso do LEI.

Ainda tratando da percepção dos docentes sobre a gestão, o Gráfico 08, a seguir, apresenta a resposta dos professores sobre o seguinte questionamento: *O coordenador escolar e o professor coordenador do LEI planejam junto com os professores?* .

Gráfico 08 - O coordenador escolar e o professor coordenador do LEI planejam junto com os professores?

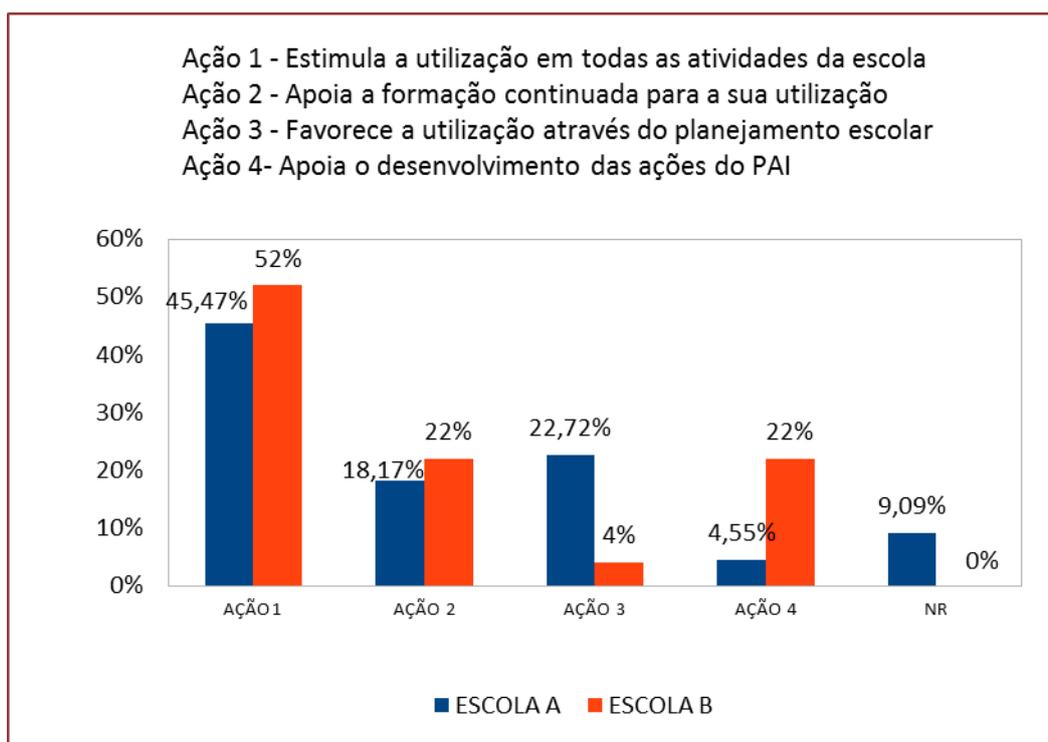


Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

Observa-se que na Escola A, 45,46% dos docentes informaram que o coordenador escolar e o professor coordenador do LEI planejam juntos com os professores regentes. Em contrapartida, 45,46% informam que não planejam. Quanto aos respondentes da Escola B, obtivemos que 65% dos professores responderam que a gestão e o professor coordenador do LEI participam do planejamento. Entretanto, 30%, ou 07 professores afirmam que gestores e professores LEI não participam.

Para encerrar a percepção dos docentes acerca da gestão, considerando se o professor identifica que ações melhor caracterizam a postura da gestão escolar sobre as TICs, temos a informação dos professores expressa com base em 04 ações: (1) estimula a utilização em todas as atividades da escola; (2) apoia a formação continuada para a sua utilização, (3) favorece a utilização através do planejamento escolar; (4) apoia o desenvolvimento das ações do PAI. O Gráfico 09, a seguir, retrata esse tópico:

Gráfico 09- Que ação melhor caracteriza a postura da gestão escolar sobre as TICs ?



Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

Por meio do Gráfico 09, a percepção dos professores acerca da atuação da gestão sobre o uso das TICs nas duas EEEPs está assim distribuída. Na escola A, 45,47% dos educadores consideram que a gestão estimula a utilização das TICs em todas as atividades da escola; enquanto 18,17% consideram que a gestão apoia a formação continuada para a sua utilização. Já 22,72% apontam que a gestão favorece a utilização das TICs através do planejamento escolar e 9,09% consideram que a gestão apoia o desenvolvimento das ações do PAI. Para os professores da Escola B, a gestão estimula a utilização das TICs em todas as atividades da escola (52%); apoia a formação continuada para a sua utilização (22%); aponta que a gestão favorece a utilização das TICs através do planejamento escolar (4%); considera que a gestão apoia o desenvolvimento das ações do PAI (22%).

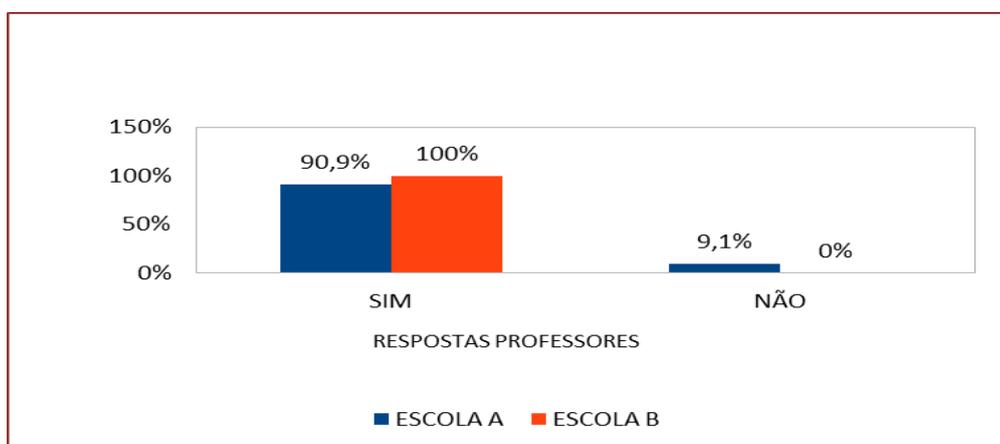
Se considerarmos as ações: (1) estimula a utilização em todas as atividades da escola; (2) apoia a formação continuada para a sua utilização, comparadas aos achados da pesquisa documental-análise do plano e dos relatórios mensais do LEI, como também a síntese sobre a percepção do gestores apresentada na Tabela 03 sobre o panorama do letramento digital nas duas EEEPs, a partir da percepção dos gestores, não encontramos elementos para justificar que 45,47% dos professores da Escola A apontem que os gestores estimulam a utilização das TICs em todas as atividades, quando essa realidade não aparece no Plano de Ação Educacional (PAI) e os próprios gestores afirmam, conforme a tabela 03 apresenta, que apenas incentivam os

professores, mas não promovem nenhuma ação na escola.

Outro aspecto relevante é em relação à ação 02, indicada como opção no Gráfico 09, anteriormente apresentado. Somente 18,17 % , ou 04 professores dizem que a escola apoia a formação continuada para a utilização das TICs. Quanto à Escola B, 52 % dos docentes afirmam que a gestão estimula o uso das TICs e 22% destacam que a gestão apoia a formação continuada. No caso dessa última escola, há uma sintonia entre os achados da pesquisa documental e a opinião expressa pelos professores expressa no gráfico 09.

A partir dessa análise dos dados expressos no gráfico anteriormente apresentado o qual trata da avaliação dos professores acerca da atuação da gestão para o uso das TICs pelos docentes, é importante destacar que, ao investigarmos pontos específicos, através da pesquisa de campo, e que tem um peso maior nessa questão, os docentes já não enxergam o estímulo por parte dos gestores. Quando se trata da ação 2 (apoio à formação continuada para sua utilização) que é indicada por 18, 17% dos docentes da Escola A e por 22% dos docentes da Escola B, se confrontarmos com a pergunta sobre realização de momentos de formação continuada realizados pelo coordenador escolar tendo como objetivo o uso das TICs na escola, a configuração é a seguinte: na Escola A, 77,28% , ou 17 docentes dizem que ele não realiza Já na Escola B, apenas 26% , ou 06 docentes dizem que o coordenador não realiza formação para o uso das TICs pelos professores. Para responder a questão que ajuda a verificar a percepção dos professores sobre a inserção da escola no mundo digital, apresento o Gráfico 10:

Gráfico 10- Sua escola está inserida no mundo digital?



Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

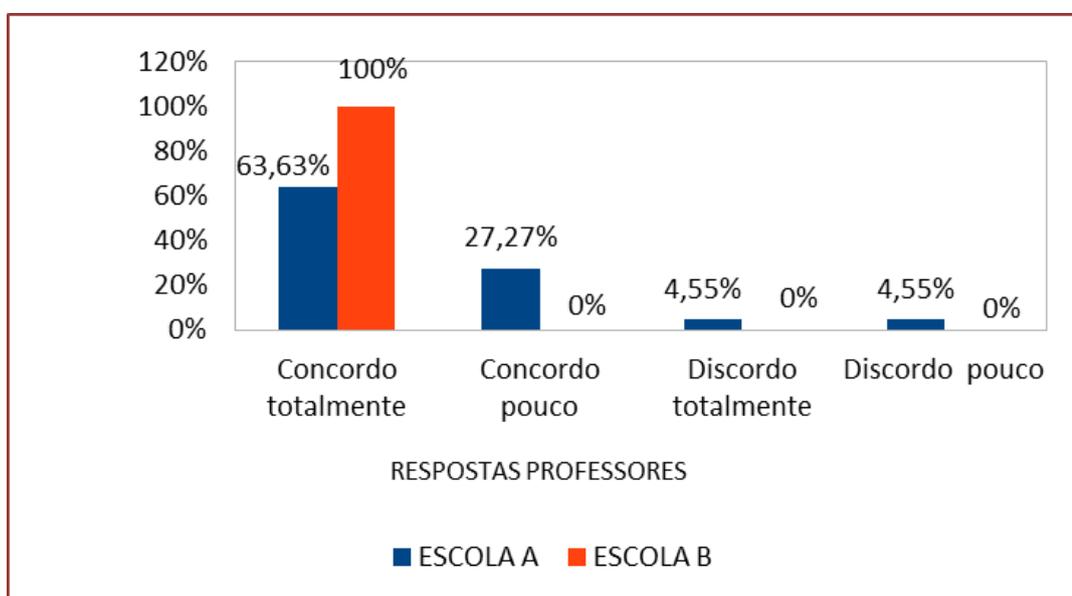
O Gráfico 10 permite comparar as duas escolas acerca da opinião dos professores sobre a questão apresentada. O percentual de educadores que respondem positivamente à pergunta chega a 90,90% na Escola A, Na Escola B, 100% dos docentes afirmam que a escola está

inserida no mundo digital, o que corresponde à opinião de 23 docentes. Posteriormente, na seção 2.3.3 que tratara da mesma percepção, mas do ponto de vista dos alunos das duas EEEPs, será possível comparar se essa percepção dos docentes coincide com a percepção dos discentes.

Ainda sobre esse gráfico (gráfico 10), o percentual de 100% apontando pelos educadores da Escola B, mantém consonância com a visão dos gestores que sinalizam positivamente para o aspecto da inserção da escola no mundo digital. Já a visão dos professores da Escola A não tem sintonia com a percepção dos gestores. A visão díspar dessa Escola justifica as ações definidas para o Plano de Ação Educacional (PAE), objeto do capítulo três.

Os professores ainda tiveram que expressar sua opinião sobre o laboratório educacional de informática, conforme o gráfico 11 a seguir.

Gráfico 11 O LEI é um espaço de aprendizagem?



Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

As respostas das Escolas A e B novamente apresentam uma distinção entre a concepção dos professores acerca de sua unidade escolar. Na Escola A, 63,63%, ou 14 professores concordam que o LEI é um espaço de aprendizagem, sendo que 27,27%, ou 06 docentes preferem a opção “concordo pouco”. Já em relação à Escola B, 100% dos professores afirmam concordar totalmente. Destaco que a percepção da Escola A chama a atenção se comparada aos dados da análise documental. Os relatórios mensais do professor coordenador do LEI relevam que a utilização desse espaço de suporte pedagógico pelos professores regentes das diversas disciplinas não é uma constante nessa escola. Já na Escola B, 100%, ou 23 professores, dizem

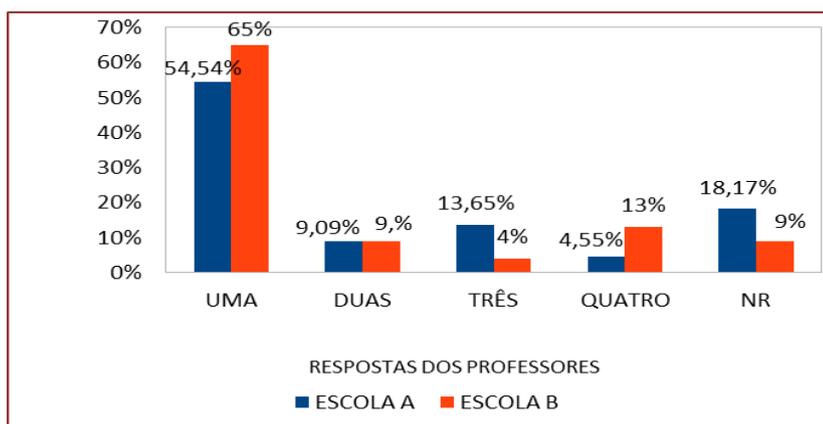
concordar totalmente. Nessa Escola os relatórios mensais do professor coordenador do LEI comprovam que aulas de diversas disciplinas utilizaram o LEI e os recursos midiáticos. No caso da Escola A, não se explica o uso do LEI de forma insatisfatória ,conforme análise documental , se 14 professores afirmam que ele é espaço de ensino-aprendizagem.

Também os professores responderam sobre a forma como o gestor pode promover o letramento digital de professores na EEEP, devendo indicar a opção que melhor expressaria sua opinião. Os 22 docentes da Escola A deram as seguintes sugestões, nessa ordem: ofertando formação continuada e em serviço (68,18%); acompanhando a atuação do professor coordenador do laboratório educacional de informática junto aos demais professores (18,17%); elaborando um Plano de Ação (PA) que contemple a ação educativa dos docentes para orientar a elaboração dos seus Programas de Ação (13,65%).

Em se tratando da escola B, as respostas foram: oferta de formação continuada e em serviço (87%); acompanhamento da atuação do professor coordenador do laboratório educacional de informática, junto aos demais professores (9%); acompanhamento da execução do planejamento escolar na sala de aula (4%). As opções apresentadas e os percentuais indicam que os educadores estão abertos ao processo de apropriação das TICs. A formação continuada apontada em primeiro lugar pelas duas escolas revela um anseio dos educadores para inserir-se no universo midiático. Assim, não se justifica que nos relatórios mensais do professor coordenador do LEI não se efetivem as ações de formação continuada que aparecem pontualmente citadas.

Os gráficos 12 e 13, apresentados a seguir visam perceber como o professor regente de sala de aula atua na utilização do LEI quando se trata da realização das suas aulas nesse espaço de suporte pedagógico. Com esse objetivo são colocadas duas questões, a saber: Gráfico 12- com que frequência o professor utiliza o LEI para realizar suas aulas ? Gráfico 13 - As atividades realizadas no LEI são previamente planejadas ?

Gráfico 12 - Com que frequência semanal o professor utiliza o LEI para realizar suas aulas ?

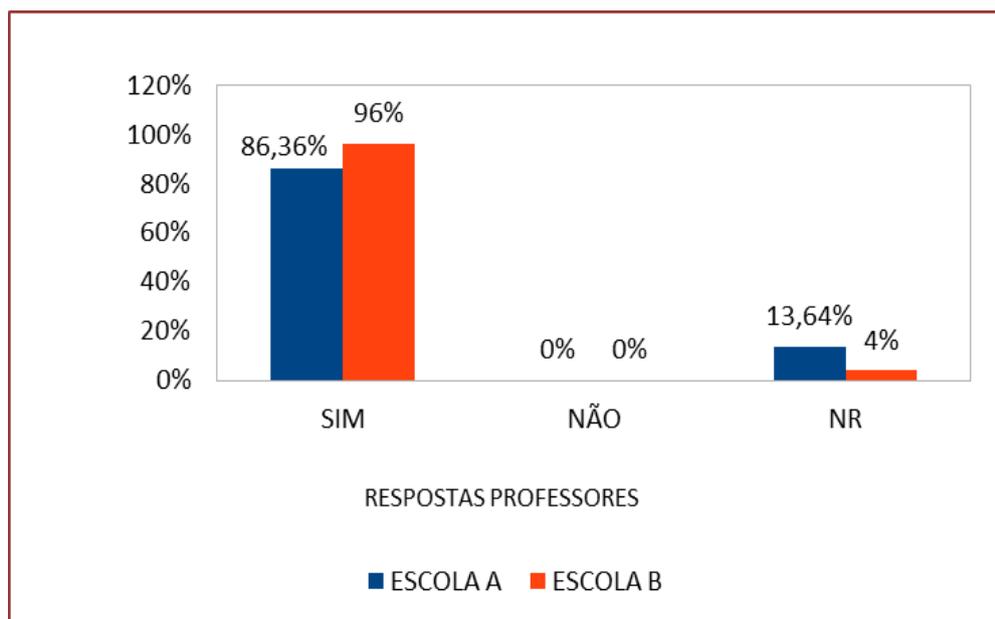


Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

Dentre as opções apresentadas, os professores da Escola A indicam a seguinte situação, considerando a quantidade de vezes que semanalmente utilizam o LEI em suas aulas: 54,54 %, ou 12 docentes, afirmam que usam apenas 01 vez; já 9,09%, ou 02 professores, apontam utilizar 02 vezes. O percentual de 13,65%, ou 03 docentes do universo de 22, indicam usar 03 vezes. Já 4,55%, ou 01 professor, indicam usar 04 vezes e 18,17% não responderam ao item. Quanto à Escola B, 65%, ou 15 educadores, indicam a opção 01 vez; 9%, ou 02 educadores, indicam que utilizam às vezes; 4%, ou 01 educador, indicam que sua frequência de uso é 03 vezes semanalmente; 13%, ou 03 educadores fazem a opção por 04 vezes e 9%, ou 02 educadores, não responderam.

A distribuição dos percentuais da Escola A não justifica a informação percebida nos relatórios mensais do LEI que apontam somente os professores das disciplinas técnicas utilizando o laboratório. Já a Escola B parece se aproximar mais do que está apontado nos relatórios do professor coordenador do LEI a partir dos quais dá para perceber tanto professores das disciplinas da base comum quanto da base técnica realizando suas aulas nesse espaço de suporte pedagógico.

O gráfico 13 tem a intenção de comparar as respostas dos professores das duas EEEPs aos registros dos relatórios mensais do LEI acerca do planejamento escolar integrando a ação do coordenador escolar, dos professores do LEI e demais professores regentes de sala de aula.

Gráfico 13- As atividades realizadas no LEI são previamente planejadas ?

Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

Como vemos, os educadores da Escola A, 86, 86%, ou seja, 19 docentes, afirmam que as atividades são previamente planejadas. Nenhum educador faz opção pela resposta “*não*” e 13,64%, ou 03 respondentes, não responderam. Na Escola B 96%, ou seja, 22 educadores dizem que planejam; e 4%, ou 01 docente, não responderam ao item.

Se retomarmos os relatórios mensais do professor coordenador do LEI das duas EEEPs, tendo como referência dos achados a pesquisa documental, não encontramos registros, durante o ano de 2011, que comprovem o percentual elevado de professores que dizem planejar suas atividades. Essa constatação pode ser verificada na Tabela 01- atividades realizadas no LEI conforme o relatório mensal da Escola A e na Tabela 02- Atividades realizadas no LEI conforme o relatório mensal Escola B. Essas tabelas sintetizam as atividades realizadas no laboratório e não têm sintonia com essa percepção dos professores expressa no Gráfico 20. Se os professores regentes planejam sozinhos e não têm o suporte do coordenador escolar e do professor coordenador do LEI, é preciso investigar por que a ação pedagógica nas duas EEEPs, cuja disponibilidade de recursos humanos é favorável, acontece sem a efetiva colaboração do coordenador escolar e dos professores coordenadores do Laboratório Educacional de Informática (LEI). Essa constatação servirá de referência para apresentar ações no Plano de Ação Educacional (PAE) que possa favorecer a integração entre esses atores escolares.

A última pergunta destinada aos docentes foi se eles participariam de um curso voltado ao uso das TICs como recursos didáticos, caso a escola ofertasse um. Na escola A, obtive as seguintes respostas: 95,45%, ou 21 professores participariam. Somente 4,55%, correspondente

a 01 docente informou que não participaria do curso. 100% dos respondentes da Escola B disseram participar do curso, caso fosse ofertado.

A partir da investigação até aqui realizada, considerando a percepção dos docentes justifica-se a necessidade do Plano de Ação Educacional (PAE), tema do capítulo três, pois a gestão do letramento digital para a incorporação das TICs nas duas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) através da ação efetiva de todos os gestores e educadores ainda precisa ser fortalecida.. Essa necessidade pode ser respaldada na síntese panorâmica extraída a partir dos achados nessa seção:

1) Considerado o perfil dos docentes quanto ao uso do computador e internet , a quase totalidade dos professores está familiarizada com o uso do computador e da internet. Entretanto, a análise documental realizada em ambas as EEEPs não demonstra uma transposição natural da vivência pessoal com as TICs para a vivência profissional, inserindo as TICs na prática pedagógica nas duas EEEPs.

2) Analisada a avaliação dos professores acerca da contribuição da sua formação inicial para o uso das TICs, 48% dos docentes do universo de 45 docentes informaram que a sua formação inicial contribuiu pouco ou não contribuiu para o uso das TICs na sua atuação docente. Essa constatação demanda a necessidade de formação continuada.

3) Acerca da a contribuição da formação continuada ofertada pela sua escola voltada ao uso das TICs, no universo de 45 docentes, 82%, ou seja, 37 professores ressaltaram a importância da formação. O perfil dos docentes mostra que dominam o uso das TICs para suas questões cotidianas e não conseguem , ainda, transpor esse uso para o contexto da sala de aula. O Plano de Ação Educacional (PAE) busca preencher essa lacuna, entre domínio no cotidiano pessoal e domínio no exercício da profissão.

4) Sobre a concepção de letramento digital expressa pelos docentes, observamos que as respostas da Escola B são mais elaboradas e compõem uma percepção mais coerente do que a escola A.

5) Em relação a avaliação dos professores acerca da atuação da gestão para o uso das TICs pelos docentes, através de formação continuada realizada pelo coordenador escolar, obtivemos um achado relevante: na Escola A, 77,28% , ou 17 docentes dizem que o gestor – coordenador- não realiza. Já na Escola B, apenas 26%, ou 06 docentes dizem que o coordenador escolar não realiza formação para o uso das TICs pelos professores.

6) Considerando os achados sobre a atuação do coordenador escolar e do professor coordenador do LEI junto com os professores regentes para efetivação do planejamento

escolar, na escola A, um percentual elevado de docentes (45,46%) informou que o coordenador escolar e o professor coordenador do LEI não planejam juntos com os professores regentes. Na Escola B, 65% dos docentes responderam que a gestão e o professor coordenador do LEI participam do planejamento.

7) Sobre a gestão, ainda foi verificada a percepção dos docentes acerca da gestão, considerando se o professor identifica que ações melhor caracterizam a postura da gestão escolar sobre as TICs. Destacaram como ações mais relevantes dentre quatro ações: (1^a) estimula a utilização em todas as atividades da escola. Na escola A, 45,47% dos docentes escolheram essa opção; enquanto na Escola B, 52% apontaram essa opção. A 2^a ação- apoia a formação continuada para a sua utilização-foi indicada por 18,17% dos docentes da Escola A e por 22% docentes da Escola B. Somente nessa Escola B, há uma sintonia entre os achados da pesquisa documental e a opinião expressa pelos professores nesse aspecto.

Encerrada a seção dedicada aos professores com vistas a responder ao objetivo (3) definido nessa pesquisa: “*verificar se os professores fazem uso de recursos midiáticos como recursos didático-pedagógicos*”, passaremos a tratar agora da percepção dos 30 alunos participantes da pesquisa de campo sobre o letramento digital nas duas EEEPs. Lembramos que os questionários foram aplicados à amostra de 30 alunos composta por discentes dos diferentes cursos, sendo os mesmos da 2^a e da 3^a série. Não foram incluídos na amostra os alunos da 1^a série para evitar que educandos que ainda estão se adaptando à escola profissional possam ter a percepção militada da instituição e dos seus atores. A percepção dos alunos sobre o letramento digital nas duas EEEPs é o tema da próxima seção.

2.3.3 A percepção dos alunos sobre o letramento digital nas duas EEEPs

O questionário aplicado de forma amostral aos alunos de diferentes cursos e turmas, tem o intuito de verificar o objetivo (4) identificar se há, por parte dos alunos das escolas, reconhecimento da relevância da utilização de recursos midiáticos pelos educadores, como ferramentas produtivas para o ensino aprendido.

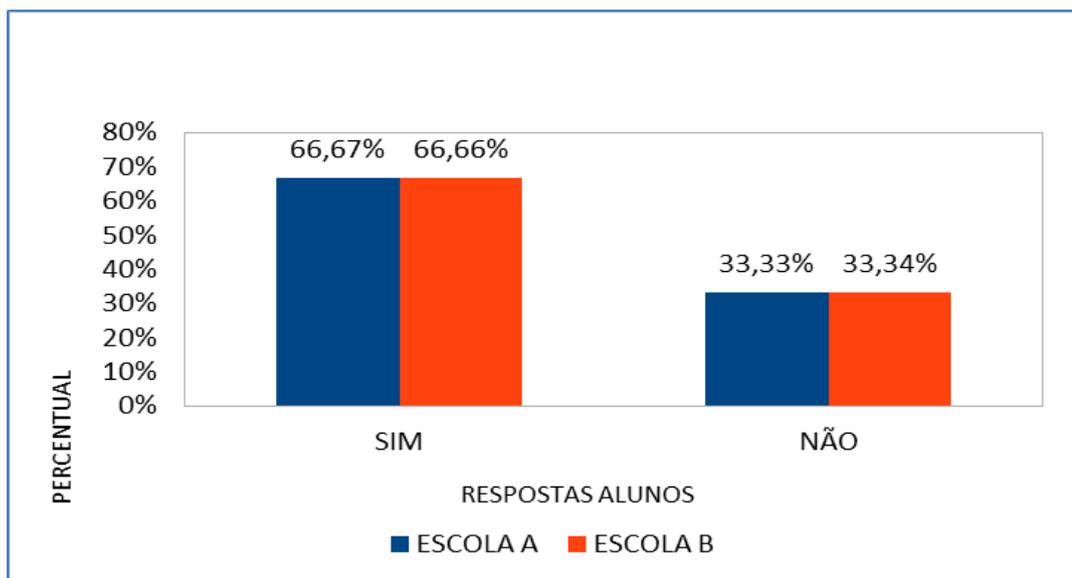
Inicialmente, as questões visam definir o perfil dos educandos, à maneira como foi realizado com os demais respondentes da pesquisa de campo. Quanto aos alunos, identificamos a caracterização dos seguintes aspectos: faixa etária, se possuem computador pessoal e acesso à internet e se fazem uso do computador para estudar e para tarefas da escola. Foi perguntando também com que frequência os discentes utilizam o computador na escola semanalmente.

Considerado o universo de 30 alunos, a distribuição dos mesmos por faixa etária se dá da seguinte forma: A escola A tem 13,34% dos (02 alunos) na faixa dos 15 anos; 46,76% (07 alunos) com 16 anos; 33,33% (05 alunos) com 17 anos e 6,66 % (01 aluno) com 18 anos. Em relação à escola B, temos: 13,34% (02 alunos) dos alunos na faixa dos 15 anos; 40% (06 alunos) com 16 anos; 40% (06 alunos) com 17 anos e 6,66 % (01 aluno) com 18 anos.

Observando o perfil dos alunos quanto à faixa etária, os alunos com 18 anos nasceram em 1994. Os demais alunos de ambas as escolas estão na faixa etária de 15 a 17 anos. Considerando que a internet começou a se tornar acessível, nas escolas, nos anos 1990 (Bruno e Mattos: 2010), então, os alunos das duas EEEPs nasceram na era dos “nativos digitais” e, em sua maioria, devem ter contato com as TICs. É esperado que os discentes tenham acesso a computador e internet em casa e na escola. Vamos verificar se essa afirmação se concretiza examinando o gráfico 14 a seguir.

Vejamos o que os respondentes expressam sobre o seu acesso a computador pessoal em sua casa, consoante respostas apresentadas (Gráfico 14).

Gráfico 14- Tem computador em casa?



Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

O Gráfico anteriormente apresentando mostra que do universo de 15 alunos, 66,67%, ou 10 alunos da Escola A têm computador. Apenas 33,33% dos alunos, ou seja, 05 deles não têm. Praticamente os mesmos percentuais são encontrados na Escola B: 66,66% representam 10 alunos com computador; e 33,34% representam 05 alunos que não o possuem. Complementa essa informação, a pergunta sobre o acesso à internet em casa. Sobre essa questão, acrescentamos que 86,66% dos alunos da Escola A, ou seja, 13 discentes dispõem de internet; e

somente 13,34% , ou seja, 02 discentes não têm. Na Escola B, são encontrados os mesmos percentuais da Escola A: 86,66% dos alunos têm internet, enquanto 13,34% não possuem.

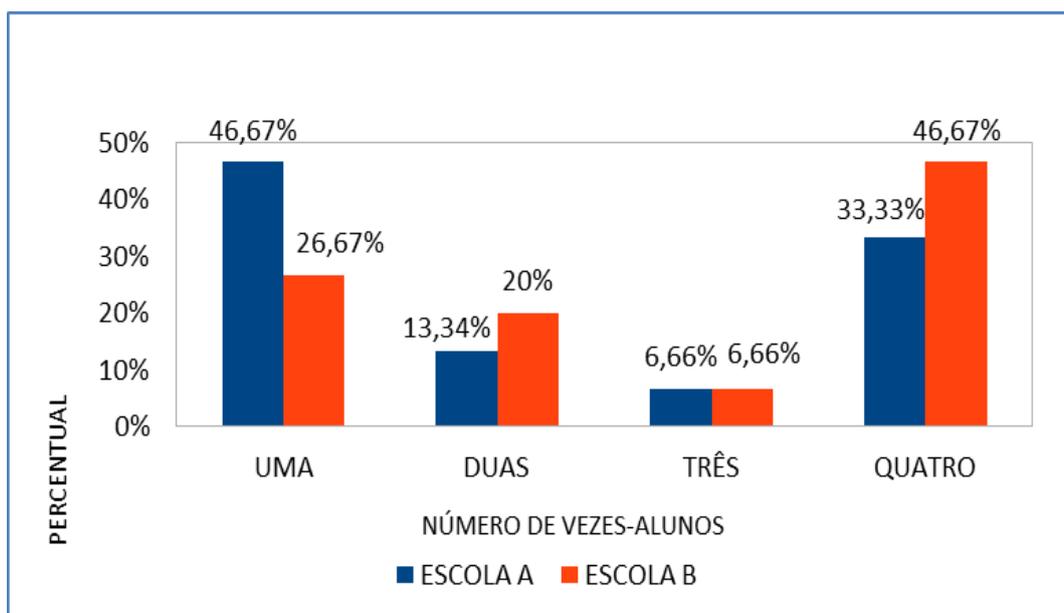
Se considerarmos o acesso ao computador em casa e o acesso à internet pessoal, constatamos que os alunos das duas EEPS, em sua maioria, têm acesso às TICs (computador e internet), consoante afirmado anteriormente.

Um dado muito relevante, ainda sobre essa questão do computador e internet que trata do uso do computador para estudar e realizar as atividades escolares. Encontramos os seguintes percentuais que novamente aproximam a realidade dos alunos de ambas as escolas. O universo de 30 alunos, 100% dos discentes de ambas as EEPPs, usam o computador para aprimorar seus estudos.

O conjunto composto pelos gráficos 15, 16 e 17 se refere à percepção dos alunos sobre a sua escola, considerando o uso das TICs.

O gráfico 15 traz o percentual referente à frequência de vezes que os alunos usam o computador durante as aulas. O propósito de Gráfico é verificar a percepção dos discentes sobre o uso das TICs pelas escolas. Vejamos o que segue:

Gráfico 15- Número de vezes por semana que utiliza o computador durante as aulas



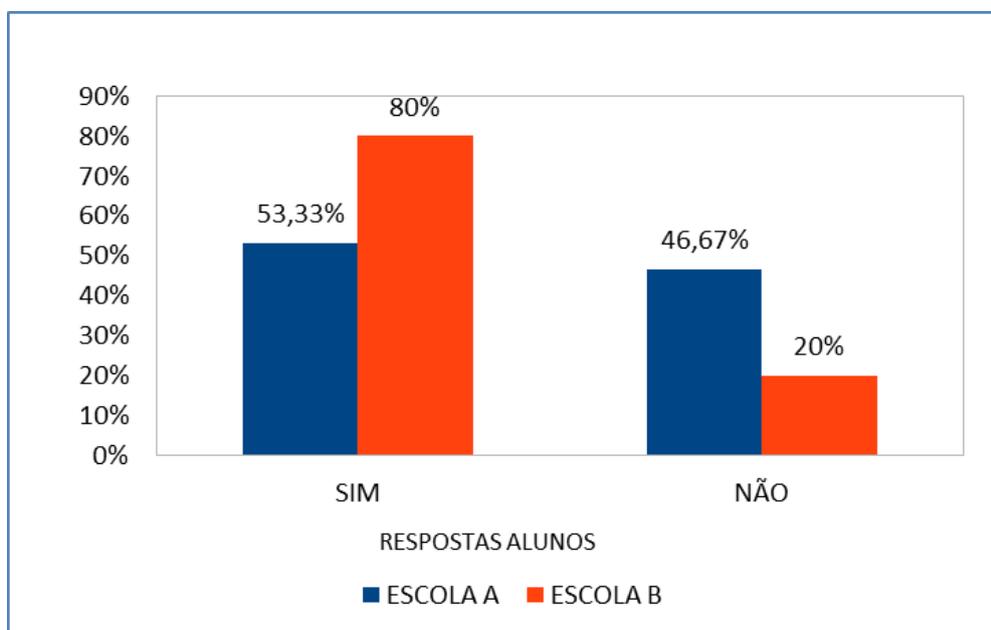
Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

Na Escola A, 46,67%, ou 07 educandos, dizem usar o computador durante as aulas somente uma vez por semana ;13,34%, ou 02 discentes indicam utilizar apenas 02 vezes por semana; 6,66%, ou 01 discente informa que utiliza três vezes o computador por semana e

33,33% , ou 05 alunos, dentre os 15 entrevistados, dizem que utilizam até 4 vezes semanalmente. Já na Escola B, 26,67% , 04 alunos, informam usar o computador durante as aulas somente uma vez por semana . Ainda nessa escola, 20%, ou 03 discentes, afirmam usar o computador duas vezes. 6,66% , ou seja, 01 aluno diz usar três vezes o computador durante a semana; e 46,67%, ou 07 alunos, dizem utilizar quatro vezes. Examinados os percentuais, conclui-se que a Escola B tem realizado mais aulas no laboratório e essa frequência pode ser confirmada pelos relatórios mensais do professor coordenador do Laboratório Educacional de Informática (LEI).

Vejamos agora o Gráfico 16 que busca verificar qual a avaliação dos alunos sobre a sua escola profissional, considerando a sua preparação para o uso das TICs.

Gráfico 16- A escola ensina os alunos a utilizarem as mídias?



Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

Com o objetivo de verificar como os discentes avaliam a sua escola considerando a contribuição dela para que eles saibam utilizar as mídias, os educandos foram levados a responder a seguinte questão: a escola ensina você a utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)? Conforme mostra o gráfico 23, que pode ser conferido acima, a Escola A apresentou que 53,33%, ou seja, 08 alunos afirmam que ela ensina; e 46,67%, ou 07 alunos afirmam que a escola não cumpre esse papel de ensinar. Quando verificados os percentuais da Escola B, 80%, ou 12 alunos afirmam que a sua escola ensina seus alunos a usar as mídias. Somente 20%, ou 03 alunos, expressaram a opinião de que a sua escola não ensina Há

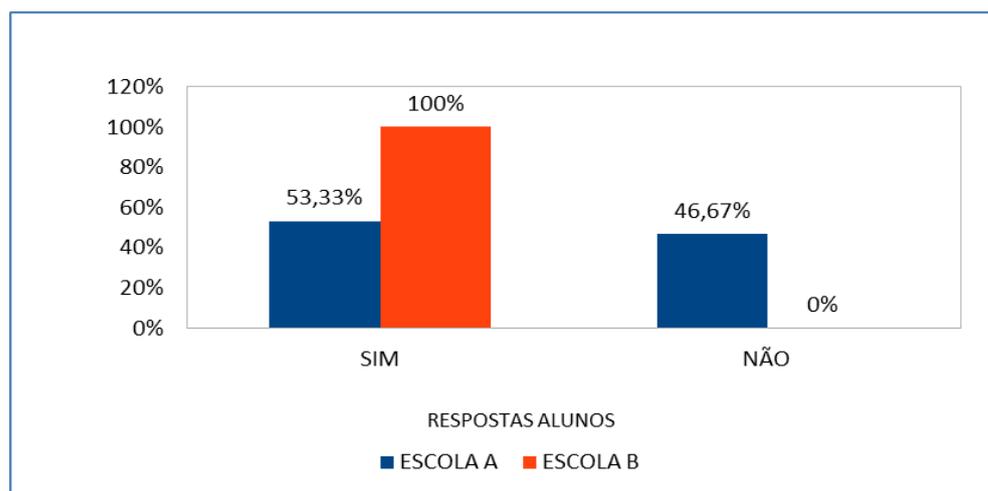
visivelmente, uma percepção melhor dos alunos da Escola B, em detrimento dos alunos da Escola A em relação a sua escola. Essa afirmação encontra respaldo quando verificamos, através dos relatórios do LEI, que os alunos dessa Escola A tem contato com uma maior variedade de mídias, pois suas aulas no LEI exploram recursos midiáticos diversos. Essa afirmação pode ser verificada na tabela 02 - atividades realizadas no LEI conforme o relatório mensal Escola B.

Também os alunos foram levados a indicar as atividades que costumam realizar no LEI, a partir das opções indicadas. Dentre as opções, acesso a *sites* educacionais, simulação de experimentos em laboratórios virtuais, elaboração de *slides*, atividades livres, produção textual e editoração de textos, atividades colaborativas através de redes sociais, atividades de interação entre os alunos, criação de *blogs*, jogos educativos, acesso a portais educacionais, simulados em ambientes virtuais, os alunos da Escola A, sinalizam dentre as opções o seguinte: 53,33 % (08 alunos) dizem que realizam de 1 a 3 atividades; 33,33% (05 alunos) apontam de 4 a 5 atividades e 13,34% (02 alunos) informam de 06 a 08 atividades. Sobre essa questão, os alunos da Escola B apresentam como resposta: 40% (06 alunos) dizem que realizam de 1 a 3 atividades; 40% (06 alunos) apontam de 04 a 05 atividades; e 20% (03 alunos) consideram de 06 a 08 opções.

Ainda para complementar a percepção do aluno sobre sua escola, foi proposta uma questão aos educandos acerca do LEI: em sua escola, o laboratório educacional de informática (LEI) é um espaço de ensino e aprendizagem utilizado pelos professores de todas as disciplinas? Os alunos da Escola A apresentam os seguintes percentuais: 6,66% (*concordo totalmente*); 60% (*concordo pouco*); 33,34% (*discordo totalmente*); e a opção *discordo pouco* não foi sinalizada por ninguém. Sobre essa questão, as respostas da Escola B foram categorizadas da seguinte forma: 40% (*concordo totalmente*); 60% (*concordo pouco*). As opções “*discordo totalmente*” e “*discordo pouco*” não foram apontadas.

Para compor a percepção final dos educandos sobre sua escola, apresentamos o Gráfico 17:

Gráfico 17- Sua escola está preparando você para o uso das TICs no mercado de trabalho?



Fonte: Pesquisa realizada com as escolas participantes

Considerando a opinião dos alunos sobre sua escola quando se trata de prepará-los para o uso das TICs no mercado de trabalho, assim se expressam: 53,33 %, ou 08 discentes da Escola A afirma que a escola dá conta de sua preparação; já 46,67%, ou 07 discentes são de opinião que a sua escola não prepara para o uso das TICs no mercado de trabalho. Na Escola B, obtivemos que 100% dos alunos, ou seja, 15 discentes afirma que a sua escola profissional cumpre a tarefa de lhe ensinar a usar as TICs no mercado de trabalho.

Sobre esses dados apresentados no Gráfico 17, a priori, destaco como elemento importante da questão as diferentes crenças que os educandos parecem ter em suas escolas. Enquanto apenas 08 educandos da Escola A acreditam na competência da sua escola para dar conta de ensinar o uso das TICs, na perspectiva do mercado de trabalho; na Escola B, 100% dos educandos confiam plenamente na atuação da EEEP para sua qualificação.

Encerrada a apresentação do conjunto de Gráficos (15,16 e 17) que trataram da percepção dos alunos sobre sua escola, iremos encerrar essa seção, apresentando o que a pesquisa revela sobre a opinião dos 30 discentes acerca do domínio das TICs pelos professores. Sobre essa condição dos docentes, na Escola A, 40% dos alunos, ou 06 discentes, classificam o domínio das TICs pelos professores como bom; 46,66%, ou 07 alunos, classificam o domínio como regular; 6,67% , ou 01 discente, classificam como fraco ; também totalizando 6,67% categoria como ruim. Em se tratando da Escola B, 60% dos discentes, ou 09 alunos, consideram o domínio das TICs pelos docentes como sendo bom; já 40%, que representa 06 discentes, afirma que o domínio dos docentes é regular. Nessa Escola B, nenhum aluno indicou as opções “fraco” e “ruim”.

Delineado o panorama da gestão do letramento digital a partir da percepção de gestores, dos professores e dos alunos, construído com os achados relevantes da pesquisa, encerro o capítulo dois, traçando o panorama das duas escolas estaduais de educação profissional a partir da percepção de todos os atores envolvidos.

Levando em conta os elementos extraídos da análise documental e da pesquisa de campo, é possível afirmar que o cenário na Escola B é mais favorável ao letramento digital do que o cenário da Escola A. Quando se trata da atuação da gestão escolar como incentivadora do uso das TICs pelos docentes, seja ofertando formação continuada, seja participando do planejamento escolar, juntamente com o professor coordenador do Laboratório Educacional de de Informática para a preparação de aulas na busca pela incorporação das TICs nas práticas educativas dos docentes, verificamos diferentes panoramas. Vejamos como se delinea os aspectos acima citados.

Quando se trata de formação continuada, a avaliação dos professores acerca da atuação da gestão para o uso das TICs através de formação continuada realizada pelo coordenador escolar, verificamos o seguinte: na Escola A, 77,28% ,ou 17 docentes dizem que o coordenador escolar não realiza formação com o objetivo de auxiliar os professores no uso das TICs. Já na Escola B, 70%, ou 16 docentes, afirmam que é ofertada formação continuada pelo gestor-coordenador escolar. A condição de cada uma das escolas é confirmada pelos gestores em suas falas. O que diz a gestão da escola A sobre a promoção de formação para capacitar os professores no uso das TICs : *“Nenhuma [formação é ofertada]. Mas se continuar na gestão, tentarei conversar com a equipe. Para que tenha capacitação na área, senão vou sugerir a equipe”*. O que essa mesma escola diz sobre como tem facilitado o letramento digital dos docentes: *“apesar de saber da importância do letramento digital para os professores, a escola ainda não desenvolve nenhuma ação nessa linha”*. Sobre a atuação da gestão da Escola B: *“as formações que existem nessa área procuro participar como também garantir que os educadores participem, pois é uma forma de se atualizarem e adquirirem novos conhecimentos nessa área.”* A gestão dessa escola acrescenta ainda sobre como a gestão tem facilitado o letramento digital dos professores: *“disponibilizando recursos didáticos multimídia para que possam trabalhar aulas cada vez mais interessantes através do uso das tecnologias”*.

Quanto à atuação da gestão, juntamente com o professor coordenador do LEI, nos planejamentos escolares. O que encontramos na Escola A: 45,46% dos docentes informaram que não há essa participação. Já na Escola B, 65% dos docentes confirmam o apoio da gestão –coordenador escolar aos planejamentos. A gestão escolar também se posiciona sobre essa questão. O que diz a Escola A: *“Participo, não ativamente como deveria, mas oriento a*

participação dos professores nesses ambientes”; “o planejamento do professor LEI está deixando a desejar porque dificilmente ele participa dos planejamentos por área”. O que diz a Escola B: “sim [participa dos planejamentos], pois é de fundamental importância que todos os educadores planejem e realizarem aulas nesse espaço como forma de dinamizarem melhor os conteúdos trabalhados”.

Acerca do uso das TICs pelos docentes em suas disciplinas, obtivemos o seguinte: na Escola A, 45,5%, ou 10 docentes informam utilizar porque as TICs são indispensáveis para a aprendizagem dos alunos. Já na Escola B, 70%, ou 16 professores afirmaram utilizar as TICs também justificando que são indispensáveis à aprendizagem dos alunos. Estabelecendo uma comparação entre a percepção dos docentes e o que os alunos informaram sobre a frequência de uso do laboratório de informática, durante uma semana, encontramos os dados a seguir. Na Escola A, 53,33% dos alunos dizem que somente utilizam uma vez; 13,34% afirmam utilizar o LEI duas vezes por semana; 6,66% afirmam usar o LEI três vezes semanalmente e 26,67% afirmam utilizar quatro vezes. Vemos que a predominância é de uma utilização semanal. Na Escola B, 26,67% dos discentes informaram utilizar o LEI, durante a semana uma vez; 20% dos discentes informaram utilizar duas vezes; 6,66% dos discentes informaram utilizar três vezes; 46,67% dos discentes informaram utilizar quatro vezes. Se considerarmos a percepção dos alunos, verificamos em relação à Escola A que a informação dos professores parece não corresponder quando verificamos a predominância de uso semanal do LEI pelos alunos. Em relação à Escola B, a predominância de uso semanal parece confirmar a afirmação dos docentes dessa escola sobre a utilização das TICs em sua disciplina.

Encerrado, o capítulo dois que apresentou os resultados da pesquisa documental e da pesquisa de campo, a seguir, apresento o capítulo três, no qual passarei a tratar do Plano de Ação Educacional (PAE), motivado pelos achados da minha investigação. O PAE tem como propósito fortalecer a gestão do letramento digital nas duas escolas estaduais de educação profissional, contribuindo eficazmente para a incorporação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem da Escola A e da Escola B.

3. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE) PARA A GESTÃO DO LETRAMENTO DIGITAL

“Os dogmas do passado quieto são inadequados para o presente turbulento. A ocasião está repleta de dificuldades e nós devemos nos erguer com a ocasião. Como nosso caso é novo, devemos pensar em novas maneiras e agir de outros modos. Devemos nos libertar de nós mesmos e, então, salvar nosso país.” (A. Lincon.1862)

Para iniciar este capítulo, retomo a motivação para o presente trabalho: a gestão do letramento digital em duas escolas estaduais de educação profissional (EEEP) sob abrangência da 11ª CREDE. Também enumero os objetivos que guiam a pesquisa: (1) verificar se ações gestoras presentes na administração dessas escolas são pautadas por uma compreensão do conceito de letramento digital e se os gestores – diretor e coordenador escolar - são letrados digitalmente; (2) averiguar se os gestores apoiam as políticas de incentivo ao uso dos recursos midiáticos a favor do letramento digital dos professores; (3) verificar se os professores fazem uso de recursos midiáticos como recursos didático-pedagógicos; (4) identificar se há, por parte dos alunos das escolas, reconhecimento da relevância da utilização de recursos midiáticos pelos educadores, como ferramentas produtivas para o ensino aprendido. A pesquisa documental e a pesquisa de campo foram adotadas como metodologia para o levantamento de dados.

Este capítulo três se propõe a apresentar o Plano de Ação Educacional (PAE) com vistas a contribuir para os seguintes aspectos: fortalecimento da gestão – coordenador escolar como ator escolar da ação pedagógica nas duas EEES: consolidar a função do professor coordenador do Laboratório Educacional de Informática (LEI) como suporte ao professor regente de sala de aula; colaborar para que os professores das duas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) melhorem a incorporação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) em sua atuação pedagógica para que possam contribuir com letramento digital dos alunos.

A motivação para o presente plano de ação se encontra nos achados da pesquisa. Um dos instrumentos investigados na análise documental- Plano de Ação Integrado (PAI)-foi pensado pela 11ª CREDE, no ano letivo de 2011, com o objetivo de integrar as ações dos três espaços de suporte pedagógico- laboratório educacional de informática, laboratório educacional de ciências e centro de multimeios - existentes nas escolas públicas estaduais, inclusive nas duas EEEP. A proposta de integração entre os espaços se proponha a melhor subsidiar as ações pedagógicas dos professores que atuam em sala de aula, através da inserção das Tecnologias da

Informação e da Comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem, sendo uma ação coordenada pelo gestor-coordenador escolar- e pelos professores coordenadores desses espaços.

No caso específico da Escola A e da Escola B, analisados o PAI e também os relatórios mensais do professor coordenador do LEI, os achados da pesquisa revelaram que esse plano, inserido na rotina das escolas, ainda não deu conta de responder à gestão do letramento digital como também não levou a gestão a compreender seu papel como responsável pelo fazer pedagógico na escola.

Para compreendermos o caminho percorrido até a apresentação do Plano de Ação Educacional (PAE), a seguir, retomo de forma sintética o capítulo um e o capítulo dois. Em seguida, será apresentado o PAE.

O capítulo um tratou das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem e a atuação docente. Apresentei, também, as políticas de ensino profissionalizante no Brasil e no Ceará. A seguir, realizei a apresentação das duas escolas *loci* do estudo de caso: a Escola Estadual de Educação Profissional A, localizada em Jaguaribe, e a Escola Estadual de Educação Profissional B, situada em Pereiro. Além disso, trouxe as ações do Proinfo Integrado e do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) da 11ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (11ª CREDE), no que diz respeito às políticas de formação docente para o uso das TICs. E, por fim, detalhei a metodologia utilizada para a análise do estudo de caso.

O capítulo dois apresentou os referenciais teóricos que fundamentam o meu estudo de caso e justificam as proposições do capítulo três. Também, tratei das TICs e dos impactos no processo de ensino e aprendizagem. A seguir, apresentei a análise dos dados da pesquisa documental (Plano de Ação Integrado e relatórios mensais do professor coordenador do LEI) e da pesquisa de campo (questionário de autopreenchimento com gestores, professores e alunos das duas EEEPs).

Acerca dos conceitos de letramento trouxe os estudos de Soares (2002); apresentei a concepção de letramento digital, letramento na cibercultura, cibercultura e formação de professores a partir de Almeida (2005), Xavier (2005), Coscarelli e Ribeiro (2007), Buzato (2008), Freitas (2009,2010), Bonilla (2010) e Bruno e Mattos (2010).

A leitura e análise documental do Plano de Ação Integrado (PAI) e dos relatórios mensais encaminhados pelo professor coordenador do laboratório educacional de informática (LEI) e a pesquisa de campo - questionários de auto preenchimento aplicados a seis gestores, 45 docentes e, de forma amostral, a 30 alunos das duas EEEPs - nos forneceram dados relevantes.

Nas seções seguintes, apresento uma síntese dos resultados relevantes obtidos na investigação e que, em seguida, fundamentarão a proposição de ações a serem desenvolvidas com a implantação do PAE nas duas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs).

Os resultados foram, assim, tematicamente organizados: infraestrutura dos LEIs e a utilização das mídias pelo professor; letramento digital do corpo docente e discente para o uso das mídias como ferramenta didática; interlocução entre coordenadores do LEI e professores; incentivo da gestão à formação do professor para incorporação das TICs no cotidiano escolar; o Plano de Ação Educacional (PAE); ações que compõem o Plano de Ação Educacional (PAE); ações a serem realizadas pela 11ª CREDE; ações a serem realizadas pelas duas escolas profissionais; ações a serem compartilhadas pela 11ª CREDE e escolas profissionais.

3.1 Da infraestrutura dos LEIs e da utilização das mídias pelo professor

Quanto às condições estruturais e de equipamentos, como mencionado no capítulo um, as EEEPs dispõem de recursos midiáticos para darem conta da ação pedagógica nessas escolas. Ambas contam com dois laboratórios educacionais de informática (LEI) devidamente equipados para dar suporte pedagógico aos professores. Conforme dados gerais do estado, divulgados em julho de 2013, a Secretaria da Educação, no período de 2007 a julho de 2013, investiu R\$ 32,2 milhões na aquisição de 25.591 computadores e R\$ 2,5 milhões na aquisição de *tabletes*, totalizando 19.195 equipamentos, destinados para todos os professores em regência de sala de aula. Também, a proporção de computadores para uso do aluno melhorou. Em 2006, as escolas cearenses tinham a média de 01 computador para cada 464 alunos; em 2013, a média é de 01 para 19 alunos. O incremento se dá ainda pela disponibilidade de computadores diretamente para os alunos através da premiação pelo desempenho em Língua Portuguesa e em Matemática na Avaliação Permanente da Educação Básica⁴⁶. É importante destacar que as escolas estaduais de educação profissional têm investimentos permanentes em equipamentos midiáticos.

No entanto, quando examinamos, no capítulo dois, o Plano de Ação Integrado (PAI) e os relatórios mensais do professor coordenador do LEI da Escola A, não é possível extrair dos

⁴⁶ A premiação aos alunos do Ensino Médio se dá com base na proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática, conforme as Leis nº 14.483, de 08 de outubro de 2009 e nº 14.691, de 30 de abril de 2010. De acordo com essa regulamentação os alunos serão premiados com um notebook caso obtenham a proficiência no nível adequado (Língua Portuguesa: 325 e Matemática: 350).

mesmos quais ações estavam voltadas a explorar as mídias existentes na escola e quais mídias seriam utilizadas dentre aquelas disponíveis na EEEP. Logo no objetivo expresso no PAI da Escola A, o plano faz referência à “*utilização das novas tecnologias*”, entretanto, não identificamos como elas integraram as atividades a serem desenvolvidas e as ações elencadas para o ano letivo de 2011. Os recursos são listados no plano e isso comprova a existência dos mesmos. É citado um conjunto de recursos midiáticos como disponíveis e utilizados na escola: *notebook, pendrives, computadores com internet, data show, Tecnokits*⁴⁷, etc. Quando examinamos, no entanto, os relatórios mensais, percebemos, a ausência de aulas no LEI realizadas por professores das disciplinas da base nacional comum. Também nesses relatórios não é possível visualizar quais recursos midiáticos estão sendo incorporados à prática pedagógica, mesmo nas disciplinas técnicas.

Na Escola B, os achados sobre essa mesma questão mostram, a partir do Plano de Ação Integrado (PAI), também não ser possível perceber claramente como as mídias integraram as ações previstas, muito embora haja a disponibilidade desses recursos elencados em cada ação desenvolvida no ano letivo de 2011. Em se tratando da utilização das mídias pelo professor, o PAI dessa EEEP não deixa claro se os professores das diversas disciplinas incorporaram as mídias em suas aulas. Já, quando verificamos isso nos relatórios mensais do professor coordenador do laboratório educacional de informática (LEI), eles evidenciam com mais clareza que os professores das disciplinas da base nacional comum e da base técnica dos cursos ofertados pela escola nesse ano letivo utilizaram os recursos midiáticos em suas aulas realizadas no LEI.

Na busca de perceber essas constatações da pesquisa documental nos questionários de autopreenchimento, constato que os quatro gestores da Escola A apontam que a maioria dos seus professores não sabe utilizar os recursos midiáticos de forma que possam contribuir para a aprendizagem dos alunos, inserindo-os no mundo digital. Já 100% dos gestores da Escola B julgam que seus docentes são letrados digitalmente, uma vez que conhecem as tecnologias e utilizam com frequência em sua prática pedagógica. Assim, considero que essa pode ser uma das explicações para o uso concentrado nas disciplinas técnicas da primeira escola e a constância de uso dos recursos midiáticos registrada em diferentes disciplinas nos relatórios da segunda escola.

⁴⁷ Kit ambiental adquirido pela SEDUC com o objetivo de levar o material chamado ilha ambiental para a sala de aula, deslocando esse acervo do laboratório educacional de ciências (LEC) que possibilita a produção de papel reciclado dentre outras coisas.

3.2 Do letramento digital do corpo docente e discente para o uso das mídias como ferramenta didática

Acerca do letramento digital dos professores e do uso das mídias como ferramentas didáticas, resultados relevantes foram obtidos a partir da pesquisa documental. Em relação à Escola A, as atividades associadas às ações do PAI e nos relatórios mensais não conseguem explicitar quais mudanças ocorreram na rotina pedagógica e no currículo da EEEP, no sentido avançar no uso das ferramentas tecnológicas; assim como a oferta dos cursos parece propor tão somente o desenvolvimento de habilidades mecânicas para o domínio do computador e das ferramentas da *web*. Em se tratando dos achados na Escola B, ela propõe como resultado do seu PAI a inclusão digital, mas não fica claro como as ações e atividades cumpriram o propósito. A dinâmica das ações postas no PAI não explicita como o conjunto das atividades se volta à inserção dos docentes e dos discentes no mundo tecnológico, extrapolando os limites do currículo apartado das práticas sociais que fazem uso das TICs. Os relatórios mensais do LEI dessa EEEP apontam que os alunos tiveram contato com ferramentas diversas e que foram propostas atividades com o uso dos recursos midiáticos. Há também a proposição de que o professor coordenador do laboratório se voltou a perceber a habilidade dos alunos para usar o computador e as ferramentas da *web*. Entretanto, mesmo identificando esse contato com recursos diversos, na Escola B, parece que as TICs ainda assumem o papel de ferramentas utilizadas a serviço da mesma dinâmica das aulas em que o aluno é colocado no papel de reproduzir conhecimento e muito pouco no papel de criar e de reinventar.

Quando confrontada a análise documental com a percepção dos gestores acerca do uso das mídias como ferramenta didática, encontramos que 25% dos gestores da Escola A justificam que as mídias são pouco utilizadas, porque os dois laboratórios são insuficientes para dar conta das demandas de todos os professores. Em contrapartida, 50% dos gestores da Escola B afirmam haver o uso pelos docentes por serem indispensáveis na aproximação com o aluno e no processo de ensino e aprendizagem. Acerca da resposta dos gestores sobre o uso dos recursos midiáticos como mediadores do processo de ensino e aprendizagem, 25% do universo de quatro gestores da Escola A consideram que os docentes fazem o uso incorreto de alguns recursos, não acrescentando muito na construção do conhecimento. Esses gestores dão como exemplo o uso de filmes sem uma ação pedagógica planejada. Por outro lado, na Escola B a resposta é que todos os recursos midiáticos são usados para promover o uso intenso desses recursos.

Comparativamente, a percepção da gestão da Escola A converge com os registros nos relatórios mensais do LEI, quanto a não efetivação do letramento digital na escola consoante proposto pelo PAI dessa unidade escolar e como decorrência da ação gestora e da ação docente. A percepção da Escola B é a de que os docentes favorecem o letramento digital a partir da interação com os professores dos demais espaços de suporte pedagógico, dentre esses, o Laboratório Educacional de Informática (LEI).

Esses resultados obtidos pela análise documental, tomados comparativamente às respostas dos docentes ao questionário, podem ser ainda ampliados: foi detectado que na Escola A, 90,90% dos docentes, dentre o universo de 22 respondentes, consideram-se letrados digitalmente, enquanto que na Escola B, 87% %, dentre 23 respondentes também se consideram nessa condição.

Em relação aos docentes, os resultados se diferem em alguns pontos das respostas dos gestores. Quando se trata da utilização do LEI como espaço de aprendizagem, 100% dos respondentes da Escola A dizem concordar totalmente com essa condição, enquanto que o gestor dessa mesma escola não aponta a mesma realidade, assim como esse quadro não é percebido na análise documental. Em relação à escola B, verifico que somente 63,63% dos educadores concordam com essa forma de utilização do LEI.

Alinhando a percepção dos discentes com a percepção dos demais respondentes, na Escola A, identifico que 46,67% dos 30 educandos respondentes afirmam utilizar o LEI somente uma vez durante a semana e 33,33% informam utilizá-lo quatro vezes. Já na outra escola, temos que 26,67%, dentre o universo de 23, dizem usar o LEI somente uma vez semanalmente; enquanto 46,67% informam fazer uso quatro vezes por semana. Se considerarmos que a proporção maior de uso se dá na Escola B, essa percepção dos alunos pode se justificar pela maior quantidade de práticas educativas no laboratório de informática dessa escola. Confrontando também a percepção dos alunos sobre o papel da escola no ensino sobre o uso das TICs, vimos que, enquanto 53% dos alunos da Escola A firmam reconhecerem a importância desse papel, na Escola B 80% dos discentes, expressam essa mesma opinião.

Os dados encontrados na pesquisa de campo também revelam que os professores, em sua grande maioria, têm acesso ao computador e à internet em casa: na Escola A, 90,9% têm computador. Isso significa que, no universo de 22 docentes, 20 possuem o equipamento; e desses, 77,28% %, têm acesso à internet. Já na Escola B, encontrei que 97%, têm computador, sendo que desses, 87% têm acesso à conexão de internet. Encontrado esse panorama, era de se esperar que, nas duas escolas estaduais de educação profissional, as TICs estivessem permeando a prática educativa dos docentes.

Se o perfil dos educadores mostra que eles utilizam as TICs no seu cotidiano pessoal, parece, então, tratar-se menos de uma questão de competência técnica e mais de uma questão pedagógica. Se o acesso dos docentes já é uma realidade, as duas EEEPs podem se aproveitar disso para estabelecer novas conexões entre docentes e discentes e que levem o jovem a lidar com as tecnologias de forma crítica e como ferramentas que lhe propiciem novos saberes ou a reconstrução deles. Para que isso ocorra, não é suficiente que o professor delegue ao aluno tarefas a serem executadas com o uso de algum recurso tecnológico. Há de assumir o papel de professor como mediador do conhecimento. Cabe-lhe levar o discente a interagir e motivar-se para aprender a aprender. O professor mediador potencializa sua ação pedagógica e, portanto, também potencializa a aprendizagem dos alunos. Esse é apenas um dos papéis que assumirá no mundo da cibecultura. Outras funções, outras formas de agir o levarão a uma multiplicidade de papéis como nos coloca Bruno e Mattos (2010).

Em tempos de Cibercultura, pensar o papel do professor significa romper com as imagens predominantes que tínhamos até poucas décadas e entendermos a multiplicidade de papéis que esse profissional da educação assume (...) Esse cenário implica em que o professor assuma múltiplas funções. se integre a uma equipe multidisciplinar e assumam-se com: formador, conceutor ou realizador de cursos e de materiais didáticos, pesquisador, mediador, orientador e, nesta concepção, assumir-se como recurso do aprendente. (BRUNO & LEMGRUBER, 2009 APUD BRUNO & MATTOS, 2010:10)

É com essa concepção de mediador do conhecimento que o professor deve incorporar as TICs a sua prática educativa. É preciso reconhecer, na organização do cotidiano escolar, que hoje o aluno tem acesso ao conhecimento acumulado antes de chegar à escola. A instituição escolar não é a única responsável por transmitir conhecimento, não é mais a única forma de acesso ao saber. Essa mudança precisa ser percebida no sentido de reconhecer no jovem um sujeito ativo. À escola cabe desenvolver sua capacidade crítica e reflexiva.

3.3 Da interlocução entre coordenadores do LEI e professores

Um aspecto importante dos achados da pesquisa trata da interlocução entre os professores coordenadores do LEI e os professores regentes de sala de aula. Os espaços de suporte pedagógico, dentre eles o LEI, deveriam nas duas EEEPs se propor a integrar as práticas pedagógicas, considerando que tais espaços foram criados com esse fim e, para que

funcionem, a Secretaria da Educação do Estado (SEDUC) possibilita a lotação de docentes nesses espaços para atender às demandas das escolas. Sobre esse aspecto, o PAI de ambas as escolas não vislumbra como os atores da ação pedagógica integram a sua atuação nas duas EEEPs. Nos elementos extraídos em ambos os planos fica evidenciado que os responsáveis pelas ações propostas não se colocam como suporte pedagógico às disciplinas e aos demais docentes. A partir do plano e dos relatórios mensais dos LEIs, está posto que são os próprios coordenadores do LEI e dos outros espaços que são os responsáveis e os proponentes na ação, denotando que o LEI é utilizado como se fosse lugar de uma ação isolada e não integrada à rotina da sala de aula, ou melhor dizendo, como se não existisse para ser uma extensão da sala de aula. Parece que o professor coordenador do LEI é um expectador da ação pedagógica que se concretiza na sala de aula das escolas profissionais. Enfim, não foi possível perceber se em algum momento a ação do professor coordenador do LEI se dá de forma integrada com o professor regente das disciplinas, pois as ações voltadas ao planejamento não ficam evidentes nesses documentos.

Com o fim de ratificar os dados coletados na pesquisa documental, a pesquisa de campo trouxe alguns dados relevantes em se tratando do tema proposto que é a interação entre professores coordenadores do LEI e professores. Na Escola A, o depoimento de 01 dos gestores aponta que o professor coordenador do LEI dificilmente participa do planejamento para subsidiar os demais docentes e que está deixando muito a desejar. Já em se tratando da Escola B, afirma-se que há interação. Quando se trata de confrontar a percepção de gestores com a visão dos professores, sobre esse mesmo aspecto, detecto que para 86,86%, professores da Escola A as atividades realizadas no LEI são previamente planejadas. Na Escola B, esse percentual chegou a 96%, representando a posição de 22 professores, dentre 23 respondentes. Em contraponto, se considerados os relatórios mensais do professor LEI, em ambas as escolas, não consigo visualizar uma sistematização do planejamento escolar semanal com a presença do professor coordenador do LEI. Na Escola B não há ações que deem visibilidade a esse percentual de 96% de ação planejada como ação executada. Outra conclusão pertinente para explicar o contrassenso pedagógico entre registros e percentuais encontrados nos respondentes professores é que os professores planejam, mas efetivamente não contam com o suporte do coordenador do LEI.

3.4 Do incentivo da gestão à formação do professor para incorporação das TICs no cotidiano escolar

Cabe, também, lembrar o que a pesquisa revelou acerca do incentivo da gestão à formação dos professores. Os relatórios mensais do professor LEI revelam que não há uma ação direta entre a gestão do letramento digital na escola, a ação do professor regente de sala e o professor coordenador do laboratório. Não se evidencia uma ação direcionada dos coordenadores escolares como gestores da construção das ações do PAI, tampouco das aulas desenvolvidas no LEI são situações que nascem do planejamento participativo e coordenado pela gestão. Menos ainda é percebido quando se trata de ações sistematizadas voltadas à formação dos docentes para o uso das TICs em sua prática pedagógica. Há uma fragilidade na função do coordenador escolar como agente da gestão pedagógica que consolida as ações da escola voltadas à atuação dos docentes com foco no processo de ensino e aprendizagem.

É indubitável que o processo de ensino aprendizagem precisa ser inserido no universo da cibercultura. Para isso ocorrer, a escola pode ter como alternativa oferecer espaços de formação para o professor dentro da própria unidade escolar, durante a carga horária de planejamento.

Retomemos as percepções dos professores sobre sua formação inicial e como ela contribuiu para o seu domínio das TICs. Para 72,73% dos docentes da Escola A, a formação ajudou a desenvolver as competências necessárias para o uso dos recursos midiáticos existentes na escola. Entretanto, 27,27%, consideram que não. Somente 36,37% dos educadores classificam a formação inicial boa em relação ao desenvolvimento de competências para o domínio das TICs. Nesse sentido, os docentes da Escola B se posicionam da seguinte forma: 70% reconhecem a contribuição; já 30% apontam que a formação inicial não deu essa contribuição. Sobre a classificação da formação, somente 43%, professores apontam que foi boa em relação à competência já apontada. Esses dados podem sinalizar que a gestão escolar não pode esperar que todos os professores, por si só, deem conta de buscar sua inserção na condição de letrado digital, cabendo à equipe gestora a contribuição para que isso se dê na escola.

A formação inicial dos docentes, na maioria das vezes, não dá conta de prepará-los para essa escola que ainda precisa se tornar um novo espaço de comunicação e de produção. Com o advento dos recursos tecnológicos que permeiam a vida em sociedade e adentram as portas da escola, inclusive pelas mãos de alguns dos nossos alunos, o processo de ensino e aprendizagem vem sofrendo a influência de novas formas de conexão, de comunicação, de interação, de conectividade. Por outro lado, há também o desafio de letrar digitalmente uma parcela de jovens que ainda não tem acesso às TICs em seu cotidiano.

Quando se trata dos alunos das duas escolas estaduais de educação profissional, essa realidade se configurou da seguinte maneira: na Escola A, 10 alunos, no universo de 22, ou 66,67%, possuem computador em casa. Já, em se tratando do acesso à internet, o percentual chega a 86,66%. Na Escola B, o percentual de alunos que têm computador é idêntico ao da Escola A : 66,66% do universo de 23 discentes. Desse universo, também 86,66% têm acesso à internet, igualando-se à mesma condição da primeira escola. Outro dado relevante sobre os alunos é que utilizam o computador para fazer as tarefas e para estudar, sendo que em ambas as escolas, 100% dos alunos que têm computador em casa afirmam fazer isso.

Segundo Bonilla (2010, p.44), “muito precisa ser investido para que a escola se transforme num espaço de formação, dos professores, dos alunos e da comunidade escolar, para a vivência da cultura digital, como parte integrante de sua proposta pedagógica”. É nessa perspectiva que desejo colaborar, apresentando uma proposta voltada aos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, na busca da inserção de docentes e discentes no mundo midiático.

Nessa tarefa de tornar a escola espaço de formação continuada, o coordenador escolar, deverá ser o principal articulador de ações de formação, ocupando um papel preponderante, a partir do Projeto Político Pedagógico, no que diz respeito às ações de formação continuada para os docentes acompanharem as dinâmicas sociais que incidem na ação pedagógica diretamente como é o caso dos recursos midiáticos. É na escola e com a escola que o cotidiano do professor deve se construir. Ela deve ser o centro das políticas de formação, dando ao docente as condições indispensáveis para uma atuação que responda a essa escola desafiadora do presente. São os professores os atores que precisam liderar o processo de ensino e aprendizagem que garanta o êxito dos alunos. A escola precisa ter as condições necessárias a uma prática educativa eficaz que começa pela competência para o exercício da profissão e passa pela capacidade de articular a escola com o mundo.

Em se tratando do tempo escolar para que a escola se torne esse laboratório de boas práticas, consoante expus no capítulo um, temos um cenário favorável para que isso ocorra. A garantia de 1/3 da carga horária de 40 horas para planejamento na escola significa que estão asseguradas 13 horas-aula dedicadas à hora-atividade que se destina a várias tarefas, dentre elas a formação continuada. No estado do Ceará, o cumprimento da Lei Nacional do Piso nº 11.738 foi concretizado em todas as escolas. Portanto, há tempo disponível na agenda do professor para ele ter acesso à formação no seu cotidiano pedagógico. Ainda sobre essa questão, especificamente nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) do CE, a lotação de todos os professores é obrigatoriamente de 40 horas, permitindo a dedicação

exclusiva a uma única escola. Assim, articular ações de formação continuada para a apropriação das TICs, utilizando os ambientes virtuais de aprendizagem para ajudar os docentes a melhorarem a sua prática, ampliando sua capacidade de atuar com outros recursos além do giz e do quadro é responsabilidade da escola. Fazer com que a formação seja compreendida como necessária é uma conquista que aproxima os docentes e a gestão na busca pela escola de qualidade e eficaz na sua tarefa de aprender e ensinar.

Mesmo dispondo dessa organização, encontramos na pesquisa um indicativo de que a gestão efetivamente ainda não consegue se ocupar da formação docente com uma tarefa sua. Os gestores da Escola A indicam que apenas são incentivadores dos professores na busca por formação, mas assumem não ofertar nenhuma ação na escola. Na Escola B, os gestores afirmam que a gestão procura garantir que os educadores participem de ações de formação. Sobre essa última escola, não consegui encontrar elementos no Plano de Ação Integrado (PAI) ou nos relatórios mensais do LEI que demonstrassem ações de formação continuada no uso das TICs. Essa posição da gestão se confirma, quando os professores respondem sobre se o coordenador escolar realiza momentos de formação continuada, tendo como objetivo o uso das TICs na escola. Segundo a opinião de 77, 72% (17 professores) da Escola A, a resposta é que o coordenador dessa escola não realiza. Já 70% (16 professores) da Escola B, respondem que a gestão realiza essa ação.

Na próxima seção, a síntese desses achados mais relevantes da pesquisa passará a guiar o Plano de Ação Educacional (PAE), cujo objetivo é propor a implantação de ações que fortaleçam a gestão do letramento digital nas duas escolas estaduais de educação profissional (EEEP).

3.5 O Plano de Ação Educacional (PAE)

Após realizar a análise documental e da pesquisa de campo, neste capítulo, apresento um plano que possa colaborar com as duas escolas estaduais de educação profissional (EEEPs), no sentido de contribuir para que as lacunas existentes na incorporação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) possam ser preenchidas, fortalecendo a gestão do letramento digital nas duas EEEP, a partir da interação de todos os atores que fazem a ação pedagógica se efetivar. Os achados relevantes da pesquisa detalhados no segundo capítulo e

sintetizados neste capítulo, anteriormente, serão referência para a construção do Plano de Ação Educacional.

A orientação teórica e metodológica para o Plano de Ação Educacional (PAE) se baseia nos elementos essenciais citados por Almeida (2005) a serem levados em conta em um programa de formação, cujo foco seja incorporar as TICs já disponíveis na escola no fazer docente: trabalho coletivo; integração das TIC nas práticas educativas fundamentada no projeto político pedagógico; ação colaborativa entre docentes, alunos, pais e comunidade; gestão compartilhada; acesso à rede de informações; atitude cooperativa entre as pessoas com fins diversos.

Retomado o objetivo do PAE, apresento a proposta de intervenção que pretende ser desenvolvida, no período de janeiro a dezembro de 2014, tendo início logo na semana pedagógica preparatória para o ano letivo a qual é realizada nessas duas EEEPs desde o início do seu funcionamento e decorrente da articulação da 11ª CREDE. A coordenadoria prepara essa semana junto com todas as escolas da regional. O modelo do plano de intervenção contempla o alcance de resultados na perspectiva de fortalecer as ações que se voltem aos gestores, aos professores coordenadores do laboratório educacional de informática (LEI), aos professores de sala de aula e, conseqüente, aos alunos.

O PAE será apresentado à SEDUC/ 11ª CREDE e aos gestores escolares das EEEPs com o propósito de assegurar as condições necessárias para a implantação da proposta nas duas escolas.

É relevante destacar que o PAE não será apresentado como um modelo de formação que se impõe hierarquicamente a essas escolas. Tem tão somente a intenção de induzir à reflexão e à ação no sentido de fortalecer a atuação da gestão, com ênfase no papel do coordenador escolar, para que esse gestor possa assumir de forma mais ativa a gestão pedagógica nas duas EEEPs, contribuindo para uma mudança na ação pedagógica a ser construída por todos e partilhada entre os pares.

O PAE tem como objetivo geral contribuir para a incorporação das TICs no cotidiano das duas EEEPs, visando práticas educativas mais eficazes. E, considerando a pretensão de alcançar todos os atores do processo educativo, são definidos como objetivos específicos:

- ✓ Fortalecer a gestão escolar para que a escola se torne espaço de formação continuada com foco no letramento digital através da incorporação das TICs já disponíveis nas duas EEEPs;

- ✓ Possibilitar que os professores elaborem práticas educativas diversificadas utilizando as TICs existentes nas duas EEEPs com o auxílio do professor coordenador do LEI e do coordenador escolar;
- ✓ Realizar aulas no LEI que possibilitem aos alunos elaborar e reelaborar o conhecimento utilizando as TICs como recursos tecnológicos que podem melhorar o seu desempenho acadêmico e profissional.

A partir da definição dos objetivos, traço algumas metas a serem concretizadas, ao final do ano letivo 2014, nas duas escolas de educação profissional:

- ✓ Envolver todos os gestores (coordenador escolar), juntamente com o professor coordenador do LEI, atuando como articuladores do planejamento escolar para garantir o uso de práticas educativas mais eficazes com foco no uso das TICs e do LEI;
- ✓ Verificar maior frequência no uso do laboratório educacional de informática, garantindo-se que a grande maioria dos docentes - professores da base nacional comum, professores das disciplinas técnicas - passem a atuar como professores mediadores do conhecimento e posicionando o aluno como sujeito da sua própria aprendizagem;
- ✓ Assegurar que a totalidade dos alunos das duas EEEP desenvolvam as competências básicas para o uso das TICs (computador e internet), objetivando que desenvolvam a capacidade criativa no uso das tecnologias a serviço da sua formação técnica de nível médio.

Diante das metas traçadas, defino como ações contínuas para o sucesso da implantação do PAE, com responsabilização partilhada entre gestores, professores e alunos:

- ✓ A gestão ofertando ações formativas durante o planejamento escolar para incorporação das TICs a favor do letramento digital nas duas EEEPs;
- ✓ A gestão apoiando a atuação docente para o uso dos recursos midiáticos a favor do letramento digital na EEEP;
- ✓ A gestão apoiando a atuação docente para o uso dos recursos midiáticos a favor do letramento digital na EEEP;

- ✓ Os professores fazendo uso de recursos midiáticos como recursos didático-pedagógicos inseridos na sua rotina;
- ✓ Os professores atuando por meio de práticas educativas mais eficazes à aprendizagem dos alunos;
- ✓ Alunos desenvolvendo competências e habilidades com o uso das TICS existentes na EEEP;
- ✓ Alunos reconhecendo o potencial da escola na utilização de recursos midiáticos pelos educadores, como ferramentas produtivas para o ensino aprendido.

As ações elencadas a seguir devem responder, sobremaneira, aos objetivos propostos e aos resultados esperados para que a incorporação das TICs nas duas EEEPs possa ser resultado da interlocução entre gestores e professores, sendo as TICs reconhecidas pelos professores e pelos alunos como ferramentas produtivas para o ensino aprendido.

Na perspectiva de justificar o que motiva cada ação, passo a explicar cada uma delas, considerando a fundamentação teórica que embasa esse trabalho como também a análise dos dados apresentados no capítulo dois e achados pertinentes para identificar o panorama da gestão do letramento digital nas duas EEEPs.

3.5.1 Ações que compõem o Plano de Ação Educacional (PAE)

São propostas 11 ações a serem implantadas durante o período de janeiro a dezembro de 2014. Os tópicos que guiarão o plano estão assim organizados na tabela 04, posteriormente apresentada, registrando em cada coluna, nesta ordem: (1ª) ações que serão executadas; (2ª) prazo para execução da ação prevista; (3ª) indicação dos atores responsáveis pela ação; (4ª) recursos humanos e materiais.

Sobre cada um desses elementos que comporão o Quadro nº 2, alguns esclarecimentos para serem melhor compreendidos:

1) Conjunto de ações que serão executadas: estão voltadas a fortalecer inicialmente a atuação da coordenação escolar como gestora do processo de ensino e aprendizagem nas duas EEEPs. Busca ainda sistematizar a interlocução entre esses gestores e a atuação do professor coordenador do LEI para que deem suporte aos professores de sala de aula. Também se volta a ofertar formação continuada para que os docentes incorporem as TICs em sua rotina

pedagógica. Por fim, volta-se a integrar no planejamento escolar todos os atores responsáveis pelo processo educativo nas duas escolas estaduais de educação profissional.

2) Prazo para execução da ação prevista: considera o ano letivo de 2014 como referência para que as duas EEEPs possam caminhar no sentido de fortalecer a escola como espaço de formação continuada e sistematizada para gestores e professores, efetivando o que está expresso do documento orientador da SEDUC, citado no capítulo dois: Orientações para o Suporte Pedagógico 2013. Esse documento norteia a organização do planejamento escolar dentro da escola, compreendendo, no caso específico das duas escolas, 13 horas-aula para atividades de planejamento de todos os professores que são lotados com 40 horas semanais nas EEEPs. A implantação anual visa, ainda, possibilitar uma avaliação consistente das ações implantadas.

3) Atores responsáveis pela Ação: envolve os corresponsáveis em diferentes instâncias (CREDE e EEEPs) que ora compartilham responsabilidades, ora são responsáveis diretos pela ação. Busco fortalecer a interação entres os agentes da ação pedagógica na própria escola.

4) Recursos humanos e materiais: o PAE dispensa custos adicionais para aquisição de recursos materiais em razão de já existir uma estrutura adequada em ambas as escolas como foi delineado no capítulo um. Serão consideradas apenas custos voltados à manutenção dos equipamentos existentes, para otimizar o uso pelos professores e alunos. Em se tratando de recursos humanos, como apresentei no capítulo um e ratifiquei no capítulo dois, cada escola conta com dois professores coordenadores para atuar em cada dos dois LEIs existentes. Quanto à suficiência de coordenadores escolares na gestão, também essa questão está resolvida. Na Escola B, quando da aplicação dos questionários, realizada no ano letivo 2012, a EEEP contava apenas com um diretor e um coordenador escolar, pois apresentava carências àquele período. A partir de junho de 2013, com o Decreto nº 31.221 (03/06/2013) há incremento na composição do núcleo gestor escolar do estado do Ceará. No caso das escolas profissionais, o núcleo gestor tem a seguinte constituição: um diretor, três coordenadores escolares, um assessor administrativo-financeiro e um secretário escolar. Essa composição permite que o líder gestor-diretor- e os coordenadores escolares se ocupem menos de funções burocráticas da rotina gerencial da EEEP e se voltem mais para as questões pedagógicas. Em se tratando do quadro de professores de sala de aula, também atende às necessidades organizacionais, considerando que diariamente existem professores para atendimento de nove horas-aula, divididas entre as disciplinas da base comum e as disciplinas técnicas conforme a matriz curricular de cada curso de nível médio técnico.

A seguir, apresento as ações integrantes do Plano de Ação Educacional (PAE) organizadas em três seções, considerando o conjunto de atores responsáveis pela sua execução. Estão organizadas nas seguintes seções, nessa ordem: ações a serem realizadas pela 11ª CREDE ;ações a serem realizadas pelas duas escolas profissionais; ações a serem partilhadas pela 11ª CREDE e escolas profissionais.

3.5.1.1 Ações a serem realizadas pela 11ª CREDE

✓ **Reunião envolvendo a equipe da 11ª CREDE (Cede11 /NTE) e gestores das duas EEEPs para apresentação do PAE**

Essa ação tem como propósito mobilizar a gestão escolar diante dos resultados obtidos na pesquisa para que, junto com a CREDE possam assumir a implantação do plano, sendo essa ação prevista para o mês de janeiro de 2014, levando em conta o início do ano letivo que ocorrerá possivelmente no início de fevereiro. Essa ação não demandará a captação de recursos, pois os já existentes nas instituições CREDE e escolas suprem a necessidade. Esse contato inicial também visa refletir com os gestores sobre os resultados da pesquisa e sobre o papel da gestão na formação dos professores, como proposto por Almeida (2005).

✓ **Manutenção dos recursos midiáticos e equipamentos existentes nos LEI para otimizar a formação**

A aquisição de novos equipamentos não se faz necessária. Entretanto, a manutenção dos equipamentos já existentes nos LEIs deverá ser intensificada pela 11ª CREDE. A Escola A poderá precisar de reposição de peças ou de reparos mais específicos, considerando que iniciou suas atividades em 2008. Nesse caso, será solicitado à gestão, o provimento através do recurso de manutenção da escola, conforme já é orientado. Se forem custos de maior porte, será solicitado à SEDUC. O mesmo acompanhamento deverá ser feito com relação à manutenção dos recursos midiáticos na Escola B.

✓ **Realização de grupo focal para avaliar os impactos do Plano de Ação Educacional**

Ao final do primeiro semestre letivo de 2014, será necessário avaliar se as ações propostas asseguraram os objetivos pensados, as metas e os resultados esperados, a partir da percepção de todos os atores do processo. Com base nessa avaliação, a CREDE, juntamente com as duas EEEPs, poderá rever objetivos, metas e estratégias para o 2º semestre, visando alcançar resultados mais efetivos.

3.5.1.2 Ações a serem realizadas pelas duas escolas profissionais

- ✓ **Elaboração da agenda anual da gestão com foco no planejamento escolar, com a participação dos coordenadores escolares e professores coordenadores do LEI**

A pesquisa mostrou que há um hiato entre a atuação do coordenador escolar e a dos professores LEI, quando se trata do planejamento escolar. Essa ação visa sistematizar a atuação desses profissionais como suportes que existem para apoiar o professor de sala de aula, subsidiando a eficácia do processo de ensino e aprendizagem. Os relatórios mensais revelaram a inexistência de uma rotina de planejamento com a participação dos coordenadores escolares e coordenadores LEI. A definição da agenda da gestão do planejamento visa monitorar o tempo e a ação dos envolvidos.

- ✓ **Planejamento da formação continuada para a incorporação das TICs na escola**

Essa ação proposta com base nos resultados da pesquisa documental e da pesquisa de campo que apontam para a necessidade de fortalecer a gestão do letramento digital nas duas EEEPs tem como foco o detalhamento do curso de formação continuada apresentado na tabela 04 denominada “Proposta do curso de formação continuada para os gestores e professores regentes de sala de aula” das duas EEEPs. Tem a intenção de mobilizar os gestores escolares e os professores coordenadores do LEI para assumirem, seu espaço na formação continuada ofertada pela escola.

- ✓ **Apresentação da proposta de formação aos professores regentes de sala de aula durante a Semana Pedagógica Anual**

Considerando que os dados da pesquisa de campo revelam que 100% do universo de 23 docentes da Escola B e 95,45% do universo de 22 docentes da Escola A aceitariam participar de um curso ofertado pela EEEP voltado ao uso das TICs como recursos didáticos, creio na aceitação da proposta. Todavia, é indispensável respeitar o espaço escolar e as iniciativas próprias. Um momento de sensibilização e de mobilização para envolver todos os docentes é importante para se garantirem a efetividade da formação e os resultados esperados para a gestão da aprendizagem nas duas EEEPs. Nesse momento, também, registrar as expectativas sobre a formação será importante para guiar o desenvolvimento do curso e até a reformulação das unidades temáticas que serão ainda apresentadas nesse capítulo.

✓ **Formação continuada para o uso das TICs nas duas EEEPs**

Os achados da pesquisa mostraram alguns dados relevantes sobre o domínio das TICs pelos docentes, conforme apresentado no item 3.2 desse capítulo. Se os educadores utilizam as TICs no seu cotidiano pessoal, a escola pode levá-los a incorporar na sua atuação profissional, potencializando sua ação pedagógica e fortalecendo sua identidade como professor mediador da aprendizagem como propõem Bruno e Mattos (2010). E se conta com a disponibilidade desses educadores para participarem da formação, é oportuno que a gestão, juntamente com os professores coordenadores do LEI se ocupem desse espaço.

✓ **Gestão do planejamento escolar pelos coordenadores escolares e professores coordenadores do LEI.**

Conforme apresentado no item desse capítulo que trata da interlocução entre coordenadores do LEI e professores, os relatórios mensais do professor LEI não evidenciam esse diálogo entre os atores. É apoiando em Bonilla (2010) ao afirmar que a escola precisa se tornar um espaço de formação de todos os atores escolares para a vivência da cultura digital integradora da proposta pedagógica escolar que o PAE sustenta a necessidade de fortalecer essa interlocução.

3.5.1.3 Ações a serem partilhadas pela 11ª CREDE e escolas profissionais

✓ **Reunião envolvendo a equipe da 11ª CREDE (Cedea11/NTE) , coordenadores escolares e professores coordenadores do LEI**

A cultura vigente nas duas escolas é de que a CREDE assume a formação continuada dos professores, quando se trata do uso das tecnologias, por meio do NTE. E a proposta é experimentar uma alternativa que leve as escolas a uma política de responsabilização desse processo e dos resultados de aprendizagem. Assim, com essa ação, pretende-se corresponsabilizar os atores escolares e a 11ª CREDE pela formação dos docentes para o uso didático das novas tecnologias.

✓ **Avaliação do Plano de Ação e dos Programas de Ação das EEEP**

As estaduais de educação têm dois instrumentos próprios de gestão já mencionados no capítulo um do trabalho: para o diretor- Plano de Ação, e para os professores -Programas de Ação por área. São planos estratégicos orientados pela Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) que é o modelo de gestão das escolas profissionais. Aqui, proponho que sejam atualizados, como já é orientado ao início do ano às EEEPs à medida em que a prática educativa vá sendo repensada ,como consequência da formação continuada. Essa ação compartilhada entre CREDE e escola visa inserir no Plano de Ação e nos Programas de Ação das EEEPs a incorporação das TICs no processo de ensino e aprendizagem. Esclareço que a CREDE participa dessa ação porque analisa os dois instrumentos a cada ano letivo, como uma ação de acompanhamento à gestão escolar.

Apresentada cada ação do PAE, a seguir o quadro nº 2 traz a estrutura do Plano de Ação Educacional a ser desenvolvido nas duas escolas estaduais em questão, detalhando as atividades que efetivamente comporão o plano.

Quadro 2: Síntese das ações do Plano de Ação Educacional para a gestão do letramento digital nas duas EEEP

Ações	Prazo para execução	Atores responsáveis pela Ação	Recursos humanos e materiais
1.Reunião: equipe da 11 ^a CREDE (CEDEA/NTE) e gestores das duas EEEPs para apresentação do PAE.	Janeiro /2014	11 ^a CREDE	Já disponíveis
2.Reunião: equipe da 11 ^a CREDE (Cedeal1 ⁴⁸ /NTE), coordenadores escolares e professores coordenadores do LEI.	Janeiro /2014	11 ^a CREDE e coordenadores escolares	Já disponíveis
3.Manutenção dos recursos midiáticos e equipamentos existentes nos LEI para otimizar a formação.	Janeiro /2014	Suporte técnico em informática da 11 ^a CREDE	Já disponíveis
4.Elaboração da agenda anual da gestão, com foco no planejamento escolar	Janeiro /2014	coordenadores escolares e professores coordenadores do LEI	Já disponíveis
5.Planejamento da formação continuada para a incorporação das TICs na escola	Janeiro /2014	Coordenadores escolares e professores coordenadores do LEI	Já disponíveis
6.Apresentação da proposta de formação aos professores regentes de sala de aula, durante a Semana Pedagógica Anual	Fevereiro/2014	Coordenadores escolares e professores coordenadores do LEI	Já disponíveis
7.Formação continuada para o uso das TICs nas duas EEEPs	Fevereiro a dezembro/2014	Coordenadores escolares e professores coordenadores do LEI	Já disponíveis
8.Atualização do Plano de Ação e dos Programas de Ação das EEEP	Fevereiro a março/2014	Todos os gestores escolares e todos os professores	Já disponíveis
9.Gestão do planejamento escolar pelos coordenadores escolares e professores coordenadores do LEI.	Fevereiro a dezembro/2014	Todos os gestores escolares e todos os professores	Já disponíveis
10.Avaliação do Plano de	Abril/2	11 ^a CREDE ,	Já

⁴⁸ A partir do Núcleo Regional de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (NRDEA), até então denominado assim e integrante da estrutura da CREDE , passou a ser designado de Célula de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (Cedeal).

Ação e dos Programas de Ação das EEEP	014	através da Superintendente escolar e gestores escolares	disponíveis
11. Realização de grupo focal para avaliar os impactos do Plano de Ação Educacional	Junho e Dezembro/2014	11ª CREDE	Com recursos próprios da CREDE previstos para acompanhamento às escolas

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro nº 2 sintetiza como se dará a implantação do Plano de Ação Educacional do ponto de vista operacional e metodológico. Para cumprir o fim a que se propõe, então, serão adotadas as seguintes etapas: planejamento da ação, apresentação da proposta aos educadores para mobilizá-los a participar, gestão do planejamento coletivo escolar pelos profissionais que atuam na escola com a função de apoiar pedagogicamente o professor regente de sala de aula e por fim, após a incorporação de novas práticas, serão atualizados os documentos norteadores da gestão das EEEP (Plano de Ação e Programa de Ação). E, para extrair os impactos do plano, será realizada a avaliação envolvendo os atores do processo.

Esclareço que não está sugerida a reformulação do Plano de Ação Integrado (PAI) por considerar que o modelo proposto pela 11ª CREDE, em 2014, precisa ser revalidado diante dos hiatos encontrados e dos horizontes vislumbrados a partir dessa intervenção aqui proposta pelo PAE.

Em seguida, detalho o curso de formação continuada para o uso das TICs nas duas EEEPs, proposto como ação 07, no quadro nº 2, o qual sintetiza o roteiro a ser seguido para a implantação do Plano de Ação Educacional. O curso de formação continuada será composto por quatro unidades temáticas, organizadas conforme a carga horária prevista para o ano letivo 2014 e pensado para intervir na ação dos seguintes atores envolvidos no processo educativo (gestores, professores e alunos).

O quadro nº 3, abaixo, apresenta a proposta do curso de formação continuada que se assenta na ideia defendida no início do capítulo em questão de que a ação formativa se torna efetiva quando se dá dentro da escola e com a participação ativa de gestores, professores e alunos.

Quadro 3: Proposta do curso de formação continuada para os gestores e professores regentes de sala de aula das duas EEEPs

	Unidade Temática	Carga horária mensal	Tempo para execução	Avaliação processual
	Tecnologia ou Metodologia?	12 h ⁴⁹ (03 semanas)	Fevereiro 2014	Interação entre coordenador escolar e professor, utilizando o <i>blog</i> da escola para discutir as ideias do texto.
	O professor como mediador do conhecimento	20 h (05 semanas)	Fevereiro e março/2014	Observação dos registros dos relatórios do professor coordenador do LEI e LEC, para verificar práticas realizadas a partir da formação.
	Prática pedagógica utilizando as Tecnologias <i>off-line</i> e <i>online</i> .	128 h (32 semanas)	Março a novembro/2014	Acompanhamento ao planejamento escolar semanalmente
	Escola como laboratório de Boas Práticas construídas entre pares e com a colaboração de alunos	32 h (08 semanas)	novembro e dezembro /2014	Utilização de ferramenta para interação em grupo no <i>hangouts</i> http://www.google.com.br/hangouts/
Total		192 h		

Fonte: Elaboração da autora.

Apresentando carga horária total anual de 192 horas-atividade, considerando 04 horas-atividade semanais, as atividades relacionadas têm como inspiração os resultados da pesquisa documental e da pesquisa de campo. Como já definido no item 3.4.1, que apresenta as ações do Plano de Ação Educacional (PAE) e conforme o quadro nº 2 que define os atores responsáveis pela Ação, o curso de formação continuada será de responsabilidade do professor coordenador do LEI em parceria com os coordenadores escolares. Os recursos humanos e materiais estão delineados no quadro citado e se limitam aos já existentes na 11ª CREDE e nas duas EEEPs.

⁴⁹ Após a implantação de 1/3 da carga horária para planejamento a ser realizado na escola, conforme a Lei nº11.738, para a carga horária de 40 horas, disciplina-se que 13 horas-atividade são destinadas para aprimoramento da prática docente através de atividades individuais e coletivas, com a orientação da equipe escolar de suporte à sala de aula, de acordo com as definições estabelecidas no PPP e por meio das orientações do núcleo gestor de cada unidade escolar. Assim, das 13 horas semanais, estou reservando a carga –horária e 04 horas semanais para a formação proposta, considerando ser o tempo médio utilizado para o planejamento coletivo semanal na maioria das escolas, ficando 09 horas reservadas para outras tarefas com que o professor ocupa.

Com duração de 12 horas-aula, a unidade 01 do quadro nº 3 tem como objetivo refletir acerca das diferentes concepções em relação às inovações na escola com o advento das tecnologias. Tem a intenção de levar os educadores a discutirem sobre o que é inovar, qual o papel das TICs em sala de aula e como efetivamente elas devem ser utilizadas na perspectiva de mudar as metodologias tradicionais. Retomando os dados da pesquisa, identificamos que algumas aulas da Escola B, por exemplo, realizadas no LEI, utilizando recursos midiáticos se caracterizam pela reprodução das mesmas práticas educativas, apenas incrementadas pelo uso dos recursos midiáticos. Algumas não permitem ao aluno de um curso técnico criar, produzir, questionar, transformar, interagir com o conhecimento.

A unidade 02 do quadro nº 3: “O professor como mediador do conhecimento” se propõe a levar os educadores a se reconhecerem como atores do processo educativo e a reconhecer quem é o seu aluno. Propõe a carga-horária semanal de 20 h, no período de fevereiro a março de 2014, compreendendo 04 horas-aula semanais. Além disso, pretende colocar os docentes em contato com os alunos, para que identifiquem o perfil sócio cultural do educando e interajam com as possibilidades de diversos recursos disponíveis na escola, considerando o perfil dos alunos nativos digitais e daqueles que ainda são excluídos digitais. A inspiração para essa unidade se encontra nos achados da pesquisa que revelam um distanciamento entre os professores coordenadores do LEI e professores regentes, reforçando o paradigma de que o LEI é algo apartado da sala de aula. Assenta-se, ainda, em Soares (2002), em Bonilla (2010) e em Bruno e Matos (2010) que abordam as transformações na relação professor e alunos com o advento das TICs.

A unidade 03, com duração de 32 semanas e composta por 128 horas-atividade, a ser desenvolvida no período de março a novembro, traz o tema “Prática pedagógica utilizando as Tecnologias *off-line* e *online*” e tem como foco desafiar os educadores das EEEPs a conhecerem as mais diversas ferramentas que estão ao seu alcance nas duas escolas, levando-os a explorar a sua criatividade e criar interações com a sua disciplina tanto da base nacional comum quanto da base técnica. Consoante dados da minha pesquisa, o LEI ainda não é um espaço de aprendizagem utilizado pela maioria dos professores da escola, comprovando-se pela identificação de que, na Escola A, nem sequer identificamos aulas realizadas pelos professores das disciplinas da base comum. Também chamam a atenção os dados encontrados na pesquisa que mostram o seguinte: os docentes da Escola A, predominantemente, utilizam o LEI somente uma vez por semana: 54,54% apontam essa frequência de uso semanal. E na Escola B, encontramos que 65% do universo de 23 educadores também só utilizam uma vez por semana. Motivada por essa questão é que proponho a unidade 03.

Para o desenvolvimento da unidade 04: “escola como laboratório de Boas Práticas construídas entre pares e com a colaboração dos alunos”, sugiro a carga horária de 32 horas-atividade, compreendendo os meses de novembro e dezembro. Com esse tema, pretendo sugerir que as escolas fortaleçam a educação entre pares e também o currículo construído com a cooperação dos alunos. Com inspiração na ideia de identificação de Boas Práticas, apontada pelas pesquisas realizadas em escolas cearenses, proponho que os educadores e educandos sejam coautores, colaboradores na construção de atividades que alimentem o banco de aulas a serem disponibilizadas no *blog* da escola para servir de subsídio aos professores das próprias EEEPs. Também serviu de orientação a metodologia do Portal do Professor, disponibilizado no *site* do Ministério da Educação. Seria um momento inicial para estimular os educadores a continuarem transformando sua prática e rompendo paradigmas necessários para darem conta de se tornarem letrados digitalmente e também letrarem o aluno para o uso dos recursos midiáticos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interação, tecnologia, co-criação, conectividade, cibercultura, *blog*, *tags*, *wikis* são algumas palavras reveladoras da ordem do momento: perceber que as transformações na sociedade e, por conseguinte na escola, começam pela linguagem. E, se é pela linguagem (verbal, icônica, cibernética) que as mais diversas interações acontecem, a escola precisa se desconstruir para se refazer menos apartada da sociedade da informação e da comunicação onde está inserida.

Nessa perspectiva, o presente Plano de Ação Educacional (PAE) se propõe a abrir espaço para a reflexão de que os atores do processo educativo precisam olhar a escola como reflexo da sociedade na qual está inserida. Portanto, todos que nela atuam precisam se ver na condição de responder à sociedade e influenciá-la. Numa movimentação de responsabilização para a mudança, cabe à gestão a tarefa de promover a quebra de paradigmas e prover seus educadores e educandos das condições necessárias à educação deste século permeada pelas tecnologias; aos educadores, compete se abrirem a novas possibilidades, sem temer serem subtraídos da escola e da sua tarefa de educar. O papel de mediador, atribuído ao professor, exige competências para lidar com o processo de ensino e aprendizagem que não se fixem em práticas de transmissão e reprodução dos saberes acumulados pela humanidade.

Como proposição a partir da minha dissertação, sugiro que a Secretaria da Educação do Estado do Ceará possa investir na formação continuada dos gestores, seja das EEEPs, seja das escolas regulares, garantido condições para que possam melhor atuar no cotidiano da escola, pois uma gestão com as competências necessárias para gerenciar o fazer educativo é que vai assegurar que práticas mais eficazes sejam utilizadas para favorecer o desenvolvimento pleno dos nossos alunos. O censo 2012, dados nacionais, detectou que 95,4% dos professores do Ensino Médio têm formação superior, sendo que apenas 4,6% não detêm esse nível de formação. Gatti e Barreto (2009), em publicação da UNESCO, apresentam que a formação de professores no Brasil tem as seguintes características: disciplinas referentes à formação profissional específica: 30% da carga horária do curso; outro tipo de matéria: 70%. A formação se preocupa com o porquê ensinar e só de forma muito discreta focaliza o quê e o como ensinar. As habilidades profissionais específicas para a atuação nas escolas e nas salas de aula e a relação teoria/prática são comprometidas /reduzidas. E são esses que estão gestores nas escolas. A pesquisa Boas Práticas Escolares de sete escolas, com efeito-escola positivo e elevado no desempenho no SPAECE Ensino Médio, edição 2010, apresenta como fatores de

sucesso mais elevados: núcleo gestor competente e docente comprometido e competente. Esses dados mostram que a formação é a porta de entrada das mudanças de que necessitamos para uma escola de sucesso e eficaz.

Para a 11ª CREDE recomendo que os instrumentos analisados na pesquisa documental sejam repensados juntamente com as escolas, realizando uma escuta qualitativa. Essa sugestão se sustenta nos achados da pesquisa. O Plano de Ação Educacional (PAI) não deu conta do propósito para o qual ele foi pensado. Sugiro que, além do modelo do instrumental, que precisa ser aperfeiçoado, precisa haver um consenso entre CREDE e escolas sobre os objetivos e os atores envolvidos no planejamento do PAI. A segunda proposição é a elaboração de novo modelo de relatório mensal de atividades do professor coordenador do LEI ,pois esse instrumento necessita ser revisto para mostrar com mais detalhamento e exatidão a intercessão entre os atores escolares no que diz respeito à gestão do letramento digital.

Para as transformações apontadas acontecerem, as mudanças precisam perpassar por todos os atores do fazer cotidiano da escola, a começar pela gestão. O cenário atual não mais concebe uma escola que se utilize de um modelo de gestão impositivo em que impere um olhar de dentro para fora. Requer um gestor que proponha um projeto político pedagógico integrador da comunidade e escola com o propósito de bem servir e até de intervir no contexto onde está inserida de forma a transformar o seu entorno positivamente. O conceito de gestão hoje é mais abrangente que o de administração escolar. Um dos aspectos que traz essa mudança no conceito são os novos paradigmas com o advento da sociedade da informação e da comunicação guiada pelas TICs, exigindo da escola que esteja preparada para a gestão de informações e conhecimentos a que todos os seus atores têm acesso. Trata-se de gerenciar uma teia de relações complexas que incidem, diretamente, na forma de ensinar e de aprender dos alunos e dos seus educadores e que estão muito além das existências dos recursos tecnológicos (ALMEIDA, 2005).

O currículo escolar também precisa acompanhar essa transformação. Precisamos de um currículo mais próximo do aluno real e do universo digital. O coordenador escolar é quem tem a função de apoiar o trabalho docente através do planejamento escolar, ajudando com proposição de atividades, geração de ideias, troca de experiências entre educadores e entre escolas que utilizam a tecnologia como ferramenta de aprendizagem. A escola precisa se transformar num laboratório vivo de boas práticas. Retomando os dados da pesquisa, verificamos que o gestor-coordenador escolar nas duas EEEP, objeto de estudo no presente trabalho, não está desempenhando o seu papel como articulador da gestão pedagógica. Na pesquisa de campo, encontramos, na Escola A, que 68,18% dos docentes consideram que uma

das opções para promover o letramento digital na EEEP é a oferta de formação continuada e 45,46% indicaram que o coordenador escolar e o professor coordenador do LEI participam do planejamento escolar. Essa participação no planejamento não é validada pelo Plano de Ação Integrado (PAI) e pelos relatórios mensais do LEI. Da mesma forma, o PAI e os relatórios mensais do professor LEI também não apontam essa situação. Quando considerada a pesquisa de campo, na Escola B, verificamos que, na opinião de 87% dos docentes, também a formação é uma das formas de o gestor promover o letramento digital de professores e que 70% dos docentes afirmaram que o coordenador escolar e o professor coordenador do LEI planejam junto com os professores.

Considerando, ainda, essa questão, sinalizamos que o corpo docente precisa se apropriar, inclusive, sobre os recursos de que a escola dispõe e isso cabe à gestão propiciar juntamente com os professores coordenadores do LEI e de outros espaços como é o caso, nas escolas de educação profissional cearenses, do Centro de Mídias, da biblioteca, do laboratório educacional de ciências (LEC), laboratórios de informática, laboratórios de línguas, laboratórios de matemática. Aos professores, cabe integrar-se nesse processo de mudança. Precisa ser preparado para lidar com uma realidade nova na relação docente/discente, precisa superar práticas pedagógicas ineficazes, pouco atrativas ou que não desenvolvem as competências necessárias para o aluno inserir-se no contexto de modernidade. Se considerarmos os achados relevantes da nossa pesquisa, a partir da observação dos relatórios mensais do professor coordenador o LEI, essa postura recomendada aos docentes precisa ser fomentada pela gestão escolar.

Sobre o letramento digital é importante os atores escolares compreenderem que é imprescindível na formação de professores e de alunos. O uso das tecnologias precisa ser integrado ao currículo escolar, possibilitando a incorporação crítica desses recursos ao cotidiano da escola. Ela precisa romper a segregação que se cria entre instituição escolar e sociedade, desvincilhando-se dos processos histórico- culturais em que os atores do processo educativo estão inseridos. No mundo tecnologizado, professor e aluno dispõem de recursos tecnológicos em suas casas. E por que não há uma migração, principalmente, em se tratando do professor, para a sala de aula? Por que o professor não incorpora em sua prática a sua vivência com as TICs (computador e internet)?

Um dos caminhos para essa incorporação das TICs na prática educativa é a formação continuada dentro da escola. A pesquisa mostrou que os professores usam as TICs no seu cotidiano pessoal. Dessa forma, a transição do uso das TICs na escola (cotidiano profissional) precisa ser proposto. É preciso que a escola do presente, inserida no mundo tecnologizado,

tenha estratégias de gestão e pedagógicas para lidar com os alunos, nativos digitais que têm acesso às mídias mais modernas. E também lidar com os discentes que ainda não têm, de fato, acesso a esse mesmo universo, como mostram os dados que tratam do perfil dos alunos quanto à disponibilidade de computador e internet pessoais. Esse perfil diversificado se observa também quando os relatórios mensais do LEI mostram que existem alunos que não têm o domínio suficiente para uso das TICs (computador e internet). Nesse caso, a carência do aluno, quanto ao uso das tecnologias, confunde-se com a dos gestores e professores.

Para finalizar, considerando os objetivos traçados para essa pesquisa e os dados encontrados, destaco que é relevante fortalecer a gestão do letramento nas duas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) como uma ação da gestão-coordenador escolar em integração com o professor coordenador do LEI. A ação integrada de todos os atores escolares precisa favorecer práticas pedagógicas mais eficazes, utilizando as tecnologias para que as duas escolas possam responder aos anseios dos jovens, que esperam da escola que ela assegure sua formação para a vida e para o trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ma. Elizabeth Bianconcini de, PRADO, Ma. Elizabette B. Brito. Integração tecnológica, linguagem e representação. In: Integração de Tecnologias, Linguagens e Representações. TV Escola. Boletim 05. MEC. 2005.

ALMEIDA, Ma. Elizabeth Bianconcini de. Tecnologias para a Gestão Democrática. In: Integração de Tecnologias, Linguagens e Representações. TV Escola. Boletim 05. MEC. 2005.

ALONSO, KATIA MOROSOV. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: SOBRE REDE E ESCOLAS. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302008000300006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 14/10/2012.

AGENDA ESTRATÉGICA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.. Disponível em: http://portal.seduc.ce.gov.br/images/agenda_estrategica_seduc_2008_2010_versao_2010.pdf. Acesso em 01 dez. 2011.

ARMTEC. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/educacao-profissional/105-educacao-profissional/estagio/4693-armtec>. Acesso em 12/10/2013.

ASHOKA. Disponível em: <http://www.ashoka.org.br/sobre-a-ashoka/quem-somos/>. Acesso em 12/10/2013.

A riqueza das Cidades. Veja.com. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/infograficos/pib-municipios/>. Acesso em: 01/12/2011.

BONILLA, Maria Helena Silveira. Políticas Públicas para Inclusão Digital nas Escolas. Motrivivência. Ano XXII, nº 34, pag. 44. Jun-2010.

BRASIL PROFSSIONALIZADO. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663. Acesso em: 17 de julho de 2012.

BrOffice. Disponível em : http://www.softwarelivre.gov.br/casos/casos/estudo_broffice-org_na_justica_do_trabalho.pdf. Acesso em: 18/10/2013.

BROfficeImpress. Disponível em: http://www.softwarelivre.gov.br/casos/casos/estudo_broffice-org_na_justica_do_trabalho.pdf. Acesso em: 18/10/2013.

BrOfficeCalc. Disponível em: http://www.softwarelivre.gov.br/casos/casos/estudo_broffice-org_na_justica_do_trabalho.pdf. Acesso em: 18/10/2013.

BRUNO, Adriana R.; MATTOS, Luciana N. As Tecnologias da informação e comunicação nas escolas mineiras: recursos incorporados às práticas docentes ? In: CALDERANO, M.A. et al (orgs). Campos e vertentes: formação, trabalho docente e avaliação sistêmica. Juiz de Fora/MG: Ed. UFJF, 2010. p. 207-226.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Inclusão digital como invenção do cotidiano: um estudo de caso. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/10.pdf>. Acesso em 27 out. 2011.

COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa (Org.). Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 2. ed. Belo Horizonte: Ceale;Autêntica,2007.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. UNESCO, MEC, Cortez Editora, São Paulo, 1999.

Decreto de nº 31.221 (03/06/2013). Disponível no site da SEDUC. Junho de 2013.

EDUCANDUS. Disponível em: <http://www.educandus.com.br>. Acesso em 01/10/2013. Acesso em: 01/10/2013.

FILHO, Edgar M.; Rocha, Sinara S. As Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação no Cotidiano do Coordenador Pedagógico. Especialização em Coordenação Pedagógica. UFC.2013.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A Formação de Professores diante dos Desafios da Ciberultura. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção (Org.). Ciberultura e Formação de Professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. O uso do computador e da internet na escola. 2009. Disponível em: www.fvc.org.br/pdf/estudo-computador-internet.pdf. Acesso em 10.04.2013.

GATTI, Bernadete A. (Coord.) & BARRETO, Elba S. de Sá. Professores do Brasil: impasses e desafios. Unesco.set.2009.294p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf>. Acesso em: 23/09/2013. 2013. Google Docs. Disponível em: http://www.google.com/drive/apps.html?usp=ad_search&gclid=CJuV54Cs_roCFQbl7AodUUoArQ. Acesso em: 18/10/2013. Google Earth. Disponível em: <http://www.google.com/earth/>. Acesso em: 18/10/2013.

IBGE Censo 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_do_micilios.pdf. Acesso em: 01 dez. 2011.

LEI NACIONAL DO PISO nº 11.738. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acesso em: 16 de julho de 2012.

LEI Nº 14.273 , de 19 de dezembro de 2008.Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EETPs) no âmbito da Secretaria da Educação do Estado do Ceará. Disponível no site da SEDUC. Dezembro de 2008.

Lei do Aprendiz nº .10.097 (19/12/2000). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 18/10/2013.

LUCK,Heloísa.Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências. Ed. Positivo. Curitiba, 2009.

MANUAL DA SUPERINTENDÊNCIA ESCOLAR. Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará. 2010.

Orientações para o Suporte Pedagógico. SEDUC.2013.

PLATAFORMA *MOODLE*. Disponível em <http://www.ead.edumed.org.br/file.php/1/PlataformaMoodle.pdf>. em :18/10/2013.

PERRENOUD, Philippe (2000) 10 Novas Competências para Ensinar, Artmed. Disponível em <http://www.sebouniversitario.com.br/resumo.PDF>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

POLON, Thelma Lucia P. Artigo com base na tese Identificação dos Perfis de Liderança e Características Relacionadas à Gestão Pedagógica Eficaz nas Escolas Participantes do Projeto GERES - Estudo Longitudinal da Geração Escolar 2005 - Pólo Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/acessoConteudo.php?nrseqoco=61641>. Acesso em 15 dez. 2011.

PORTAL SEDUC. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Disponível em : http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163:educacao-profissional&catid=106:educacao-profissional&Itemid=260. Acesso em 16 de julho de 2012.

PORTAL SEDUC - Secretaria de Educação do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: http://sige.seduc.ce.gov.br/Academico/Relatorios/MapaEnturmacao/mapa_enturmacao_escola.asp?escola=14499&crede=&nr_AnoLetivo=2012&nm_crede=11ª COORDENADORIA

PORTAL SEDUC. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/6681-veja-mais-eeep>. Acesso em 12 de setembro de 2013.

PORTAL SEDUC - Secretaria de Educação do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <http://portal.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: Acesso em 01 dez. 2011.

PORTAL MEC. Manual do Programa Brasil Profissionalizado – Escola Padrão MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17248&Itemid=1011 (Escola técnica Brasil Profissionalizado.).Acesso em 01 dez. 2011.

PORTAL MEC.ProInfo Integrado. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13156.Acesso em :17 de julho de 2012.

PRETTO, Nelson. As tecnologias da informação desafiam a educação. Disponível: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-edu-com-tec/artigos/as%20tecnologias%20da%20informacao....pdf> .Acesso em: 22/09/2013.

PROGRAMA ALUNO INTEGRADO. Disponível em: <http://www.labtime.ufg.br/labtime/ai/programa>.Acesso em 14/10/2012.

Manual Operacional. Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE).Uma Nova Escola para a Juventude Brasileira. Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. ICE. Acesso em: 20 de julho de 2012.

Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.30 DE JANEIRO 2012. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Q0QWTm4AvzUJ:portal.mec.gov.br/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D9864%26Itemid+%26cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 18/10/2013.

RIVED. Disponível em: <http://rived.mec.gov.br/>. Acesso em 12/08/2012.

THINKQUEST. Disponível em: http://www.thinkquest.org/pt_br/. Acesso em 12/08/2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Dados por Estado. Ceará. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/ceara/>. Acesso em 01/12/2011.

SEDUC. Portaria de Lotação nº 03/2012. Disponível em: www.seduc.ce.gov.br. Acesso em 31/12/2012.

Smartphones. Disponível em: <http://www.dicweb.com/ss.htm>. Acesso em 17 de setembro de 2013.

SOARES, Magda. Novas Práticas de Leitura e Escrita: letramento na cibercultura. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935>. Acesso em 18 de outubro de 2013.

XAVIER, Antônio Carlos dos Santos. Letramento Digital e Ensino. Disponível em: <http://www.ufpe.br/nehte/artigos/Letramento%20digital%20e%20ensino.pdf>. Acesso em 16 de julho de 2012.

WEB 1.0. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/World_Wide_Web. Acesso em: 01/09/2013.

Wi-fi. Disponível em: <http://www.dicweb.com/ss.htm>. Acesso em 17 de setembro de 2013.

Wireless. Disponível em: <http://www.dicweb.com/ss.htm>. Acesso em 17 de setembro de 2013.

Writer. Disponível em: http://www.drh.uem.br/tde/apostila_BrOffice_3.3.x-TDE-Ver04.2011.pdf. Acesso em: 01/09/2013.

Youtube. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/informatica/youtube.htm>. Acesso em: 01/09/2013.

ANEXOS



ANEXO I – PAI DA ESCOLA A

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO – MULTIMEIOS, LEI, LEC

ESCOLA/MUNICÍPIO	E.E.E.P. Poeta Sinó Pinheiro / Jaguaribe				
OBJETIVO GERAL	Promover o incentivo à leitura e à escrita, a utilização das novas tecnologias e o uso dos Laboratórios de ciências, informática e biblioteca, através da organização dos múltiplos recursos pedagógicos e da interação com as salas de aula.				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS			METAS		
Estimular o desenvolvimento do conhecimento e da criatividade dos alunos por meio dos recursos que o Centro de Multimeios oferece.			Sensibilizar 100% dos educandos e educadores a utilizarem os recursos pedagógicos para melhor dinamizarem o ensino aprendizagem.		
Desenvolver habilidades de resgate à cultura, através de pesquisas ou manifestações culturais, visando a incorporação de valores e atitudes necessárias ao exercício da cidadania.			Desenvolver 100% das habilidades pela cultura e pesquisa resgatando os valores e atitudes da comunidade escolar		
RESULTADOS ESPERADOS			INDICADORES		
Melhor rendimento do ensino aprendizagem			100% de melhoria de ensino e aprendizagem		
Absorção dos direitos e deveres da cidadania			100% absorção dos direitos e deveres da cidadania		
Conscientização dos valores éticos e morais			100% conscientização dos valores éticos e morais		
Desenvolvimento do conhecimento científico			100% desenvolvimento progressivo da teoria e pratica		
AÇÃO	ATIVIDADES	ESPAÇO(S) ENVOLVIDO(S)	EVIDÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	RECURSOS
Criar mecanismos de suporte do uso tecnológico da escola	Agendar com antecedência o uso de equipamentos necessário durante a aula dos professores	Centro de Multimeios	Registro de Controle de cada ambiente	Edna Ítalo Marta Luciana Nadia Paulo	Cronograma de horário de professores e planilha de controle.
Projeto Rádio nas	Divulgação das produções	Refeitório, quadra,	Fotos, cobertura	Equipe	Notebook

Ondas do Poeta	da escola e todos os eventos, informativos para com toda a comunidade.	cantinhos do meio ambiente, oração, artesanato.	do evento e postagem no blog da escola	monitores da rádio: Hiarly, Tiago, Anderson, João Pedro, Nádia e Italo	Som Caixa de Microfone Pendrive Máquina Digital
Desenvolvimento de projetos	Promover aula de Elaboração de Projetos, Currículo e Tecnologia.	Realizar 100% de participação dos professores para formação do curso Elaboração de Projetos.	Frequência livro de registro, fotos Postagem no blog da escola	Edna Ítalo Marta Luciana Nadia Paulo	Computadores com internet Data Show Notebook Pendrive Livros Pastas com todo material necessário) Máquina Digital
Realizar Oficinas de reciclagem de papel, garrafa pet e óleo pós fritura.	Promover oficinas de reciclagem na reutilização de materiais para reduzir o desperdício. Capacitar alunos para a utilização do tecnokites Ministrar aulas com temáticas ambientais .	Realizar mensalmente 1 oficina nas turmas de 1º e 2º Ano para confecção de objetos a partir do papel reciclado e do Pet	Frequência livro de registro, fotos Postagem no Blog da escola	Marta Luciana Ítalo Nadia	Máquina Digital Notebook Impressora Data Show Tecnokits material de expediente tesoura, régua
Participar dos Planejamentos Pedagógicos da Escola semanalmente para que melhore o trabalho pedagógico.	Acompanhar os planejamentos por área, semanalmente fazendo demonstração dos matérias didáticos ao professores	Centro de Multimídias	Livros e equipamentos pedagógicos	Todos	Livros Equipamentos eletrônicos
Apresentar site do Aluno Online	Sensibilização de toda comunidade escolar; Apresentação para todos os alunos; Reunião com toda comunidade para apresentação geral do Site Aluno Online.	Informatizar 100% do rendimento da aprendizagem do aluno.	Fotos; Folha de Frequência.	Ítalo Nádia	Notebook Data Show Pendrive Folha de Ofício Canetas Livro de

					Registro de Matrículas e senhas
Atualizar o blog da Escola	Postar todas as ações com as fotos no eeeppoeetasino.blogspot.com Manter o Blog da Escola sempre atualizado.	Centro de multimeios	Fotos e Postagem no Blog da escola.	Italo e Nádia	Computador com internet Livro de Registro de Informações Máquina Digital
Promover Café Literário	Planejamento com a área específica e após toda a escola; Divulgação e pesquisa sobre as obras literárias, teatro, poesia e dança. Organização dos grupos para cada obra específica. Leitura, pesquisa, oralidade e produção textual; Apresentação dos trabalhos.	Centro de multimeios	Caderno de campo, fotos, postagem no blog da escola	Todos	Data Show Notebook Pendrive Caixa de Som Violão Microfone CD / DVD Máquina Digital
Promover Feiras de Ciências, Concursos e Prêmios orientando a participação.	Acompanhando e subsidiando no desenvolvimento dos projetos; Divulgando a Feira de Ciência, Cultura e Tecnológica local, Regional, Estadual e Nacional e Internacional.	Centro de multimeios	Caderno de campo, fotos, postagem no blog da escola	Todos	Data Show Notebook Pendrive Caixa de Som Violão Microfone CD / DVD Máquina Digital
Oferecer Cursos de Informática	Aula no Laboratório de Informática.	Laboratório LEI	Frequência e ficha de inscrição	Italo e Nádia	Computadores Notebooks Televisão Apostilas

ANEXO II – PAI DA ESCOLA B
PLANO DE AÇÃO INTEGRADO – MULTIMEIOS, LEI, LEC

ESCOLA/MUNICÍPIO	E.E.E.P. MARIA CÉLIA PINHEIRO FALCÃO/ PEREIRO				
OBJETIVO GERAL	Estimular a leitura e escrita, assim como, a utilização de novas tecnologias e do laboratório de ciências, por meio de diversas ferramentas pedagógicas, integrando-as em sala de aula.				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS			METAS		
<ul style="list-style-type: none"> Auxiliar tecnicamente e pedagogicamente os projetos desenvolvidos na escola. 			<ul style="list-style-type: none"> Obter êxito na avaliação do resultado “final” de cada projeto. 		
<ul style="list-style-type: none"> Delegar responsabilidade, para que, os jovens descubram sua potencialidades e superem desafios. 			<ul style="list-style-type: none"> Formar líderes autônomos, críticos e eficientes. 		
<ul style="list-style-type: none"> Despertar nos alunos, o interesse pela leitura, filmes literários e científicos. 			<ul style="list-style-type: none"> Agregar lazer, a ampliação do conhecimento e da cultura. 		
RESULTADOS ESPERADOS			INDICADORES		
<ul style="list-style-type: none"> Inclusão digital, social e científica, no contexto socioeducativo da escola. 			<ul style="list-style-type: none"> 100% dos alunos utilizando os laboratórios e centro de multimeios. 		
<ul style="list-style-type: none"> Aumento significativo do número de leitores. 			<ul style="list-style-type: none"> 100% dos alunos lendo, no mínimo três livros por ano. 		
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento progressivo do protagonismo juvenil, autonomia e liderança. 			<ul style="list-style-type: none"> 18% dos alunos atuando como monitores do LAB, LEI e Centro de Multimeios. 		
AÇÃO	ATIVIDADES	ESPAÇO(S) ENVOLVIDO(S)	EVIDÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> Degustação literária 	<ul style="list-style-type: none"> Escolha do livro, formação das equipes, estudo geral do contexto da obra e sua apresentação de forma lúdica. 	<ul style="list-style-type: none"> Todo ambiente escolar da EEEP Maria Célia Pinheiro Falcão. 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação da obra. Caderno de campo. Registro 	<ul style="list-style-type: none"> Educares e educandos da EEEP Maria Célia Pinheiro Falcão. 	<ul style="list-style-type: none"> Computadores, acervo da biblioteca, espaço físico da EEEP

			fotográfico.		Maria Célia Pinheiro Falcão e materiais didáticos diversos.
<ul style="list-style-type: none"> • Cinema literário e científico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de filmes e debates voltados para interpretação do contexto histórico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Auditório da EEEP Maria Célia Pinheiro Falcão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cronograma mensal; • Registro fotográfico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei, Lab e Centro de Multimeios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Notebook, projetor, filmes.
<ul style="list-style-type: none"> • Apoio aos projetos educativos escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação, incentivo, sugestões para melhoria dos projetos da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • EEEP Maria Célia Pinheiro Falcão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios bimestrais dos Centros Integrados da EEEP Maria Célia Pinheiro Falcão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenadores do Lei, Lab e Centro de Multimeios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Material didático.
<ul style="list-style-type: none"> • Painel integrado dos resultados obtidos nos centros (Lei, Lab e Centro de Multimeios). 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação mensal dos resultados obtidos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Galeria da EEEP Maria Célia Pinheiro Falcão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição do painel. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenadores do Lei, Lab e Centro de Multimeios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Flanelógrafo e materiais didáticos diversos.
<ul style="list-style-type: none"> • Formação de alunos monitores por centro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolha bimestral dos alunos monitores, afim de, estimular a participação nas atividades e a organização do ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei, Lab e Centro de Multimeios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ata de registro Aluno Monitor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenadores do Lei, Lab e Centro de Multimeios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Computadores, internet e testes avaliativos.
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação da Plataforma Moodle e Google Docs. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de simulados e vídeos aulas em todas as áreas do conhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei e Lab. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação efetiva dos alunos nas atividades desenvolvidas na Plataforma Moodle e Google Docs. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenadores do Lei, Lab. 	<ul style="list-style-type: none"> • Computadores, internet, simulados e vídeos.

ANEXO III

MODELO DO RELATORIO DE ACOMPANHAMENTO DO PROFESSOR COORDENADOR DO LEI DA ESCOLA A-
JAGUARIBE


GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 Secretaria da Educação
 ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POETA SINÓ PINHEIRO
 Avenida D, S/N Bairro – COHAB – Fone: (88) 3522 24 00 - Jaguaribe – Ceará.
 e-mail: ceepoetasino@escola.ce.gov

Relatório de Acompanhamento Mensal do Laboratório de Informática
EEEP POETA SINÓ PINHEIRO
COORDENADORAS: MARIA GLAUCINEIDE C DE CARVALHO, MARIA SANTANA DE LIMA e MARIA ALECILVA D. DE O. E SILVA

Mês: ABRIL

Descrição da atividade	Data	Horário	Nº de envolvidos			Turma	Obs.	Ass. do professor
			Prof.	Alunos	Outros			
Atividades diversas na Escola – Formatura 2010	1	M / T	-	-	-	-		
Acompanhamento do curso ARMTEC	4 a 8	M	2	45		3º Inf.		
Acompanhamento das aulas de informática		M	2	40		2º Inf.		
Acompanhamento do curso SEBRAE		M	2	38		3º Com		
Construção slides p/ apresentação de alunos		T	1	02		3º Com		
Atividades na Coordenação		T	2	-		-		
Acompanhamento do curso ARMTEC	11 a 15	M	2	45		3º Inf.		
Acompanhamento aulas de informática		M	2	40		2º Inf.		
Acompanhamento aulas de informática		T	2	45		3º Inf.		
Acompanhamento do curso SEBRAE		T	1	41		3º Com		
Atividades na Coordenação		T	1	-		-		
Acomp. do curso ARMTEC	18 a 22	M	2	45		3º Inf.		
Acomp. aulas de informática		M	2	45		3º Inf.		
Acomp. Aulas de informática		M	2	38		2º Inf.		
Acompanhamento do curso SEBRAE		T	2	40		3º Com		
Acompanhamento do grupo de oração		T	3	-		-		
Organização do seminário dos empresários		M / T	-	-		-		
Planejamento p/ o Plano de Trabalho Anual		T	6	-		-		
Atividades na coordenação	25 a 29	M	1					
Organização Seminário dos Empresários		N	1	45		3º Inf.		
Acomp. do curso ARMTEC		M	2	41		3º Inf.		
Acomp. aulas de informática		T	2	40		2º Inf.		
Acomp. Aulas de informática		T	2	40		3º Com		
Acompanhamento do curso SEBRAE	T	2						


Professor LEI


MARIA GLAUCINEIDE CORREIA DE CARVALHO
 Coordenadora Escolar
 D.O 27/04/2010
Coordenador Pedagógico


Mª Santana de Lima
 Coordenadora Escolar
 D.O 27/04/2010
Diretor /2009

ANEXO IV - MODELO DO RELATORIO DE ACOMPANHAMENTO DO PROFESSOR COORDENADOR DO LEI DA ESCOLA

B- PEREIRO

E.E.E.P. Maria Célia P. Falcão
Rua: Projetada, s/n - Pereiro/CE
Fone/fax: (88) 35271812 INEP: 23564245

junho

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria de Educação
11ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE/JAGUARIBE
EEEP MARIA CELIA PINHEIRO FALCÃO

COORDENADOR: Francisco Rosiglei do Rêgo/ Jackson Barbosa Gama
Prof. COORDENADOR - LEI: Marcos Vinicius Oliveira Rezende

Descrição da Atividade	Disciplina	Professor Orientador	DATA	Horário	Números de Envolvidos			Turma	Observações	ASSINATURA
					Professor	Alunos	Outros			
Análise sobre as dificuldades dos alunos no uso do computador.		Marcos Vinicius	01/06/11	07:10 às 08:50	1	40	0	1º A	Foram avaliados os conhecimentos dos alunos em Hardware – Periféricos e uso do teclado e mouse, Software – Criação e Edição de Textos e Tabelas. Para o projeto de inclusão digital da escola.	
Pesquisa sobre a participação no projeto educadores inovadores microsoft 2011 junto a coordenação do projeto.		Marcos Vinicius	01/06/11	13:20 às 16:10	1	0	0		O prazo para implementação do projeto estava vencido.	
Aula de Estudo		Marcos Vinicius/ Vanderly	01/06/11	16:10 às 17:00	2	40	0	1º D	Os alunos fizeram pesquisa de Física, Química, História, Geografia, Biologia e Sociologia.	
Análise sobre as dificuldades dos alunos no uso do computador.		Marcos Vinicius	02/06/11	07:10 às 08:50	1	40	0	1º B	Foram avaliados os conhecimentos dos alunos em Hardware – Periféricos e uso do teclado e mouse, Software – Criação e Edição de Textos e Tabelas. Para o projeto de inclusão digital da escola.	
Aula sobre montagem de gráficos de barras e setores a partir do software de planilhas eletrônicas BrOffice.org Planilha Eletrônica.	Matemática	Marcos Vinicius	02/06/11	11:40 às 13:20	1	30	0	1º A	Os alunos mostraram dúvidas quanto a utilização do software, foi proposto durante o intervalo do almoço, uma aula de reforço sobre o programa.	
Inscrição dos alunos do 1º D no enem.		Marcos Vinicius	02/06/11	13:20 às 16:10	1	15	0	1º D		

EEEP Maria Célia Pinheiro Falcão
Rua Projetada, s/n - Bairro Vila Cruz - CEP 63.460-000 - Pereiro
Fone/Fax: (88) 3527 1812 - E-mail: eepmariacelia@escola.ce.gov.br

ANEXO V - QUESTIONÁRIO GESTORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO- CAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

QUESTIONÁRIO GESTORES (Diretor e Coordenador Escolar)

Caro(a) gestor(a), este questionário faz parte da minha pesquisa que tem como intuito analisar a gestão do Letramento Digital dos Professores em Escolas Estaduais de Educação Profissional.

Suas informações serão muito úteis ao meu trabalho e podem ser uma forma de contribuir, também, com sua prática de gestão.

Sua identidade será preservada e todas as informações colhidas por meio deste questionário serão utilizadas exclusivamente para os fins desta pesquisa.

Conto com a sua colaboração! Obrigada!

1- IDENTIFICAÇÃO:

1.1. Sexo:

() masculino () feminino

1.2. Faixa Etária: () Entre 20 e 30 anos.

() Entre 31 e 40 anos.

() Entre 41 e 50 anos.

() Mais de 50 anos.

1.3. Qual é seu vínculo empregatício com a Secretaria da Educação do Estado do Ceará ?

() Professor efetivo.

() Professor concursado em estágio probatório.

() Sem vínculo com a SEDUC.

1.4 Ano de conclusão da sua graduação: _____ Área/disciplina de graduação: _____

1.5. Seu nível de formação:

<p>Especialização :</p> <p>() SIM () NÃO Área: _____</p> <p>Mestrado :</p> <p>() SIM () NÃO Área: _____</p> <p>Doutorado :</p> <p>() SIM () NÃO Área: _____</p> <p>1.6. Tempo de experiência em gestão escolar:</p> <p>() Menos de 5 anos.</p> <p>() Mais de 5 anos.</p> <p>() Mais de 10 anos.</p> <p>() Mais de 15 anos.</p> <p>1.7 Há quanto tempo ocupa a função de gestor da EEEP ?</p> <p>_____</p>
<p>2- Perfil:</p>
<p>2.1. Tem computador pessoal ?</p> <p>() Sim. () Não.</p> <p>2.2. Possui acesso pessoal à internet?</p> <p>() Sim. () Não.</p> <p>2.3. Já fez ou está fazendo algum curso na área de informática ?</p> <p>() Sim. () Não.</p>
<p>3- QUESTÕES:</p>
<p>3.1 Você se considera letrado digitalmente ?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>3.2 Você considera que sua formação inicial contribuiu para desenvolver as competências necessárias para o uso dos recursos midiáticos existentes na escola?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>

<hr/> <hr/>
<p>3.3 Você considera que os professores da sua escola são letrados digitais ? Por quê?</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>3.4 Você já participou de formação continuada sobre inserção das TIC e – Proinfo, promovida pelo NTE da 11ª CREDE nos últimos 02 anos ?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p>Se responder NÃO, justifique por que:</p> <hr/>
<p>3.5 Quem coordenou e quem participou do processo de elaboração do PAI?</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>3.6 Qual sua opinião sobre o uso das TICs como recursos didáticos pelos professores da EEEP? (INDIQUE A OPÇÃO QUE MELHOR EXPRESSA SUA OPINIÃO)</p> <p>As TICs são:</p> <p><input type="checkbox"/> utilizadas, porque os professores compreendem que são indispensáveis para a aprendizagem dos alunos.</p> <p><input type="checkbox"/> utilizadas, porque são imprescindíveis para aproximar o professor e o aluno no processo de ensino e aprendizagem.</p> <p><input type="checkbox"/> pouco utilizadas, porque não há laboratório educacional de informática</p>

suficiente para atender à demanda de todos os professores.

() pouco utilizadas pelos professores da EEEP, porque atrapalham o cumprimento da carga horária das disciplinas.

3.7 Como o gestor pode promover o letramento digital de professores nas EEEP ?

(INDIQUE A OPÇÃO QUE MELHOR EXPRESSA SUA OPINIÃO.)

() Ofertando formação continuada e em serviço.

() Elaborando um Plano de Ação (PA), que contemple a ação educativa dos docentes para orientar a elaboração dos seus Programas de Ação.

() Acompanhando a atuação do professor coordenador do laboratório educacional de informática junto aos demais professores.

() Acompanhando a execução do planejamento escolar na sala de aula.

3.8 Você considera que, como gestor, você tem facilitado o letramento digital dos professores? Poderia justificar sua resposta?

3.9 Quais ações de formação continuada você promove na escola para capacitar os professores no uso das TICs?

3.10 Você utiliza os recursos midiáticos existentes na escola a serviço da sua gestão e na comunicação com a comunidade escolar ? De que forma?

3.11 Você, juntamente com o Professor Coordenador do LEI, participa ativamente das ações de planejamento escolar, colocando o laboratório educacional de informática a serviço dos professores de todas as disciplinas?

3.12 Na sua opinião, o PAI (Plano de Ação Integrado) trouxe melhorias para a prática dos professores no uso dos recursos midiáticos ? Se sua resposta for positiva, aponte quais melhorias.

3.13 Existe apropriação pelos professores dos recursos midiáticos existentes na

escola? Como você percebe essa apropriação?

3.14 O processo de ensino e aprendizagem dos alunos é mediado pelos recursos midiáticos existentes na escola? Quais as evidências de que isso ocorre?

3.15 Os professores das EEEP têm proporcionado o letramento digital dos alunos? Pode exemplificar com algumas ações ou propostas realizadas pelos professores com esse fim?

Obrigada ! Sua contribuição será muito importante para a minha dissertação.

ANEXO VI - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO- CAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Caro(a) professor(a), este questionário faz parte da minha pesquisa que tem como intuito analisar a gestão do Letramento Digital de Professores em Escolas Estaduais de Educação Profissional.

Suas informações serão muito úteis a meu trabalho e podem ser uma forma de contribuir, também, com sua prática na EEEP.

Sua identidade será preservada e todos os dados colhidos por meio deste questionário serão utilizados, exclusivamente, para os fins desta pesquisa.

Conto com a sua colaboração! Procure selecionar as alternativas que mais se aproximam de sua realidade!

Obrigada e bom trabalho!

1- IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Sexo() masculino. () feminino.

1.2 Faixa Etária:

() Entre 20 e 30 anos.

() Entre 31 e 40 anos.

() Entre 41 e 50 anos.

() Mais de 50 anos.

1.3. Qual o seu tipo de vínculo empregatício com a Secretaria da Educação do Estado do Ceará ?

() Professor efetivo.

() Professor concursado em estágio probatório.

() Professor contratado por tempo determinado.

1.4 Ano de conclusão da graduação: _____

1.5 Área/disciplina de graduação: _____

1.6 Nível de formação: _____

1.7 Especialização:

() Sim () Não. Área: _____

Mestrado :

() Sim. () Não. Área: _____

Doutorado :

() Sim. () Não. Área: _____

1.8 Tempo de Experiência docente:

() Menos de 5 anos.

() Mais de 5 anos.

() Mais de 10 anos.

() Mais de 15 anos.

1.9 É coordenador de Curso na EEEP?

() Sim.

() Não.

1.10.É professor de disciplina da base nacional comum ou técnica?

() Comum.

() Técnica.

1.11 Que disciplina (s) está lecionando em 2012 ?

Em quais cursos ?

1.12 Em quais séries do ensino médio você leciona na EEEP ?

() 1ª série.

() 2ª série.

() 3ª série.

2- PERFIL:

2.1 Tem computador pessoal?

Sim.

Não.

2.2 Possui acesso pessoal à internet?

Sim.

Não.

2.3 Já fez ou está fazendo algum curso na área de informática?

Sim.

Não.

3- QUESTÕES:

3.1 Para você, o que é letramento digital?

3.2 Você se considera letrado digitalmente?

3.3 Você considera que os professores da sua escola são letrados digitalmente ?

3.4 Você considera que sua escola está inserida no mundo digital ?

<hr/> <hr/> <hr/>
<p>3.5 Em sua opinião, a sua formação inicial ajudou-lhe desenvolver as competências necessárias para o uso dos recursos midiáticos existentes na escola?</p> <p>() Sim.</p> <p>() Não.</p>
<p>3.7 Como você classificaria sua formação inicial, considerando o desenvolvimento de competências para o uso dos recursos midiáticos existentes na sua escola ?</p> <p>() Ruim.</p> <p>() Regular.</p> <p>() Boa.</p> <p>() Ótima.</p>
<p>3.8 Você participou de formação continuada sobre Inserção das TIC e - Proinfo, promovida pelo NTE da 11ª CREDE nos últimos 02 (dois) anos ?</p> <p>() Sim.</p> <p>() Não.</p> <p>Se responder NÃO, justifique o por quê:</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>3.9 Na sua opinião, a formação continuada, oferecida aos professores da EEEP, possibilita o desenvolvimento das competências necessárias para o uso dos recursos midiáticos existentes na escola?</p> <p>() Sim.</p> <p>() Não.</p>
<p>3.10 Como o gestor pode promover o letramento digital de professores nas</p>

<p>EEEP ?</p> <p>(INDIQUE A OPÇÃO QUE MELHOR EXPRESSA SUA OPINIÃO)</p> <p><input type="checkbox"/> Ofertando formação continuada e em serviço.</p> <p><input type="checkbox"/> Elaborando um Plano de Ação (PA) que contemple a ação educativa dos docentes para orientar a elaboração dos seus Programas de Ação.</p> <p><input type="checkbox"/> Acompanhando a atuação do professor coordenador do laboratório educacional de informática, junto aos demais professores.</p> <p><input type="checkbox"/> Acompanhando a execução do planejamento escolar na sala de aula.</p>
<p>3.11 Qual opção melhor caracteriza a postura da gestão escolar em relação às TICs ?</p> <p><input type="checkbox"/> Estimula a utilização em todas as atividades da escola.</p> <p><input type="checkbox"/> Apoiar a formação continuada para a sua utilização.</p> <p><input type="checkbox"/> Favorece a utilização através do planejamento escolar.</p> <p><input type="checkbox"/> Apoiar o desenvolvimento das ações do Plano de Ação Integrado.</p>
<p>3.12 A gestão utiliza os recursos midiáticos nos momentos de planejamento da escola ?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>3.13 O Coordenador Escolar realiza momentos de formação continuada, tendo por objetivo o uso das TIC na escola?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>3.14 O Professor Coordenador do LEI de sua escola participa dos planejamentos individuais e coletivos, apoiando seu trabalho?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>3.15 Você participou da elaboração do Plano de Ação Integrado (PAI) na EEEP?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>3.16 Em sua escola, o laboratório educacional de informática (LEI) é um espaço de ensino- aprendizagem utilizado pelos professores de todas as disciplinas?</p> <p>(MARQUE A OPÇÃO QUE MELHOR EXPRESSA A SUA OPINIÃO)</p>

<p><input type="checkbox"/> Concordo totalmente.</p> <p><input type="checkbox"/> Concordo pouco.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo pouco.</p>
<p>3.17 Com que frequência você utiliza o laboratório de informática em suas aulas ?</p> <p><input type="checkbox"/> 01 vez por semana.</p> <p><input type="checkbox"/> 02 vezes por semana.</p> <p><input type="checkbox"/> 03 vezes por semana.</p> <p><input type="checkbox"/> 04 vezes ou mais por semana.</p>
<p>3.18 Que opção melhor expressa o uso das TICs na sua disciplina?</p> <p><input type="checkbox"/> São utilizadas, porque são indispensáveis para a aprendizagem dos alunos.</p> <p><input type="checkbox"/> São utilizadas, porque são imprescindíveis para me aproximar do aluno “nativo digital”.</p> <p><input type="checkbox"/> São pouco utilizadas, porque não temos recursos midiáticos suficientes para todos os professores.</p> <p><input type="checkbox"/> São pouco utilizadas, porque atrapalham o tempo pedagógico das aulas.</p>
<p>3.19 Marque com um X as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) que você utiliza como recurso pedagógico em suas aulas:</p> <p><input type="checkbox"/> Aparelho de DVD e televisão.</p> <p><input type="checkbox"/> Internet.</p> <p><input type="checkbox"/> Projetor multimídia (<i>Data show</i>).</p> <p><input type="checkbox"/> Notebooks.</p> <p><input type="checkbox"/> Computadores .</p> <p><input type="checkbox"/> outros. Citar quais:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>3.20 Marque um X em cada uma das atividades que costuma realizar com os alunos no laboratório educacional de informática:</p> <p><input type="checkbox"/> Acesso a <i>sites</i> educacionais.</p> <p><input type="checkbox"/> Simulação de experimentos em laboratórios virtuais.</p> <p><input type="checkbox"/> Passeios virtuais a museus e a outros lugares.</p>

<p>() Leitura de livros disponíveis nas bibliotecas virtuais.</p> <p>() Elaboração de apresentações em <i>slides</i>.</p> <p>() Atividades livres.</p> <p>() Produção textual e editoração de texto.</p> <p>() Produção de vídeos.</p> <p>() Atividades colaborativas através das redes sociais.</p> <p>() Atividades de interação entre os alunos da mesma sala de aula e com alunos de outras escolas no Brasil e no mundo.</p> <p>() Criação de <i>blogs</i>.</p> <p>() Jogos.</p> <p>() Utilização dos recursos disponíveis em portais educacionais.</p> <p>() Outros. Citar quais.</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>3.21 As atividades selecionadas no item acima são previamente planejadas ?</p> <p>() Sim.</p> <p>() Não.</p>
<p>3.22 O coordenador escolar e o professor coordenador do LEI planejam junto com você a realização dessas atividades ?</p> <p>() Sim.</p> <p>() Não.</p>
<p>3.23 Se a escola ofertasse um curso voltado ao uso das TICs, como recursos didáticos, você participaria? Justifique sua resposta.</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

Obrigada ! Sua contribuição será muito importante para a minha dissertação.

ANEXO VII - QUESTIONÁRIO ALUNOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO- CAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

QUESTIONÁRIO ALUNOS

Caro(a) aluno (a), este questionário faz parte da minha pesquisa. Suas informações serão muito úteis ao meu trabalho.

Sua identidade será preservada e todas as informações colhidas por meio deste questionário serão utilizadas, exclusivamente, para os fins desta pesquisa.

Conto com a sua colaboração!

Obrigada e bom trabalho!

1 IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Sexo

() masculino. () feminino.

1.2 Idade:

1.3 Está matriculado em que curso ?

2 PERFIL:

2.1 Tem computador ?

() Sim.

() Não.

2.2 Possui acesso à internet?

() Sim.

() Não.

3- QUESTÕES:

3.1. Você utiliza o computador para estudar e realizar atividades da escola?

() Sim.

() Não.

3.2. Quantas vezes por semana, durante as aulas, você utiliza computador na escola?

() 01 vez.

() 02 vezes.

- 03 vezes.
 04 vezes ou mais.

3.3 São Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) existentes na sua escola:

- Aparelho de DVD e televisão.
 Internet.
 Projetor multimídia (*Data show*).
 Notebooks.
 Computadores.
 Outros. Citar quais:

3.4 Marque com um X as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) que são utilizadas por seus professores em suas aulas:

- Aparelho de DVD e televisão.
 Internet.
 Projetor multimídia (*Data show*).
 Notebooks.
 Computadores.
 outros. Citar quais:

3.5 A escola ensina você a utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)?

- Sim.
 Não.

3.6 Em sua escola, o laboratório educacional de informática (LEI) é um espaço de ensino-aprendizagem utilizado pelos professores de todas as disciplinas ?

(MARQUE A OPÇÃO QUE MELHOR EXPRESSA A SUA OPINIÃO)

- Concordo totalmente.
 Concordo pouco.

<p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo pouco.</p>
<p>3.7 Em média, quantas vezes por semana você utiliza o laboratório de informática orientado por seus professores durante as aulas ?</p> <p><input type="checkbox"/> 01 vez.</p> <p><input type="checkbox"/> 02 vezes.</p> <p><input type="checkbox"/> 03 vezes.</p> <p><input type="checkbox"/> 04 vezes ou mais.</p>
<p>3.8 Marque com um X as atividades que costuma realizar no laboratório educacional de informática:</p> <p><input type="checkbox"/> Acesso a <i>sites</i> educacionais.</p> <p><input type="checkbox"/> Simulação de experimentos em laboratórios virtuais.</p> <p><input type="checkbox"/> Passeios virtuais a museus e a outros lugares.</p> <p><input type="checkbox"/> Leitura de livros disponíveis nas bibliotecas virtuais.</p> <p><input type="checkbox"/> Elaboração de apresentações em <i>slides</i>.</p> <p><input type="checkbox"/> Atividades livres.</p> <p><input type="checkbox"/> Produção Textual e Editoração de Texto.</p> <p><input type="checkbox"/> Produção de Vídeos.</p> <p><input type="checkbox"/> Atividades colaborativas através das redes sociais.</p> <p><input type="checkbox"/> Atividades de interação entre os alunos da mesma sala de aula e com alunos de outras escolas no Brasil e no mundo.</p> <p><input type="checkbox"/> Criação de <i>blogs</i>.</p> <p><input type="checkbox"/> Jogos.</p> <p><input type="checkbox"/> Utilização dos recursos disponíveis em portais educacionais.</p> <p><input type="checkbox"/> Outros. Cite quais.</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>3.9 Qual sua opinião sobre as atividades desenvolvidas no LEI pelos professores ? (MARCAR SOMENTE UMA ALTERNATIVA)</p> <p><input type="checkbox"/> São importantes, porque ajudam na aprendizagem.</p> <p><input type="checkbox"/> São dispensáveis, porque não influenciam na aprendizagem.</p> <p><input type="checkbox"/> Não são interessantes, pois não prendem a atenção dos alunos.</p>

<p><input type="checkbox"/> Atrapalham a aprendizagem, porque gastam mais tempo da aula.</p>
<p>3.10 Você participou de algum projeto desenvolvido pela sua escola, voltado ao uso das TICs ?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>3.11 Como você classifica o domínio que seus professores têm do uso das TICs?</p> <p><input type="checkbox"/> Bom.</p> <p><input type="checkbox"/> Regular.</p> <p><input type="checkbox"/> Fraco.</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim.</p>
<p>3.12 Como você classifica o seu domínio no uso da TIC :</p> <p><input type="checkbox"/> Bom.</p> <p><input type="checkbox"/> Regular.</p> <p><input type="checkbox"/> Fraco.</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim.</p>
<p>3.13 Você considera que sua escola está preparando-o para o uso das TICs no mercado de trabalho, conforme o curso que você escolheu? Justifique sua resposta.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p>Por quê?</p> <hr/>

Obrigada! Sua contribuição será muito importante para a minha dissertação